

Aquiri

RIO BRANCO-ACRE 1997

Apoio:



unicef



Os desafios das organizações
não governamentais do Acre

PROJETO AQUIRI

ENTIDADES

PESACRE- Grupo de Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre

Rua Iracema, Q:11 C: 08 Vila Ivonete CEP: 69.914-390
(068) 223-3773 - Rio Branco.

C.P.I- Comissão Pró-Índio do Acre

Rua Pernambuco, 964 Bosque CEP: 69.907-589
(068) 224-1422 - Rio Branco

C.T.A- Centro dos Trabalhadores a Amazônia

Av. Epaminondas Jacomé, 1427-Cadeia Velha CEP: 69.908-20
(068) 224-8231 224-6329 - Rio Branco

CDHEP- Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre

Rua Travessa Cabanela nº 40 - Seis de Agosto CEP: 69 901-090
(068) 224-5772 - Rio Branco

CIMI- Conselho Indigenista Missionário

Rua Rio Grande do Sul nº 38 CEP: 69.908-150
(068) 225-7495 Fax - 225-7579 - Rio Branco

Rede Acreana de Mulheres e Homens

Marechal Deodoro, 79 Sala 205 - Centro-CEP: 69.900-150
(068) 224-8607 - Rio Branco

S.O.S Amazônia

Rua Pará, 51- Cadeia Velha CEP: 69.900-440
(068) 223-1036 - Rio Branco

Grupo de Teatro "De Olho Na Coisa"

Teatro Barracão, nº 29 Sobral CEP: 69.903-700
Contato: (068) 223-2225/2770

Reca- Associação de Pequenos Agrosilvicultores do Projeto Econômico, Consorciado e Adensado de Vila California

BR- 364 - Vila Nova Califórnia - Brasil
(068) 236-1007

S.T.R- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri

Rua 06 de Agosto S/N Centro-CEP: 69.930-000
(068) 542-2518 - Xapuri

Cooperativa Agroextrativista Chico Mendes

Rua Major João Câncio 270, CEP: 69.940-000
(068) 612-2052 - Sena Madureira

Coordenação (10/94 a 2/97)

Anselmo Forneck
Denise Carreira
Luis Carvalho

Secretaria Executiva (3/97 a 3/98)

Anselmo Forneck
Luis Carvalho
Rose Scalabrin

Conselho de Gestão:

Cila Leão (CTA)
Maria José Albuquerque (CDHEP)
Eden Magalhães (CIMI)
Adão Costa (Cooperativa Chico Mendes)
Cláudio Matias (Grupo De Olho na Coisa)

Secretaria: Leda Fadell

Assessoria Contábil: Alcimar Leitão

Apoio: UNICEF



Endereço para correspondência:

Projeto Aquiri
Caixa Postal 34
69.908-970 - Rio Branco - Acre

Sede: Prédio do CIMI

Rua Rio Grande do Sul, 38
Centro - Rio Branco
tel. (068) 223-3373/ fax: 225-7579

Revista Aquiri

Edição: Denise Carreira

Textos: Denise Carreira e Luis Carvalho

Revisão: Uta Kühlwein

Fotografias: Edson Caetano

Diagramação: Dim e Alexandre Lima

Capa: Danilo D'Sacre

Foto de Alessandra, menina que participa das oficinas arte-educativas do Grupo De Olho na Coisa

Ilustrações (fontes): Publicações das entidades do Aquiri

Secretaria: Leda Fadell

Tiragem: 1000 exemplares

Gráfica Poronga

Março de 1997



Quebrando o encanto da Cobra Grande

Um desenvolvimento comprometido com cidadania, qualidade de vida e preservação ambiental. Este é o grande espírito que move as experiências e debates presentes nesta Revista. Um desafio enfrentado no cotidiano à base de coragem, ousadias, acertos, erros, conquistas, aprendizagens. Feito por gente que quer quebrar o encanto da cobra grande e conseguir ver o Acre sair do triste ciclo da miséria, analfabetismo, corrupção, mediocridade, fisiologismo, que condena a maior parte da população a precárias condições de vida. Um ciclo que se retroalimenta de forma perversa, mas que enfrenta a resistência cada vez maior das forças comprometidas com a cidadania. Daqueles que acreditam que o Acre e sua gente merecem mais.

Através desta revista, as entidades não governamentais do Projeto Aquiri pretendem dar maior visibilidade aos seus trabalhos, aos seus desafios e estratégias, buscando com isso fortalecer e ampliar as alianças em torno de um projeto amazônico de sociedade sustentável. Com as conquistas acumuladas nos quase vinte anos de apoio ao movimento social do Estado, as ONGs do Acre têm muito o que contar. Das reservas indígenas e extrativistas que mudaram o perfil de distribuição de terras no Acre à influência em políticas públicas e projetos de desenvolvimentos; da luta contra a violência e impunidade ao desenvolvimento de experiências inovadoras nas áreas de saúde, educação, geração de renda, entre outras tantas. Mas há muito chão pela frente para se chegar perto do sonho de uma sociedade mais justa. E o Aquiri representa um passo a mais nessa busca ao articular as ONGs do Estado em torno de um Projeto que objetiva fortalecer a capacidade político e técnico das entidades, integrar ações e ampliar o impacto dos trabalhos junto às populações beneficiadas.

Com recursos extremamente limitados, estas experiências só podem ganhar maior amplitude se assumidas como políticas públicas municipais, estaduais e federais. Essa é a grande meta. E isso depende do arco de alianças que, independente de origens partidárias-ideológicas, acredite no poder da sociedade civil em gerar alternativas positivas para os problemas sócio-ambientais do estado. As ONGs e sua história fazem parte do patrimônio de luta do Acre, simbolizam a esperança e a criatividade de um povo que sabe buscar novos varadouros e que ainda vai quebrar o encanto da cobra grande.

A Editora

ÍNDICE

★ Uma Articulação pelo Desenvolvimento Sustentável	pág.4
★ O Aprendizado nas Escolas da Floresta	pág.8
★ O Índio como Autor do Conhecimento	pág.10
★ A Educação Ambiental na Sala de Aula	pág.12
★ Um Encontro de Línguas e Culturas Indígenas	pág.14
★ Tecendo a Cidadania das Mulheres	pág.16
★ Violência contra a Mulher: integrando ações de combate	pág.18
★ Cursos Profissionalizantes para Mulheres de Baixa Renda	pág.20
★ Diversificando a Produção de Seringueiros e Colonos	pág.22
★ Um Centro para a Formação Integral do Jovem Seringueiro	pág.24
★ Saúde Comunitária à base de Ervas	pág.26
★ Saneamento e Vacinação na Floresta	pág.28
★ Arte-educação na luta contra à violência	pág.30
★ O Clamor da Floresta na Periferia de Rio Branco	pág.32
★ Um novo olhar para o urbano	pág.34
★ Pontos de Encontro	pág.36
★ Os Grandes Projetos dos Anos 90	pág.37
★ Probor: O Vazio depois do Fim	pág.46
★ Pensando o Desenvolvimento Regional	pág.48
★ O Caminho é o Neoeextrativismo Entrevista: José Fernandes Rêgo	pág.49
★ Exploração Madeireira: a polêmica entre as entidades do movimento social do Acre	pág.54
★ GTA: A Articulação do Movimento Social da Amazônia Entrevista: Fábio Vaz	pág.57
★ Comitê Chico Mendes: A luta contra a Violência Rura	pág.61
★ Terra e Qualidade de Vida	pág.63
★ A Senadora da Floresta Entrevista: Marina Silva	pág.64
★ Gênero: Reconhecendo a parte feminina da humanidade	pág.68
★ O Estatuto saindo do Papel	pág.70
★ As ONGs do Acre e o UNICEF	pág.71
★ O Futuro do Aquiri	pág.72
★ Publicações e Vídeos	pág.74
★ Os Recursos do Aquiri-96	pág.76



Uma Articulação pelo Desenvolvimento Sustentável



Orlé, participante das oficinas de arte-educação do Grupo De Olho na Coisa

O Projeto Aquiri é uma articulação de onze entidades não governamentais do Acre que nasce em 1994 com o apoio e o incentivo do UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. O objetivo maior do Aquiri é promover a integração e a articulação dos trabalhos não governamentais do Estado, visando um maior impacto nas ações das entidades junto a crianças, mulheres e homens. Em especial, ações que gerem experiências piloto eficientes no trato das problemáticas sociais e que possam subsidiar políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento humano e ambientalmente sustentável da Amazônia.

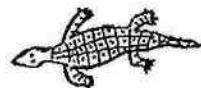
O Projeto 96 reuniu dezoito sub-projetos nas áreas de geração de renda, educação dos povos da floresta, saúde comunitária, arte-educação com crianças e adolescentes e empoderamento de mulheres. Os sub-projetos atingem comunidades rurais e urbanas do Acre. Nas próximas páginas, você vai conhecer cada um deles.

Para desenvolver a articulação entre as entidades, foi criada uma estrutura de gestão participativa voltada para a promoção da co-responsabilidade, o intercâmbio de experiências, a circulação de informações e, sobretudo, o surgimento de novas referências comuns entre as parceiras.

A estrutura tem como instância maior o Conselho Deliberativo, formado por representantes das onze entidades membros do Projeto. O Conselho de Gestão reúne representantes de cinco entidades que acompanham mensalmente o trabalho da Coordenação. A Coordenação (que passou este ano a se intitular Secretaria Executiva) é formada por três técnicos que respondem pela operacionalização das decisões do Conselho Deliberativo.

A implantação de um sistema de monitoramento e avaliação, a visibilidade do trabalho das entidades não governamentais, o gerenciamento dinâmico e ágil de recursos, o intercâmbio e formação de recursos humanos das ONGs, a participação em espaços de formulação e fiscalização de políticas públicas, a sustentabilidade. Estas foram as metas coletivas trabalhadas nos dois primeiros anos do projeto.

Em 97, o Aquiri pretende avançar e consolidar o seu modelo de gestão. Um dos maiores desafios é a conquista da sustentabilidade. Para isso, o Projeto pretende trabalhar em três frentes. A



primeira, aumentar a visibilidade regional, nacional e internacional do Aquiri. A realização de exposições, o melhor trabalho com a imprensa e criação de uma *home page* na Internet são alguns passos. A *home page* deve apresentar experiências das não governamentais do Acre e trabalhar temas e assuntos ligados à questão do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Outra frente é a realização de serviços de consultoria e capacitação de recursos humanos governamentais e não governamentais a partir dos acúmulos técnicos existentes nas próprias entidades membros do Projeto. Por último, a criação de produtos como a série de camisetas e cartões postais Aquiri.

A diversificação de fontes de financiamento está entre os desafios deste ano. A exemplo do que acontece em outros países, a busca é a de que os governos federal, estadual e municipais assumam cada vez mais algumas experiências desenvolvidas por não governamentais como trabalhos relevantes às comunidades, transformando experiências eficientes em políticas públicas.

Vozes de um Sonho

● *O sonho era que o Aquiri pudesse ser de fato um espaço multi e plural de união das várias experiências das entidades, uma articulação, uma rede.* (Graça Lopes, Rede Acreana de Mulheres e Homens).

● *Era a possibilidade que se abria para trabalhar as relações entre as entidades com maior integração* (Ecio Rodrigues, CTA)

● *O desejo inicial era que o Aquiri pudesse aprimorar parcerias em algumas áreas de atuação.* (Denise Garrafiel, Pesacre)

● *Um esforço coletivo para superar os problemas relativos à crise financeira das entidades* (Miguel Scarcello, SOS Amazônia)

● *Um veículo, uma oportunidade*

para que as entidades se conhecessem melhor e aprendessem a trabalhar juntas. (Sheila Cavalcante, Grupo de Teatro De Olho na Coisa).

● *Pela primeira vez se pensou em um trabalho conjunto entre entidades do Acre para fortalecer e construir soluções para os problemas sociais que afligem o Acre.* (Vera Olinda, CPI)

● *No início, o Aquiri representou a oportunidade de quebrar o clima de uma certa desconfiança que havia entre as ONGs, podendo a partir dali se construir uma proposta coletiva de trabalho comum pelo desenvolvimento sustentável da região.* (Anselmo Forueck, um dos coordenadores do Aquiri).

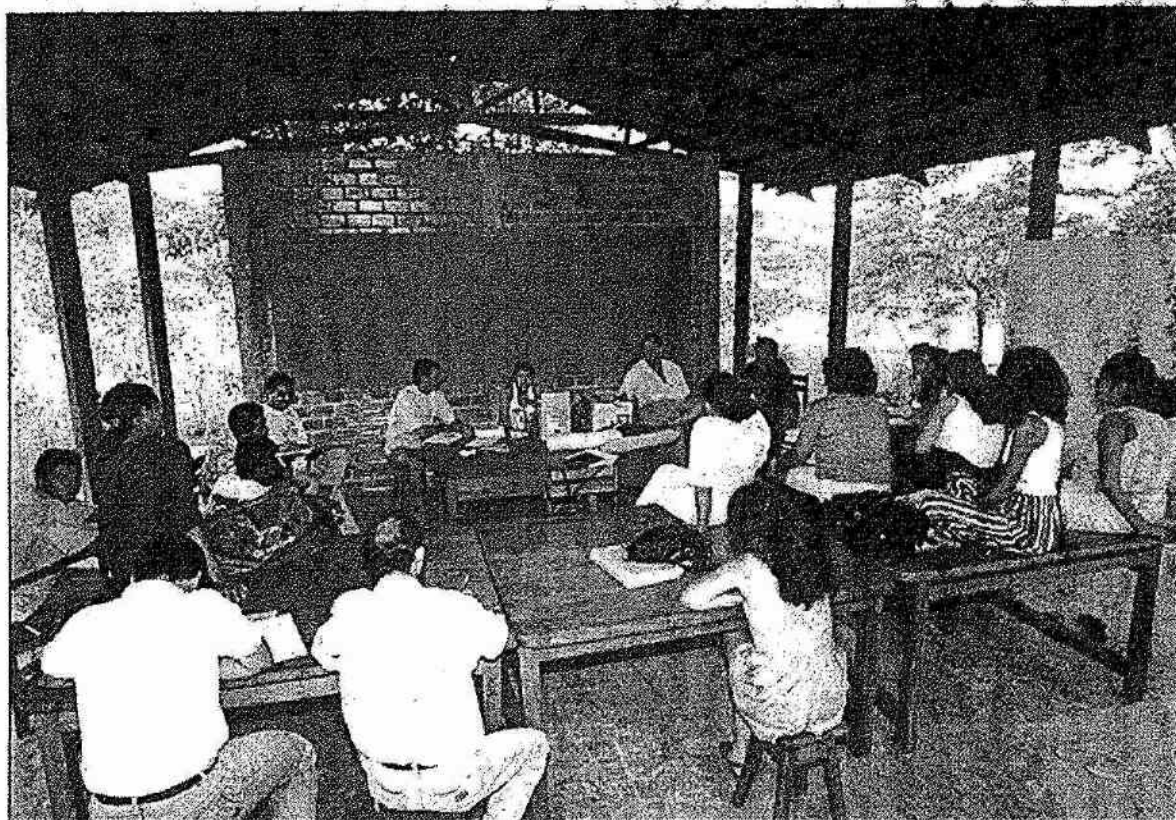
1650

é o número de multiplicadores que participaram de cursos e oficinas educativas realizadas pelo Projeto Aquiri.

O que é "Aquiri"?

Aquiri é uma palavra de origem apurinã, povo indígena do Acre e sul da Amazonas, e significa rio dos Jacarés. O rio Acre, que corta o Estado, era chamado pelos índios de rio Aquiri. Os colonizadores nordestinos transformaram a palavra Aquiri em Acre.

Encontro de avaliação e planejamento estratégico do Aquiri 96



A cidadania nas ondas de rádio da Amazônia

O rádio é o principal veículo de comunicação da Amazônia. Não só o principal, mas o único que atinge a maior parte da população que mora na floresta e nas colônias rurais do Acre. Nas cidades também o rádio sai na frente como o meio de comunicação massivo de maior alcance populacional. Reconhecendo isso, o Projeto Aquiri investiu nos dois primeiros anos em iniciativas voltadas para a difusão de informações educativas e a qualificação de radialistas dentro da perspectiva de direitos e cidadania.

A produção de doze vinhetas (spots) radiofônicos educativos abordando de forma clara e criativa temas como a violência doméstica, diarreia, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a gravidez na adolescência e a Aids foi uma das iniciativas desenvolvidas em 96. Com duração de 1 a 2 minutos, as vinhetas

foram veiculadas nas rádios do Estado. Em 97, a perspectiva é produzir um novo conjunto de vinhetas abordando outros temas de interesse cotidiano e aumentar o investimento na sensibilização das emissoras para a ampliação do tempo de veiculação dos spots.

Em 96, o Aquiri promoveu junto com a Prefeitura de Rio Branco e o UNICEF o curso "Responsabilidade Social do Radialista". O curso contou com 37 participantes da Capital e Interior do Estado. Palestras com especialistas nacionais e locais sobre comunicação e cidadania, saúde comunitária, Estatuto da Criança e do Adolescente, violência doméstica, gravidez na adolescência e meio ambiente deram a base para atividades laboratoriais de produção de vinhetas educativas.

O evento também possibilitou a

divulgação das atividades desenvolvidas pelas entidades do Aquiri e uma maior compreensão sobre o trabalho não governamental no Estado. Em 97, o Aquiri pretende realizar com o apoio do UNICEF o segundo curso voltado para a qualificação de profissionais na área de comunicação.



Crianças na produção das Vinhetas "Aquiri com Você".

A VEZ DAS ONGs - Conheça e Apóie

Herbert de Souza (Betinho)

As organizações não governamentais (ONGs) surgiram no Brasil da militância contra a ditadura, contra o poder autoritário do Estado. Não puseram placas na entrada, evitaram contato com o mundo oficial, particularmente com o governo, e lutavam contra a ordem dominante econômica e política. Lutavam pela democracia em plena ditadura. Com esse perfil, não conseguiram recursos dentro do país. Foram apoiadas pelas ONGs internacionais, o dinheiro de fora, o apoio de fora. Se dependessem de apoio oficial, ou seus responsáveis iriam para a cadeia ou morriam de fome. Nesse tempo, as ONGs criaram as parcerias políticas com igrejas, sindicatos, associações de bairro, movimentos de negros, das mulheres, movimentos indígenas, dos sem terra, e sobreviveram graças ao apoio da cooperação internacional à quase clandestinidade nacional. Estavam de costas para o mercado, que se valia da ditadura, e contra o Estado, que era a própria ditadura.

Nos tempos da abertura, início da democracia, as ONGs começaram a mostrar sua cara em público e a falar mais alto sobre seus projetos, suas propostas, sua razão de ser. E foi aí que uma transição complicada se apresentou. Deveriam ser cada vez

mais apoiadas por dentro e depender cada vez menos de fora. Para isso, era fundamental mostrarem sua cara em público, responderem mais às perguntas e aos desafios do público interno e, além disso, começaram a dialogar com o novo Estado, com o governo, com o mundo oficial.

O resultado estamos vendo agora: hoje as ONGs são confundidas com entidades filantrópicas, creches, fundações empresariais, projetos benemerentes. Tudo o que é não governamental é ONG. Todas as entidades da sociedade civil sem fins de lucro são ONGs, e como esse saco é grande demais sobram desconfiança, crítica e confusão para todos os lados.

Uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia, liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade.

Cada sociedade tem suas ONGs e o Brasil tem as ONGs que conseguiu produzir ao longo dos últimos 20 anos. A Associação Brasileira de ONGs (ABONG) hoje articula mais de 200 ONGs registradas, reconhecidas como tal por suas parceiras. Essas, podemos dizer que são íntegras, capazes, eficientes, flexíveis, comprometidas

efetivamente com seus objetivos sociais, prestam contas a quem lhes oferece recursos. São ONGs no sentido pleno do conceito, não são ONGs de fantasia para fins de lucro de alguém.

Apesar de viverem buscando recursos para existir, as ONGs, talvez por isso mesmo, são organizações que exibem excelências: são éticas, têm credibilidade, criatividade, imensa capacidade de trabalho, sabem inovar, são geradoras de uma nova política e de uma nova cultura. As ONGs são comitês de cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonhamos.

Como tudo o que existe, têm virtudes e vícios, acertos e erros. Mas seu saldo é, sem dúvida, positivo. São a realidade do futuro. Elas têm essa possibilidade.

É fundamental distinguir, diferenciar as ONGs das outras instituições para se fazer justiça a quem luta diariamente pela construção de uma nova sociedade. Quem não for capaz de fazer essa diferença, está em tempo: é só pesquisar, perguntar, visitar. Estamos de portas abertas, queremos ser públicas e queremos transparência.

BETINHO é sociólogo, secretário-executivo do IBASE, articulador nacional da Ação da Cidadania e presidente de honra da ABONG. (Este artigo foi publicado no jornal O Estado de São Paulo, de 01/12/94)



A C R E

Localização:

Extremo oeste da Amazônia Brasileira.

População geral: 483.489

- Mulheres: 239.294

- Homens: 244.195

Urbana: 61,9%

Rural: 38,1%

População de

Rio Branco (capital): 228.907

- Mulheres : 116.640

- Homens : 112.267

Urbana: 88,1%

Rural: 11,9%

Densidade demográfica:

2,71 hab/km²

Taxa de crescimento

populacional (Acre):

3% ao ano

Cobertura Florestal:

93% da área.

Municípios: 22

Nações indígenas: 12

Analfabetismo:

30% (acima de 10 anos de idade)

Pop. Econ. Ativa (PEA):

53,2%

Distribuição da PEA por setores:

- Serviços: 34,2%

- Agricultura: 20,3%

- Comércio: 11,9%

- Administração Púb. Dir.: 9,3%

- Extrativismo: 8,8%

Arrecadação do ICMS:

R\$ 44.524.607,93 (1996)

Despesa realizada:

R\$ 455.753.341,09 (1996)

Mortalidade Infantil (média):
31,8 por 1.000 (1991)

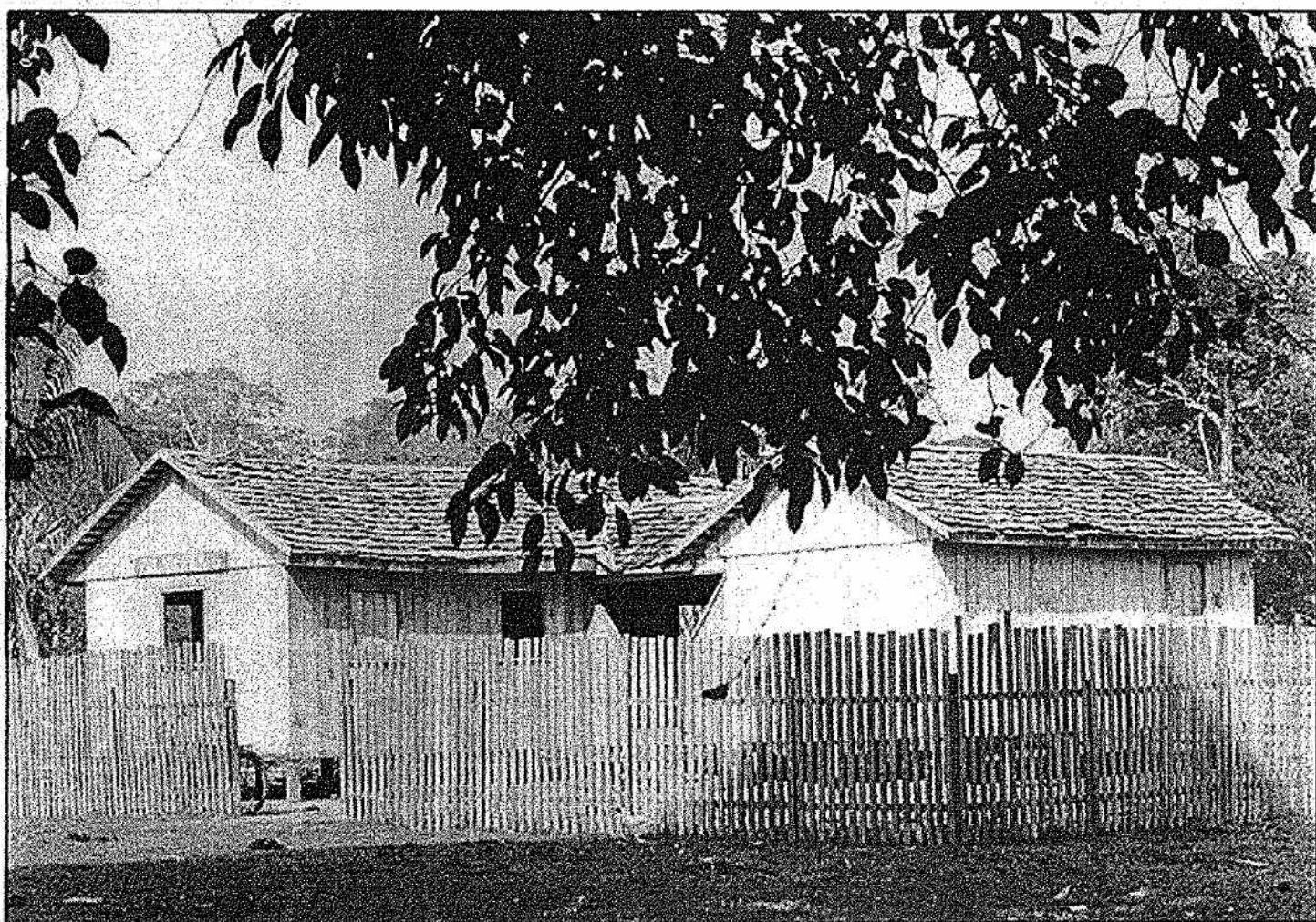
Cobertura da Seg. Social:
35,3% da população.

Trabalhadores sindicalizados:
30%

Trabalhadores c/ nível de esc.
acima do 1º grau: 17,5%



Fontes: Contagem de População/IBGE - 1996 (dados de população total do Acre e Rio Branco) / Pesquisa de Domicílios Sócio-Econômica do Acre - SEBRAE/SEPLAN - 1992 (demais dados) / Secretaria Estadual da Fazenda - 1996.



Escola Seringueira da Reserva Extrativista Chico Mendes, município de Xapuri

O Aprendizado nas Escolas da Floresta

Dezembro. Fim das aulas nas escolas do Projeto Seringueiro. Chove muito. Os rios e os igarapés começam a encher. Termina a limpeza dos roçados. Começam os trabalhos de reabertura dos piques de castanha e remonta de paiol, quando é preciso. O milho já formou boneca e o arroz já está embuchando. Mês de juntar os parentes. Época de tirar cipó para fazer paneiro. O seringueiro tem que parar mesmo de cortar, porque a chuva todo dia toma o seu leite. Mês da morte do Chico Mendes.

O calendário do seringueiro é parte do livro de Geografia produzido pela equipe de educação do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA). Utilizados nas 37 escolas seringueiras espalhadas pelas reservas extrativistas do Acre, os livros didáticos do CTA desenvolvidos dentro Projeto Aquiri são a base do trabalho em sala de aula de 42 professores seringueiros. As escolas seringueiras atingem mais de 900

alunos, a maior parte crianças e adolescentes com idade de 6 a 15 anos.

“Os livros didáticos produzidos pelo CTA representam uma das antigas reivindicações dos professores seringueiros: a existência de um material pedagógico adequado às crianças da floresta”, afirma Manoel Estébio, coordenador da equipe de Educação do CTA. Além da geografia, outros dois livros de língua portuguesa e matemática trabalham os conteúdos do ensino tradicional a partir da realidade das comunidades seringueiras. Nos materiais, textos escritos por índios e seringueiros, depoimentos transcritos de entrevistas com os mais velhos e a história oral, são parte fundamental do trabalho de aprendizagem que tem como um dos objetivos valorizar positivamente a experiência vivenciada na floresta, refletindo no aumento de auto-estima.

A intenção presente nos livros não é a de limitar o universo do aluno à

realidade regional, mas a de conectar a experiência local com conteúdo universais. “A necessidade da educação não é de condenar o indivíduo ao seu universo local, é a de ampliar as referências do professor e do aluno para que eles possam dialogar e trocar com outras culturas e realidades, sem se colocar numa posição inferior, subalterna em relação ao outro”, comenta Pingo, membro da equipe. Em meio aos textos e jogos de palavras com bichos, árvores e histórias da floresta, textos de outros autores brasileiros - Cecília Meirelles, Ruth Rocha, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz - fazem parte dos livros.

Mala de Leitura - Nos seringais a circulação de material escrito é mínima. Distantes horas ou dias das cidades do interior, grande parte das comunidades passa a ter contato permanente com a escrita através de panfletos de sindicatos e dos livros didáticos utilizados nas



escolas seringueiras. Visando estimular a leitura de forma criativa e prazerosa, Cila Leão, da equipe de Educação do CTA, começou a desenvolver experiências nos seringais com malas de leitura.

A mala é formada por vários livros de literatura infanto-juvenil, um gravador de mão e fitas cassetes virgens utilizados no resgate da história oral da comunidade pelos próprios alunos das escolas. Enfeitada e colorida, a mala é uma caixa de surpresas. "Reforçamos com professores e alunos o lado lúdico e mágico da leitura", lembra Cila.

As doze malas do projeto circulam pelas 37 escolas. Na utilização em sala de aula combina-se a leitura com espaço de contadores de história. "Queremos apostar mais na mala de leitura, estruturando novos kits e orientando melhor os professores a utilizarem de forma dinâmica os materiais". A partir da Mala os alunos também são estimulados a produzirem livros artesanais com as histórias da floresta

Capacitação de Professores - Os professores seringueiros são moradores de suas comunidades e em sua maioria dividem o trabalho na escola com o corte da seringa e o roçado. A média dos professores de escolaridade varia entre a 1ª e a 3ª série do primário. Grande parte se alfabetizou dentro da própria casa. Alguns professores já são frutos do trabalho de 13 anos do Projeto

Seringueiro. "O nosso principal desafio é o de qualificarmos o trabalho desse professor através de mais cursos e do acompanhamento por parte da equipe do CTA", diz Pingo.

Além do curso anual de qualificação pedagógica, dividido em três módulos de 15 a 20 dias, a equipe do CTA, em discussão com os professores, resolveu em 96 dividir em

Curso para seringueiros e índios discute Manejo Florestal

Dentro do Aquiri, o Centro dos Trabalhadores da Amazônia também realizou em 95 um sub-projeto voltado para a disseminação de informações sobre Manejo Florestal de Uso Múltiplo. O Manejo prevê a utilização racional e sustentável da floresta, baseado em técnicas que possibilitam a exploração da diversidade de produtos florestais e a agregação de valor através do beneficiamento.

Para o CTA, o Manejo representa o único caminho para viabilização econômica das Reservas Extrativistas da Amazônia e conquista da qualidade de vida pelas populações tradicionais da floresta - índios e seringueiros (ver matéria sobre Manejo Florestal).

"O nosso grande desafio no sub-projeto foi o de construir uma abordagem educativa sobre o conjunto de informações técnicas do Manejo. Com a colaboração da equipe de educação, trabalhamos o conteúdo e a linguagem para que nas cartilhas e cursos pudéssemos ser acessíveis às populações da floresta", comenta Vladimir Nóbrega, membro da equipe de

regionais a supervisão das escolas. Cada regional contém 8 professores e permite o acompanhamento mais constante e a troca de experiências entre as escolas. "A gente lida com limites e dificuldades diversos, que vão das grandes distâncias aos vícios de aprendizado de cada professor. Somente um investimento mais permanente em qualificação pode consolidar uma proposta pedagógica inovadora", comenta Cila.

Desenvolvimento Econômico Comunitário do CTA.

Com recursos do Projeto Aquiri e Ministério do Meio Ambiente, foram elaboradas quatro cartilhas e realizados dois cursos sobre o assunto para quinze seringueiros da Reserva Extrativista de Porto Dias e quinze professores-índios das áreas de atuação da Comissão Pró-Índio (CPI). As cartilhas abordam assuntos como técnicas de Manejo, beneficiamento de produtos florestais, associativismo, gerenciamento e manejo de fauna silvestre.

Os cursos também foram dados aos 42 professores seringueiros que atuam nas escolas espalhadas pelas reservas extrativistas. "É um momento de falar, esclarecer, sobre Manejo. Há muita desinformação e resistência principalmente em relação à perspectiva madeireira. É necessário desmistificar o assunto para que ele possa ser discutido de forma mais estratégica como uma alternativa para as reservas", afirma Chico Cavalcanti, um dos coordenadores executivos do CTA.

Contratação de professores pelo Estado é uma das metas

Vencedor do Prêmio Nacional Itau/Unicef (menção honrosa) de projetos inovadores com crianças e adolescentes, a equipe do CTA avança no reconhecimento do Projeto de Educação e na busca de ver o trabalho das escolas seringueiras transformado em política pública.

Atualmente, 40% dos professores seringueiros são pagos pela Secretaria Estadual de Educação. Esse número já foi maior em 92, quando 33 professores alcançaram a contratação. "Esta flutuação acontece conforme o governo em exercício e se o ano é ou não eleitoral. Nossa grande luta é que esta variação acabe e todos os

professores sejam contratados", lembra Pingo.

Dos seis técnicos da equipe de educação do CTA, um é liberado pela Universidade Federal do Acre, dois pela Secretaria Municipal de Educação e os demais pela Secretaria Estadual. "Temos que comprometer o Estado com a nossa proposta, sabemos que o papel de uma entidade governamental é esse: gerar referências que possam ser amplificadas em política pública", afirma Cila.

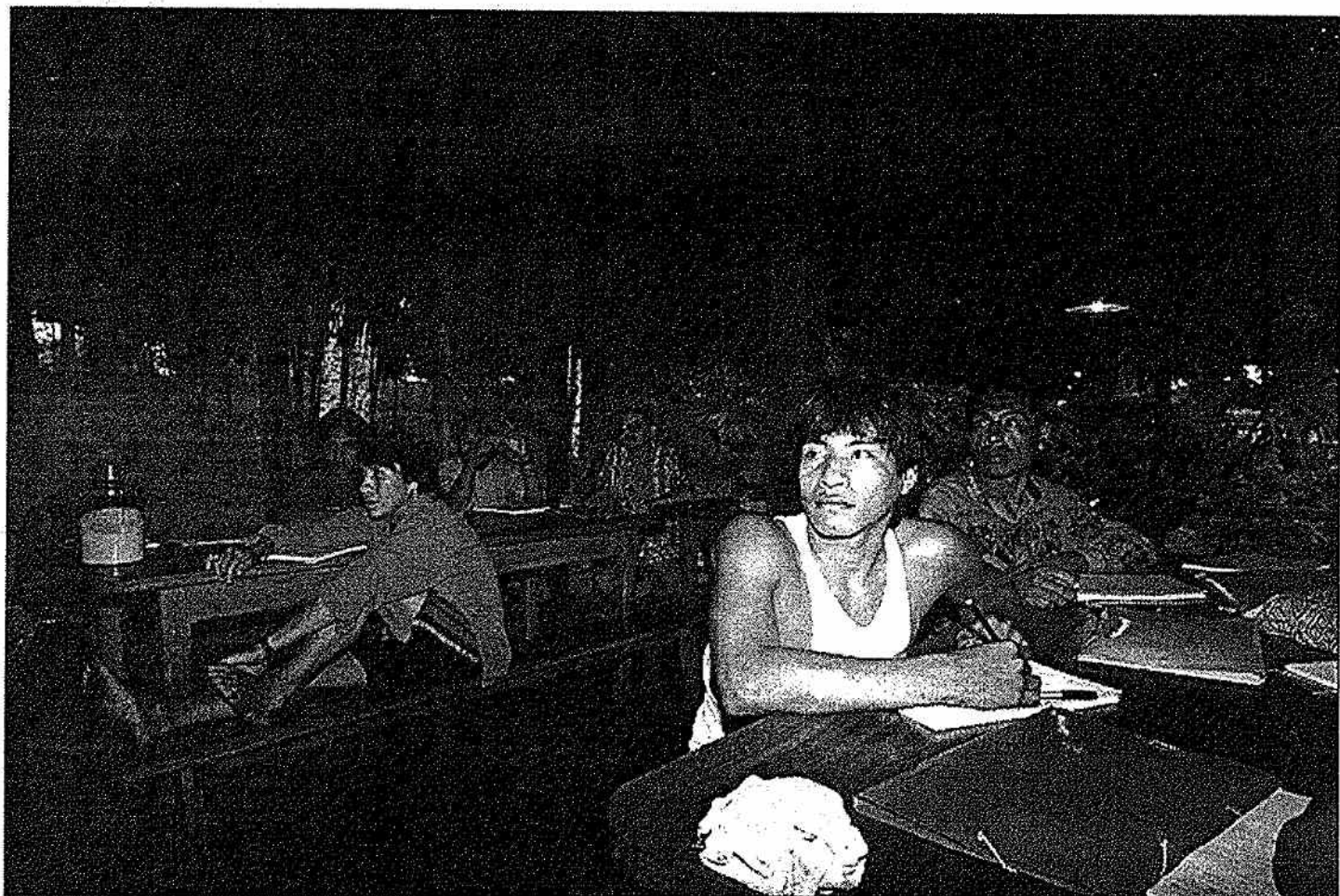
A equipe de educação do CTA, com apoio de técnicos da Comissão Pró-Índio, vem articulando a elaboração de uma proposta curricular para as escolas seringueiras a ser apresentada ao Conselho Estadual de Ensino. É

mais um passo na consolidação do Projeto.

Outra frente que a equipe do CTA pretende "bater" em 96 é o estímulo à criação dos Grupos de Apoio Comunitário (GACs) junto às escolas do projeto. O objetivo do GAC é fazer com que as comunidades assumam mais as escolas e a resolução dos seus problemas cotidianos: uma tábua que cai, um problema com um aluno, as dificuldades com professores. "Apesar de trabalharmos já algum tempo esta mudança de mentalidade, a escola ainda é um elemento identificado como de responsabilidade do CTA. Queremos mudar isso", afirma Pingo.



O Índio como autor do conhecimento



Curso de formação de professores indígenas no sítio da Comissão Pró-Índio

Um programa de educação bilíngüe e intercultural para populações indígenas é um dos desafios assumidos pela Comissão Pró-Índio do Acre. Criado a partir da reivindicação do próprio movimento indígena, o programa de educação teve início em 1983 e envolve a capacitação de professores a nível de primeiro e segundo grau, a produção de materiais didáticos específicos ao universo cultural e a elaboração de um currículo adequado e adaptado à realidade indígena local. O programa é desenvolvido dentro de uma relação de co-autoria entre técnicos da CPI e professores índios.

Para Joaquim Maná, professor Kaxinawá da Área Indígena Praia do

Carapanã, município de Tarauacá, o programa de educação tem uma importância fundamental para as comunidades indígenas. "Há mais de vinte anos, os brancos diziam que os índios não eram capazes de levar organização própria. Mas com o trabalho da CPI, a cada ano que passa tem um avanço de conhecimento que os antigos não tinham. E agora estamos 'sacando' o que os mais velhos não compreendiam: que é ter nascido nesta terra e ter direitos".

A educação formal possibilita, na perspectiva dos grupos étnicos, romper gradativamente com o monopólio e domínio da escrita e conseqüentemente do saber até então sob controle institucional da sociedade regional

"branca".

Por sua vez, a diversidade lingüística, cultural e ambiental das sociedades indígenas exige, dos responsáveis pela formulação e execução da proposta pedagógica, uma permanente interação com metodologias atualizadas de ensino aprendizagem, pesquisas sócio-lingüísticas, além de cursos de formação e reciclagem para professores indígenas.

Convênios - A área de abrangência do projeto envolve o Estado do Acre e a região sul do Amazonas e se destina a um público diversificado de crianças, jovens e adultos em salas multiseriadas. No programa, estão



envolvidos os grupos Apurinã, Kaxinawá, Jaminawa, Manchineri, Shanenawa, Poyanawa, Yawanawá e Nukini que ultrapassam na região 15 mil habitantes, considerando índios aldeados e não aldeados.

Esta experiência tem levado a CPI a implementar convênios com instituições de ensino e pesquisa como a Unicamp, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Acre. Os pesquisadores contribuem com informações sobre levantamentos, metodologias de ensino-aprendizagem e na elaboração de materiais didáticos.

Vera Olinda, coordenadora do Setor de Educação da entidade, observa que os resultados deste programa são amplos em seus desdobramentos ao oportunizar novas experiências curriculares e extra-curriculares aos professores. As pesquisas sócio-lingüísticas exigidas pelo programa possibilitam novas fontes de informações e conhecimentos em botânica, geografia, história etc. Para Vera, os processos de formação compatibilizam os aspectos da cultura tradicional com os novos interesses que emergiram a partir do contato dos índios com a sociedade regional.

Mas o maior impacto, na opinião dela, tem sido o desencadeamento de processos de revitalização sócio-lingüística

e cultural. Os alunos, professores e a população aldeada desenvolvem a partir do programa, o resgate de práticas históricas e de elementos do imaginário indígena, 'abafados' pela cultura oficial da região: festas ligadas aos ciclos produtivos, tratamentos com medicina tradicional, rituais do cipó (ayuaska). Este processo ocorre paralelamente à aquisição de uma segunda língua, o português, para novas relações de contato, reivindicações e comunicação de suas demandas políticas e econômicas junto à sociedade regional e nacional.

Para Nietta Lindenberg, mestra em pedagogia e especialista em currículo da CPI, a principal meta pedagógica e institucional do programa é a regulamentação da formação integral do professor indígena no magistério de 1º e 2º grau. A regulamentação, segundo ela, será o resultado de uma proposta curricular, que encontra-se em fase final de elaboração. A proposta será submetida à apreciação de especialistas em pedagogia das instituições públicas e organizações não governamentais locais.

Multidisciplinariedade - Edson Ixã, professor Kaxinawá de 1º grau da Área Indígena Jordão, aponta o avanço na organização indígena como uma das principais conseqüências geradas pelo programa educação. "Antigamente, os índios, nossos pais

e nossos avós, trabalhavam para os padrões que não davam valor para os índios. Hoje os índios, em algumas comunidades, estão organizando associações e cooperativas para produzir artesanato e agricultura".

No aprimoramento de processos produtivos, o programa de educação vem possibilitando o contato de professores índios com pesquisas desenvolvidas por instituições como a EMBRAPA, a FUNTAC, e experiências de não governamentais, como o CTA. No Centro de Formação da Comissão Pró-Índio, uma área de 16 hectares a 10 km de Rio Branco, são desenvolvidas experiências com viveiros de mudas, sistemas agroflorestais e piscicultura. As experiências têm por objetivo subsidiar o trabalho de professores e lideranças indígenas na implementação de alternativas produtivas em áreas indígenas.

"O programa da CPI tem por base uma abordagem multidisciplinar que contempla os vários aspectos da vida na aldeia e fora dela", afirma Vera. Reconhecida como referência em programa de educação indígena, a experiência da CPI subsidia trabalhos com outros grupos indígenas do país, como os Suruí, Zorós, Urueu-wai-wai, Waimiri do Xingu, Xavante e Waiãpi.

A CPI e a luta pela terras indígenas

Fundada em fevereiro de 1979, a Comissão Pró-Índio foi uma das primeiras organizações da sociedade civil regional voltada para apoiar reivindicações dos grupos indígenas referentes ao direito de uso de suas terras.

Juntamente com o Conselho Missionário Indigenista - CIMI e as lideranças do então incipiente movimento indígena, a CPI efetuou as primeiras articulações que resultaram no reconhecimento do direito à posse e posterior demarcação das terras indígenas. Tal atuação contribuiu para modificar o perfil da distribuição de terras na região, até então concentradas nas mãos de

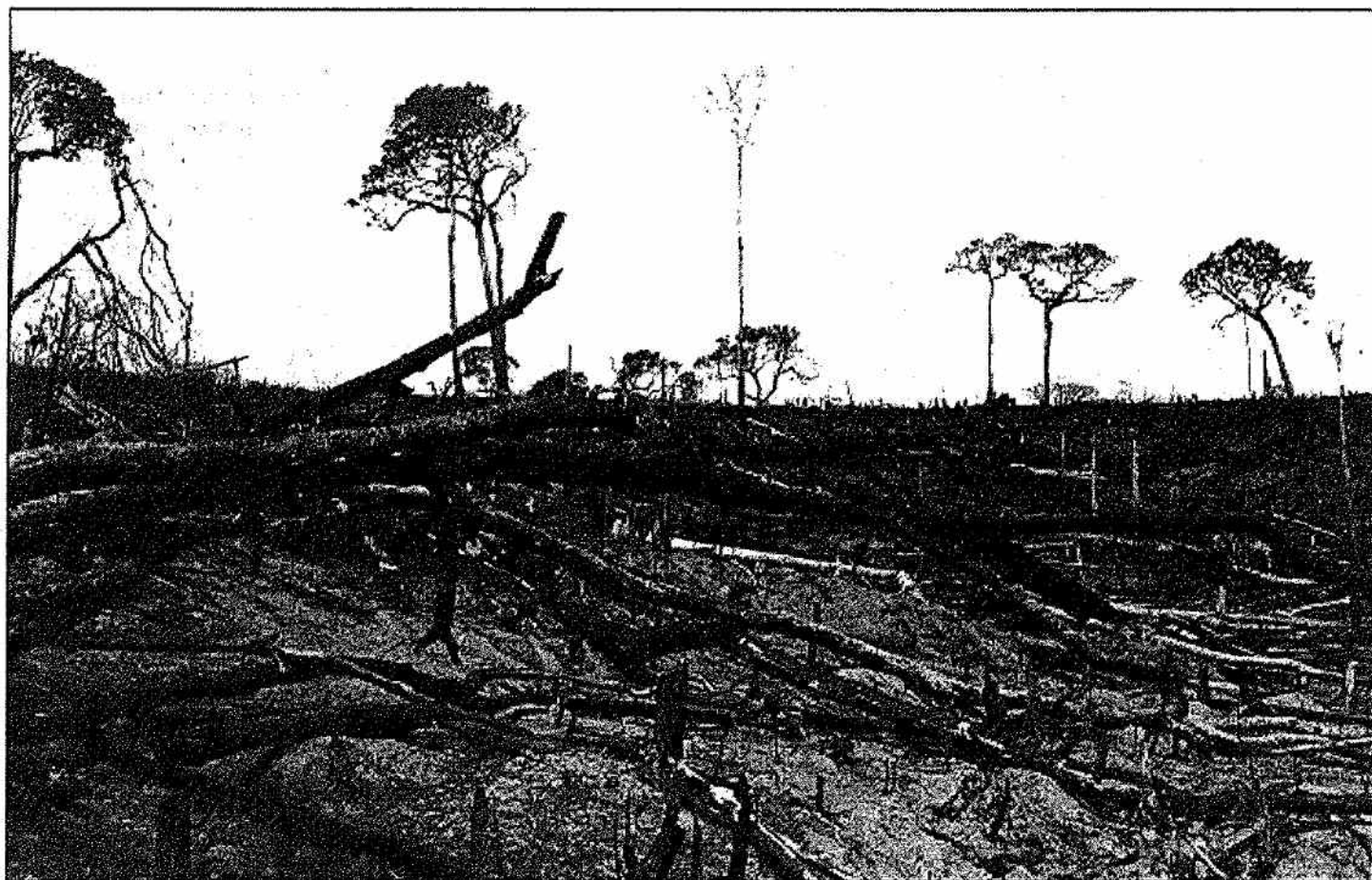
apenas 1% da população regional. Vale lembrar que o modelo de reservas extrativistas defendido pelos seringueiros na década de 80 teve origem nas reservas indígenas do Acre.

A questão das terras indígenas avançou muito nas últimas duas décadas no Acre, mas ameaças como o decreto presidencial 1775/96 representam ainda uma risco permanente de retrocesso (ver matéria sobre a UNI).

Além da conquista da terra, outros problemas se colocaram para as populações indígenas e seus aliados, dentro do desafio de fortalecimento comunitário. Entre eles, uma educação adequada ao universo cultural indígena; a

organização de programas de saúde que considerem a medicina tradicional; e, finalmente, uma proposta de desenvolvimento que compatibilize preservação ambiental e atividades produtivas.

O programa de saúde é baseado em levantamentos das principais incidências de doenças, quadro sanitário e o padrão alimentar das populações indígenas. Atualmente o programa atende 20 aldeias nos municípios de Tarauacá, Jordão, Manoel Urbano, Santa Rosa e Assis Brasil. Beneficia, diretamente, cerca de 2,5 mil pessoas na região dos rios Iaco e Purus.



Queimada às margens da BR-364

A Educação Ambiental na sala de aula

Em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, SOS Amazônia desenvolve programa de capacitação de professores

A capacitação de professores da rede pública estadual em educação ambiental é um dos sub-projetos desenvolvidos pela entidade ambientalista SOS Amazônia dentro do Aquiri. Os cursos atingiram em 96, 70 professores dos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul e foram realizados dentro de uma parceria SOS e Secretaria Estadual de Educação. Até março deste ano, mais 105 professores farão o curso.

“Os cursos se inserem na estratégia de ampliarmos os públicos multiplicadores em relação à educação ambiental, trabalhando de forma multidisciplinar e discutindo a questão ambiental dentro do cotidiano”, afirma Magali Medeiros, bióloga e membro do sub-projeto. Biodiversidade, Amazônia, política ambiental, lei de patentes, teorias de educação ambiental, linhas

metodológicas, currículos. Estes foram alguns dos temas trabalhados durante as 60 horas do curso. Neles foram utilizados vídeos, textos e trabalhos em grupos.

Através do sub-projeto, a SOS “bancou” a produção e reprodução do material educativo, o material de consumo, as consultorias, diárias de técnicos e transporte às cidades do interior. “A Secretaria de Educação enfrentou em 96 muitas dificuldades de recursos e infra-estrutura. A partir do trabalho com a SOS, pudemos realizar o programa de formação com qualidade, gerando referências positivas da parceria governamental e não governamental para a própria instituição”, afirma Maria de Lurdes Pereira, coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental da Secretaria Estadual de Educação.

Os professores atingidos dão aulas para o 1º e 2º graus, nas mais diversas disciplinas. A formação de cada um varia de magistério a superior. “Não dá para negar que grande parte dos professores possui uma formação escolar precária. Mas temos que

trabalhar com esta realidade e contribuirmos para a incorporação da questão ambiental como tema comum a todas as disciplinas”, lembra Miguel Scarcello, secretário-geral da SOS. Os professores que ministram o curso de Educação Ambiental são técnicos e docentes da Universidade Federal do Acre vinculados à SOS.

Para Maria de Lurdes, a parceria entre governamentais e não governamentais é fundamental para qualificar os programas de educação do Estado. “As ONGs contribuem para o dinamismo e a construção de novas perspectivas da ação governamental. São aliadas na busca de um Estado mais comprometido com as necessidades concretas da realidade social e ambiental”, afirma a educadora.

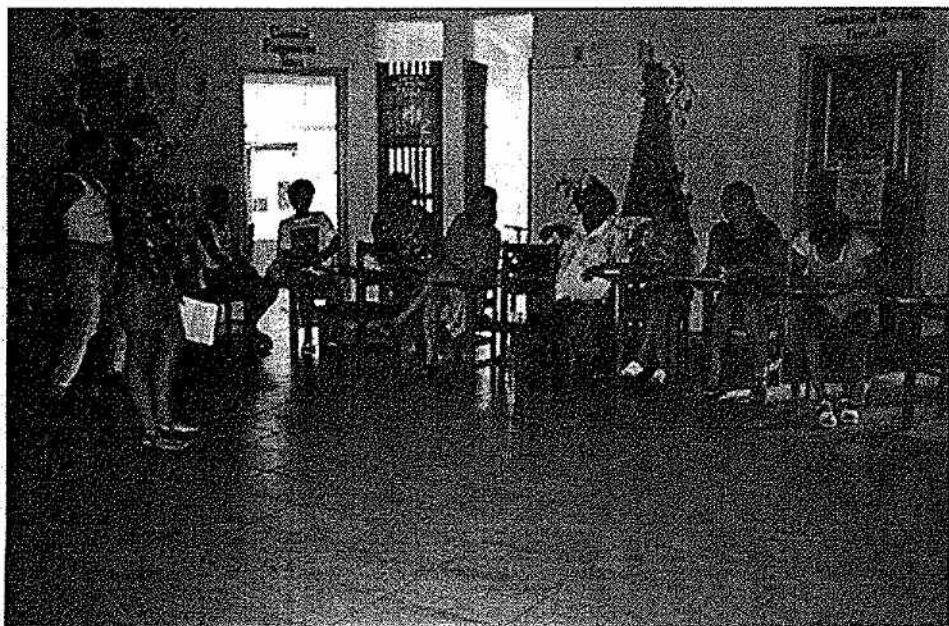
Como limites da parceria, Scarcello aponta a relação nem sempre fácil com a estrutura da Secretaria Estadual de Educação. “É um desafio aprimorarmos esta relação, mas sem dúvida há grandes diferenças de procedimentos, ritmos e visões que nem sempre conseguimos resolver bem. Na verdade, a valorização da educação ambiental pela instituição



ainda é muito pequena. Mas estamos dispostos a encarar isso para obtermos avanços", diz.

A continuidade dos cursos e a ampliação do número de professores atingidos em 97 são as perspectivas apontadas pela Secretaria e SOS. "Precisamos reeducar os professores para que eles multipliquem em sala de aula uma nova concepção de relação entre as pessoas, as comunidades e o meio ambiente. Esse trabalho é urgente", afirma a pedagoga Maria de Lurdes.

Segundo Magali, a partir da avaliação do curso feita junto aos professores, alguns conteúdos devem ser aprofundados ou alterados nas próximas turmas. "Esse esforço todo parte do reconhecimento de que o professor tem um papel fundamental no avanço de uma mentalidade de preservação e respeito ao meio ambiente na Amazônia".



Curso para professores da rede pública em Cruzeiro do Sul

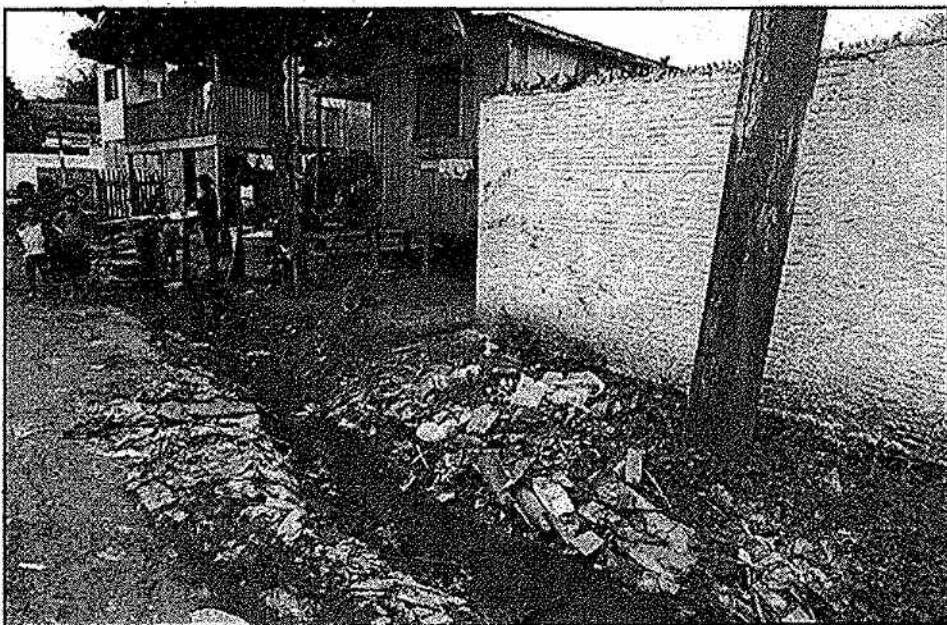
Pensando o meio ambiente da cidade e da floresta

Fundada em 1988, a entidade ambientalista SOS Amazônia surge em resposta às grandes queimadas e desmatamentos na Amazônia e à necessidade de desenvolver formas racionais de uso dos recursos da floresta pelas populações tradicionais: índios e seringueiros. Esta necessidade é reforçada pela criação das primeiras Reservas Extrativistas no Acre, em 1988.

Durante os anos 90, a SOS diversificou e ampliou seu campo de intervenção incorporando questões como a ocupação do espaço urbano, a difusão de tecnologias alternativas e o desenvolvimento auto-sustentável. Atualmente o eixo principal de atuação da entidade é a educação ambiental formal e informal.

A SOS é constituída por cem sócios, grande parte deles professores universitários e técnicos governamentais e não governamentais. A entidade executa vários projetos. O maior deles é o de Conservação do Parque Nacional da Serra do Divisor, no município de Cruzeiro do Sul. A SOS é responsável pela elaboração do Plano de Manejo. Para isso, a entidade está realizando diversos levantamentos que vão da realidade sócio-econômica-cultural das comunidades do parque até à biodiversidade. O projeto é desenvolvido em parceria com a Ong ambientalista TNC e tem apoio financeiro da USAID.

"Nosso receio é de que depois de elaborarmos o Plano de Manejo do Parque,



Lixo e esgoto aberto no bairro Seis de Agosto

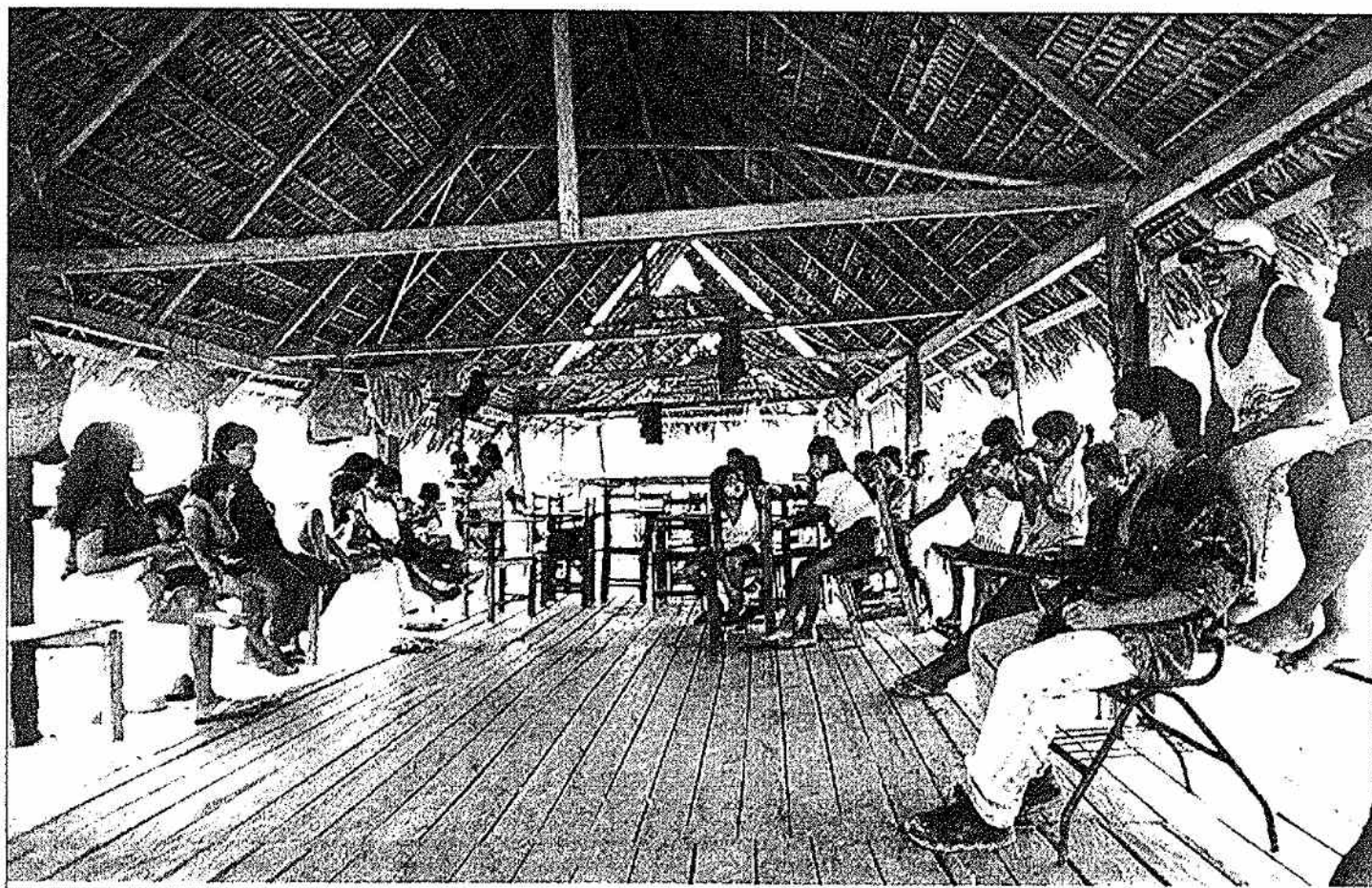
o IBAMA, que é o órgão governamental responsável pela execução, não tenha condições de implementá-lo", lembra Russelino Barbosa, presidente do Conselho Deliberativo da SOS. Segundo a entidade, o Plano de Manejo deve estar pronto em setembro de 1997.

A formação em ecologia e meio ambiente de lideranças e trabalhadores rurais do Projeto Reca, em Vila Califórnia, é outro projeto desenvolvido pela entidade. Outro projeto

é o "Lixo e Cidadania", implementado em parceria com a Prefeitura de Rio Branco e apoiado pelo UNICEF e que visa a elaboração de materiais educativos sobre meio ambiente e a instalação e funcionamento de um Núcleo de Tratamento de Lixo nos bairros Tucumã e Rui Lino. Ainda no Aquiri, a SOS participou em 96 dos sub-projetos "Comunidade e Cidadania" e Integrado Xapuri. (ver matérias nas próximas páginas.)



Um Encontro de Línguas e Culturas Indígenas



Classe multiseriada na aldeia Shanenawa, no município de Feijó.

Agosto de 95. Na cidade de Feijó, professores indígenas dos povos Kaxinawá, Shanenawa, Kulina, Jamamadi e Kampa se reúnem em um encontro de capacitação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil). O rio Envira muito seco, devido ao alto verão amazônico, tornou impossível a chegada de vários professores Kampa e Kulina. No total 21 professores indígenas participam do encontro de dez dias coordenado pelas lideranças Carlos Brandão e Mário Kaxinawá, da Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (OPIRE) e pelos agentes do CIMI do Juruá.

Muito além da matemática, língua portuguesa, geografia e história do conteúdo oficial do ensino das quatro primeiras séries do primeiro grau brasileiro, o encontro é um momento de troca de experiência, intercâmbio cultural entre os diversos povos envolvidos e, sobretudo, um espaço de valorização

indígena. "Estes encontros reforçam a auto-estima e o orgulho dos índios em relação a sua cultura. São momentos de resgate de histórias, mitos, rituais", lembra Dagmar Matias, professora do CIMI em Feijó.

Um espaço também de brincadeiras e piadas entre os índios. O jeito todo próprio dos Kulina falarem o português, as brincadeiras do fogo e do jabuti dos Shanenawa, o vestuário imponente dos Kampa, as diferenças da dança do mariri. "Por falarem menos o português, os Kampa e os Kulina têm um relação muito forte com sua cultura e sua língua. Nos Encontros, este espírito de valorização cultural passa para os outros povos que estão mais em contato com os brancos e estimula todos a mergulharem na sua cultura e reconhecerem suas diferenças e histórias", conta Fátima Rodrigues, agente do CIMI.

A repercussão desta situação ocorre nas aldeias, junto a crianças e adultos. Os professores, a maioria com idade entre

18 a 30 anos, acabam sendo em grande parte a segunda liderança depois do cacique. São eles que, em sua maioria, vão escrever as histórias orais da aldeia e trabalhar o conteúdo em sala de aula. "A escrita aparece para muito índios como um poder mágico, o poder de garantir a eternidade do mito", diz Dagmar.

O Ensino Básico - Em 95, o sub-projeto desenvolvido pelo CIMI em parceria com a IECLB e o Conselho de Missão entre os Índios (COMIN) realizou três encontros de qualificação de professores de seis povos indígenas (Arara, Jaminawa, Katuquina, Kaxinawá, Kulina e Jamamadi) e a produção de quatro cartilhas educativas. As cartilhas (bilíngües e de matemática) são voltadas para índios Jamamadi e Kulina.

Dentro do Projeto Aquiri, foram realizados em 96 um novo Encontro em Feijó e outro em Cruzeiro do Sul, com professores indígenas. A assessoria aos



professores nas 26 escolas indígenas continua como atividade permanente. "Um dos nossos desafios é o acompanhamento mais aprofundado das escolas indígenas. Chega uma hora que o professor sabe tanto quanto o aluno e o aprendizado fica meio estacionado. O processo de capacitação de professores tem que ser contínuo", lembra Dagmar.

As escolas indígenas - A maioria das escolas indígenas do Acre foi criada nas décadas de 70 e 80 e seu surgimento está ligado à luta do então emergente movimento indígena do estado, à ação das missões evangélicas americanas e ao trabalho das entidades não governamentais CIMI e CPI.

Atingindo mais de 500 alunos, a maioria crianças e adolescentes, as escolas indígenas do Juruá acompanhadas pelo CIMI possuem classes multiseriadas. As escolas são subordinadas às inspetorias locais da Secretaria Estadual de Educação e trabalham com material didático do Ministério da Educação e outros produzidos pelo CIMI/IECLB. Os professores indígenas estão vinculados aos quadros da Secretaria.

A metodologia de ensino das escolas indígenas parte dos pressupostos da

educação popular de Paulo Freire, ou seja, a valorização do universo local e a participação do aluno enquanto sujeito do processo de aprendizagem. O material didático produzido pelo CIMI/IECLB é elaborado a partir do trabalho conjunto com os alunos. Dentro do Projeto Aquiri foram produzidas quatro cartilhas, duas bilíngües e duas de matemática, voltadas para os povos Jamamadi e Kulina. "Trabalhamos com sugestões, textos e desenhos dos professores indígenas e alunos", lembra o pastor Nelson Deicke, do IECLB.

Para o CIMI, a produção de materiais didáticos específicos para as escolas indígenas é um outro desafio a ser enfrentado. "Temos algumas cartilhas de apoio sobre as línguas e as culturas indígenas, mas se fazem necessários outros materiais didáticos que abordem a realidade dos índios, integrando áreas que no ensino formal são separadas de forma estanque. Esta separação gera um estranhamento diante do mundo da aldeia", conta Fátima.

Currículo - Uma proposta de linhas gerais para um currículo escolar indígena também está sendo amadurecida pela equipe do CIMI dentro da COPIAR, articulação de organizações de

professores indígenas do Amazonas, Rondônia e Acre. "A idéia não é chegar a uma proposta de currículo acabada, mas de estabelecer linhas que permitam o reconhecimento das especificidades de cada povo e dos diversos ritmos de aprendizagem", fala Dagmar.

A organização dos povos indígenas através de entidades como a União das Nações Indígenas do Acre e sul do Amazonas (UNI-Norte), a Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ) e diversas associações e cooperativas, associada ao processo educativo, possibilitou a valorização da cultura indígena e uma nova relação com os brancos. "Deixar de ser enganado pelos patrões e comerciantes, se defender dos brancos, foram os grandes motivos para que o índio quisesse aprender o português. A escola acabou superando esta expectativa de "defesa" e se transformou num espaço de valorização da língua, da cultura e da identidade indígena", conta Fátima.

Dagmar lembra a fala de um professor Kulina em um Encontro do CIMI. "Eu não sou o "caboclo" chamado pelos brancos, eu sou um índio do povo Kulina. Minha língua não é "gíria", é Kulina. Eu não tenho que ter vergonha, eu tenho orgulho de ser o que sou".

A Mortalidade Infantil

A falta de políticas públicas de saúde que atinjam o interior do Estado, em especial a área rural-florestal, fez com que entidades como o CIMI, IECLB, CPI, UNI e Cooperativa Extrativista Chico Mendes muitas vezes tivessem que assumir ações básicas de saúde, como por exemplo, a vacinação. "É uma questão de sobrevivência destas populações. Todos nós estamos lutando para que seja diferente, mas no "aqui e agora" o jeito é fazer", comenta Nelson Deicke, pastor da Igreja Luterana.

A IECLB atua junto aos povos indígenas do Acre desde o início da década de 80. Contribuiu no processo de demarcação de terras indígenas, apoio à organização dos povos e projetos de educação e saúde. "Nossa perspectiva de missão é ligada à idéia de serviço ao outro, baseada no respeito total à cultura, ao mundo, à organização dos povos indígenas", lembra Nelson.

Abaixo, trechos de um depoimento de Nelson sobre o trabalho na área de saúde:

"Em um levantamento feito pelo

CIMI em 1989 sobre mortalidade infantil dos povos indígenas, detectou-se que a maior parte era decorrente de doenças totalmente preveníveis por vacinação. Uma vez que o Estado não realizava isto, organizamos um programa de prevenção por vacinação, educação à saúde, tratamento e encaminhamento dos doentes mais graves à cidade.

Há também pequenas farmácias nas aldeias. Os Kaxinawá possuem agentes de saúde treinados pela Comissão Pró-Índio (CPI). Nós estamos treinando alguns Kulina para atender os casos mais simples. No início havia um convênio oral com a Secretaria Estadual de Saúde que fornecia os medicamentos. Atualmente tem se conseguido muito pouco da FUNAI e outra parte vem de doações da Alemanha. Os agentes Kaxinawá já conquistaram uma parte diretamente com a Prefeitura do município de Santa Rosa e FUNAI.

Na última viagem de vacinação, a Fundação Nacional de Saúde entrou com o diesel, uma vacinadora, descartáveis, vacinas e repassou pela primeira vez um auxílio de R\$ 800,00.

O município de Santa Rosa já assumiu este trabalho com os ribeirinhos. Atingimos uma boa cobertura nas vacinas contra tuberculose, sarampo, tétano, difteria, coqueluche, paralisia infantil, febre amarela e hepatite B. No entanto, este trabalho é pesado, pois demanda muito gasto de tempo, prejudicando as atividades mais formativas. Só com o trabalho de um agente do CIMI e um do IECLB atingimos 1453 índios Kulina, Kaxinawá, Jaminawa espalhados em diversas aldeias

Em 96, a formação foi a prioridade. Realizamos cursinhos nas próprias aldeias. Neles participam agentes de saúde, tuxáuas e algumas outras pessoas interessadas. Definimos algumas prioridades para a saúde nas aldeias. O conteúdo ficou com os participantes na forma de uma pequena cartilha.

Há perspectivas animadoras, mas ainda temos muitas áreas indígenas descobertas de qualquer ação de saúde".



Tecendo a cidadania das mulheres

Entidade apóia a organização de grupos de mulheres rurais e urbanas.

Na floresta, as parteiras ocupam um papel fundamental. É através de suas mãos que a maioria das crianças dos seringais e colônias chega ao mundo. É através de um conhecimento milenar passado de mãe para filha que o parto se reafirma como ritual feminino de revelação do mistério da vida. Um conhecimento que envolve a manipulação de ervas da mata, rezas, técnicas. "A mulher ocupa o centro, não como a doente, a paciente, mas como o sujeito de um momento que conta com o apoio de outras mulheres, dentro de

sua casa. As parteiras representam a tradição feminina do parto humanizado, desqualificada por muitas décadas pelo discurso médico oficial", lembra Lúcia Ribeiro, educadora popular da Rede Acreana de Mulheres e Homens.

Desde 94, a Rede desenvolve dentro do Projeto Aquiri um sub-projeto voltado para a organização e capacitação das parteiras tradicionais dos seringais do município de Xapuri. Andando horas pela floresta, a equipe da entidade visitou inúmeros seringais da Reserva Extrativista Chico Mendes, realizando um levantamento da realidade das parteiras. Em 95, a Rede promoveu o I Encontro de Parteiras Tradicionais de Xapuri. O evento contou com cerca de sessenta parteiras,

a maior parte mulheres com mais de quarenta anos. Em outubro de 96, o primeiro curso de capacitação de parteiras reuniu mais de quarenta participantes.

A entidade pernambucana Cais do Parto vem assessorando a Rede no trabalho com parteiras. Criada em 1988 em Recife, o Cais é a primeira entidade brasileira de cunho feminista a assumir a organização e capacitação de parteiras como missão institucional. O Cais é responsável no Brasil pela criação da Rede Nacional de Parteiras, que envolve atualmente os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Amapá, Roraima, Pernambuco e Acre.

"A capacitação contribui para o aprimoramento do trabalho das parteiras. Ela parte da valorização de seu conhecimento e introduz outros que se complementam. A compreensão sobre o corpo das mulheres e o ciclo de reprodução são alguns deles", lembra Graça Lopes, pedagoga, coordenadora da Rede Acreana.

A perspectiva da Rede é que a partir do trabalho de encontros e treinamento surja a Associação das Parteiras Tradicionais de Xapuri e, com isso, as parteiras possam se articular com órgãos e instituições de saúde, lutar por melhores condições e serem reconhecidas como prestadoras de serviço às comunidades. "Dessa forma as parteiras sairiam do anonimato e passariam a ter lugar reconhecido dentro do sistema de saúde", afirma Lúcia.

Ramal Mendes Carlos - Outro sub-projeto desenvolvido pela Rede dentro do Aquiri ocorre junto a dois grupos de mulheres do ramal Mendes Carlos II e Reserva Mendes Carlos, localizados no município de Plácido de Castro. Os grupos são formados por quinze mulheres cada um, com idades que variam entre 13 a 70 anos. As mulheres desenvolvem atividades de pintura em tecidos e costura e participam de

Aparando a vida na floresta

Foram tantas as vezes, que Dona Ninfa nem se lembra mais. De dia ou de noite, a caminhada ligeira pela mata, a canoa que cruza o rio, a tempestade, o frio, a noite que nem sempre tem lua e uma mulher que sofre e espera desesperada a ajuda da parteira. "Para ser parteira no seringal é preciso ter muita fé em Deus e muita coragem para trazer a vida". A tesourinha, um pouco de álcool ou colônia quando muito, um cordão para cortar o umbigo. O chá de chicória, o caldo da caridade com bastante pimenta para dar força, o chá de cumaru depois do parto. "O importante é dar paz e coragem para a mulher espantar o medo e reforçar a fé", diz Dona Etelvina, 69 anos, uma das parteiras mais antigas que participaram do I Encontro de Parteiras Tradicionais de Xapuri, promovido pela Rede.

"A gente é quase tudo analfabeta, o que nós sabemos foi determinado por Deus para a gente acudir e fazer o amor", lembra Dona Maria Maia, 68 anos e parteira de mais de 500 crianças. Conhecimento passado de mãe, tia, madrinha para as mais

novas, fazer parto é assunto que se aprende depois de moça ou casada. "Quando a mãe era para ter filho, as crianças eram tudo colocada para fora de casa, ninguém podia ver. Quando aparecia o bebê, a mãe dizia que foi a parteira que trouxe debaixo da saia", conta Dona Maria.

O primeiro parto aparado é sempre um momento de espanto e medo. "Era o parto da mulher do meu avô. Eu não sabia de nada, foi ela mesmo que foi me explicando como fazer. A parteira não chegou a tempo, mas eu consegui aparar a criança", conta Madalena.

Dona Etelvina lembra o seu primeiro parto aparado quando dia 17 anos. "Eu não sabia que existia placenta, quando eu vi saindo aquilo pensei que fosse as tripas. Fiquei apavorada". Os momentos difíceis, a chegada tarde demais, o desvirar a criança dentro do útero. "Se a gente tivesse mais estudo poderia ajudar mais. A gente agradece muito quando tudo dá certo e a mãe e a criança estão salvas. É sinal de que Deus ajudou a gente", lembra Dona Francisca.



Encontro de Parteiras de Xapuri, outubro de 1995.

oficinas sobre direitos da mulher, saúde e sexualidade, organização e outros temas ligados à condição feminina. "Não podemos afirmar que as mulheres geram renda. Com certeza podemos dizer que elas diminuem os gastos domésticos ao produzirem suas próprias roupas. Nossa expectativa é de melhorarmos as condições de subsistência", lembra Valmira Braga, educadora da Rede.

A partir dos esforços das mulheres

e da contribuição do conjunto da comunidade, foi construída uma casa de madeira para sediar encontros, oficinas e festas do grupo da Reserva. "Esta é uma das dificuldades que foram superadas. Outra é a ainda resistência dos maridos em facilitar a participação das mulheres. Estamos procurando coletivamente formas de resolver o problema", conta Valmira.

A perspectiva do trabalho da Rede com os grupos é aprimorar o

desenvolvimento de atividades produtivas através de parcerias interinstitucionais, como a prevista com o Incra. Cursos de costura avançados, produção de sabão, farmácia caseira e outros estão previstos, juntamente com as oficinas educativas voltadas para o fortalecimento das mulheres enquanto indivíduos. "As oficinas estimulam as mulheres a participarem do sindicato e dos partidos, mostrando que mulher também sabe fazer política", afirma Val.

Uma entidade feminista

A Rede Acreana de Mulheres e Homens nasceu em 1988 dentro de uma perspectiva feminista. A entidade surgiu a partir dos chamados "grupos de auto-consciência", espaços de discussão da condição feminina e masculina que proliferaram nos centros urbanos brasileiros durante a década de 80. "Os grupos representaram um espaço de troca, vivência, de auto-conhecimento. Foram espaços de reflexão e construção de novas formas de convivência entre mulheres e homens", lembra Graça.

A partir de algumas mulheres que participaram do grupo, a Rede começou a desenvolver em 1989 uma atuação junto a trabalhadoras rurais de Rio Branco e Xapuri. O objetivo no primeiro momento era o de promover a cidadania feminina

através do estímulo à organização das mulheres e sua participação no sindicato.

Oficinas, encontros, reuniões com seringueiras e colonas debateram de forma lúdica e participativa o cotidiano das mulheres, suas necessidades, o corpo e a sexualidade, a violência doméstica, as condições de vida, e a luta pela qualidade de vida.

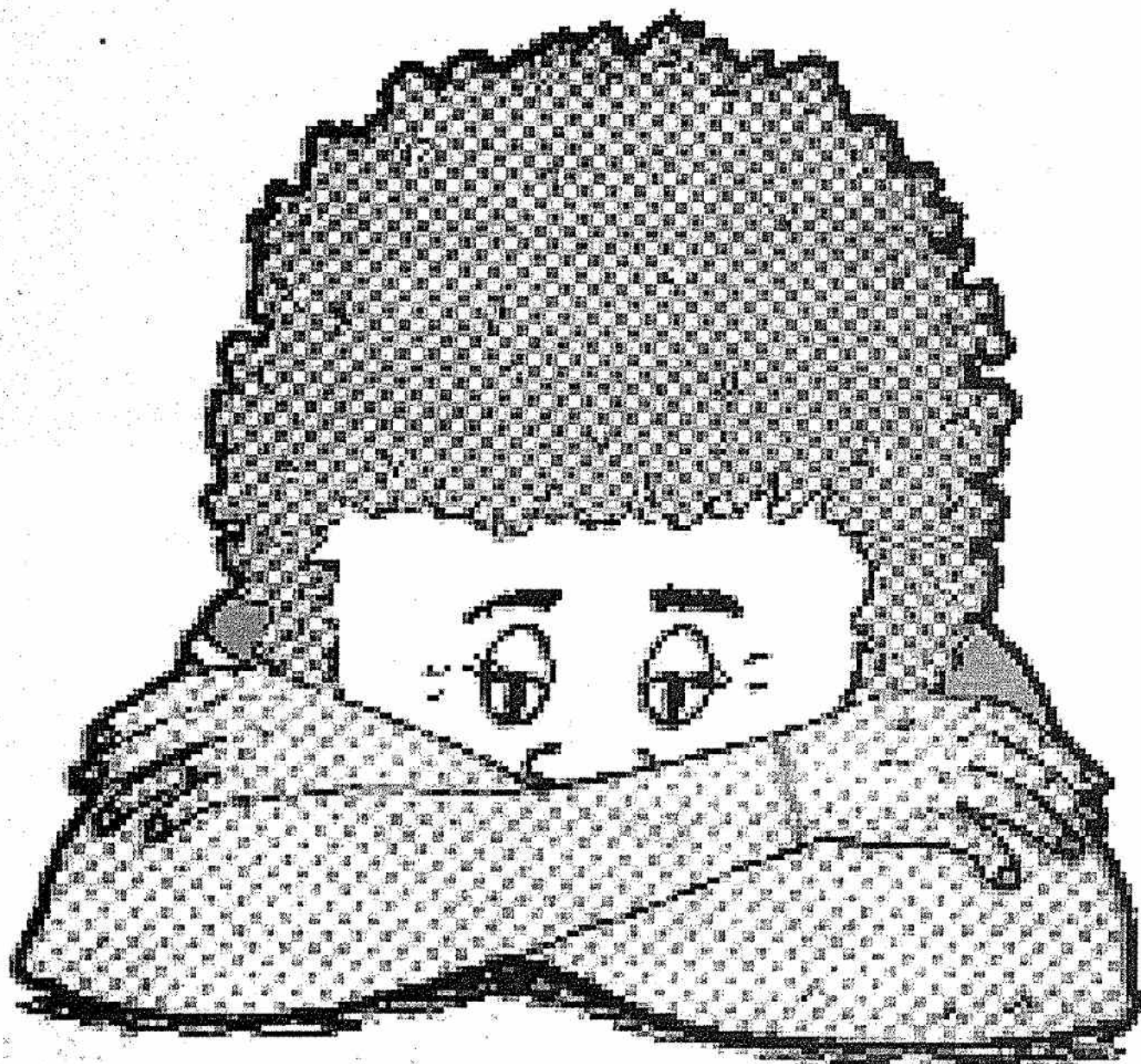
Através do trabalho da Rede, surge em 1989 o Comitê 8 de Março. O Comitê é a articulação de entidades e movimentos de Rio Branco que promove todo ano a programação da Semana Internacional da Mulher. Juntamente com o CDHEP, a Rede participou em 1992 da criação da Casa Rosa Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, ligados à Prefeitura Municipal de Rio

Branco.

Atualmente, além dos trabalhos com parteiras e com trabalhadoras rurais do Ramal e Reserva Mendes Carlos, a Rede apoia o Grupo de Mulheres Urbanas de Xapuri, o GMUX (dentro do Projeto Aquiri), e grupos de mulheres dos bairros Nova Esperança e Tancredo Neves, em Rio Branco. O GMUX reúne mensalmente cerca de trinta mulheres de quatro bairros periféricos de Xapuri.

"Nestes grupos estamos contribuindo para o desenvolvimento de alternativas de geração de renda, sempre com atividades de fortalecimento das mulheres em torno da questão de direitos, auto-estima, corpo e sexualidade, maternidade, entre outros temas ligados ao cotidiano das mulheres", afirma Lúcia.

Violência contra a mulher: integrando ações de combate



Entidade investe nas ações em parceria com instituições públicas

Rio Branco é uma das capitais brasileiras com maior incidência de homicídios de mulheres, levando-se em conta o tamanho de sua população. Com apenas 220 mil habitantes, a cidade teve entre 92 e 96, 67 assassinatos de mulheres, sendo que 80% deles ocorreram dentro de relações afetivo-amorosas.

Muito além dos números de homicídios, a gravidade da violência contra a mulher desponta nas filas da Delegacia da Mulher e na Defensoria Pública em denúncias de espancamentos, abusos sexuais, estupros, ameaça de morte, agressões psicológicas. Grande parte ainda fica encoberta pelo silêncio doméstico.

"Não podemos afirmar que a violência contra a mulher vem diminuindo ou aumentando, mas com certeza podemos dizer que ela está sendo mais denunciada", afirma Jussara Viana, delegada da Mulher

de Rio Branco.

Para as delegadas e agentes de polícia da Delegacia da Mulher, o aumento no número de queixas se deve em grande parte às denúncias e campanhas educativas realizadas pelas entidades que atuam em Rio Branco sobre a questão mulher, em especial, o trabalho do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre, o CDHEP.

O trabalho do CDHEP teve início em 1989, a partir de discussões sobre saúde e violência doméstica com grupos de



mulheres na periferia de Rio Branco. De 1990 a 1992, o CDHEP realizou com o apoio do UNICEF e da Fundação Ford uma pesquisa-diagnóstico sobre a violência física e sexual contra as mulheres em Rio Branco.

Com base nas informações foram produzidos materiais educativos e dossiês de denúncias, realizadas oficinas nos bairros e foi definida uma pauta estratégica de proposições de políticas públicas. Uma das maiores conquistas decorrentes do trabalho foi a criação da Casa Rosa Mulher, da Prefeitura Municipal de Rio Branco, fruto do trabalho do CDHEP e da entidade feminista Rede Acreana de Mulheres e Homens (*ver matéria sobre a Casa*).

O Aquiri - Atualmente, através do Projeto Aquiri, o CDHEP vem apostando em quatro linhas de trabalho. A primeira, a sensibilização da opinião pública para a desnaturalização da violência. A segunda, a formação de públicos multiplicadores para o combate à violência, principalmente agentes de saúde e professores. A terceira, a qualificação dos espaços públicos de atendimento (a Delegacia da Mulher e a Casa Rosa Mulher) e a quarta, a proposição de políticas públicas através do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. O CDHEP ocupa atualmente a presidência do Conselho.

A criação da Casa Abrigo, voltada à mulheres que estão na iminência de serem assassinadas, o surgimento de um serviço voltado a meninas que sofreram violência sexual, e o fortalecimento e aparelhamento da Delegacia da Mulher, Defensoria Pública e do Instituto Médico Legal, são as reivindicações prioritárias do Conselho.

"A nossa atuação vem contribuindo para o aumento da demanda em relação aos serviços públicos existentes. Sabemos que estes serviços, quanto às condições de trabalho e a qualidade do atendimento, deixam muito a desejar. Estamos assumindo o desafio da parceria na formação de recursos humanos para um atendimento mais eficiente", afirma Denise Carreira, do CDHEP e presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Dentro do projeto Aquiri, foram realizadas em 95 oficinas com policiais sobre relações de gênero e o Seminário "Violência Contra a Mulher: Estratégias Integradas de Combate", em parceria com a Delegacia da Mulher. O Seminário contou com representantes das áreas de saúde e educação.

"O CDHEP e a Delegacia vêm amadurecendo uma relação, que muitas vezes no passado foi marcada pela defensiva dos policiais em relação ao "pessoal" dos Direitos Humanos. Estamos mostrando que queremos encontrar um espaço e uma linguagem comum para construirmos algo juntos", diz Antonia Oliveira, da equipe Violência contra a Mulher do CDHEP.

Articulações Interinstitucionais- Em 95,

também foram realizadas oficinas com grupos de jovens do bairro Cidade Nova e inúmeros encontros de articulação interinstitucional com a Defensoria Pública, o Instituto Médico Legal, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público. "Sabemos que alguns avanços no combate à violência decorrem de uma simples circulação de informação entre os órgãos que, em sua grande parte, ainda atuam de forma desarticulada", lembra Ana Ramos, da equipe do Centro.

O sub-projeto "Combate à Violência contra a Mulher", dentro do Aquiri, apostou mais fundo em 96 na formação de recursos humanos de espaços públicos. Foram realizadas oficinas com 110 agentes municipais de saúde, que atuam em 80 bairros periféricos da cidade, e a preparação de espaços de sensibilização para professores da rede pública municipal. A elaboração de materiais didáticos sobre violência contra mulher e educação diferenciada foi discutida em 96 pelo CDHEP e a Secretaria Municipal de Educação.

O curso de gênero e relações humanas realizada em novembro do ano passado com policiais da Delegacia da Mulher teve por objetivo trabalhar informações voltadas a dinamizar o trabalho da DDM e a aumentar a auto-estima das policiais. O curso contou com a contribuição da professora Heleith Saffioti, que coordena a pesquisa nacional sobre o desempenho das Delegacias da Mulher no país.

Junto com a Casa Rosa Mulher, o CDHEP está implantando atualmente um grupo de auto-ajuda a mulheres que vivem o cotidiano da violência doméstica. O trabalho é centrado no aumento da auto-estima e no conhecimento de direitos. A idéia é que a partir deste primeiro Grupo, surjam outros na cidade e que algumas participantes possam vir a se tornar monitoras. O sub-projeto realizou também oficinas educativas com as comunidades dos bairros Cidade Nova e Seis de Agosto, dentro do sub-projeto Integrado Comunidade e Cidadania (*ver matéria sobre o Integrado*).

Desafios - Com uma equipe pequena, o CDHEP vem buscando definir e qualificar o seu trabalho na busca de melhores resultados no combate à violência contra a mulher. "Sabemos que a violência é uma realidade super complexa e desagregadora. Queremos usar a nossa energia em algo que tenha um potencial de transformação e multiplicação em outros grupos sociais", diz Denise Carreira.

O CDHEP começa em 97 a desenvolver um trabalho em parceria com o Comando da Polícia Militar do Acre, para a realização de oficinas sobre violência doméstica com policiais, formação de grupos de auto-ajuda masculinos e criação de um serviço especial às mulheres de PM que sofrem violência doméstica.

"Necessitamos aprimorar nossas metodologias e linguagens para trabalhar

com públicos distintos. Sabemos que o nosso trabalho mexe com referências estruturais das pessoas, com valores e preconceitos, inclusive das instituições. Estamos buscando ser mais precisas e qualificadas. Mas podemos afirmar que já plantamos algumas sementes", lembra Ana Ramos.

Desenvolvimento Urbano e Participação Popular

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Acre nasce em 1979 como entidade da Diocese de Rio Branco. O CDDH participou ativamente na organização do movimento comunitário e sindical do Acre e na criação e fortalecimento de centros de direitos humanos a nível regional.

Em 1989, o CDDH se divide em CDDHD - Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese, que se mantém ligado à Igreja e o CDDHEP - Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre, que passa a se constituir numa organização não governamental autônoma. Em 96, o CDDHEP passa a se intitular CDHEP - Centro de Direitos Humanos e Educação Popular.

Atuando prioritariamente no espaço urbano de Rio Branco, o CDHEP tem como eixos básicos de intervenção o combate à violência e o desenvolvimento da cidade. A entidade atua em três campos estratégicos:

- *a promoção de direitos e novas mentalidades;
- *a proposição de políticas públicas e assessoria a processos participativos;
- *e o fortalecimento comunitário urbano;

Idealizador do Projeto Integrado Comunidade e Cidadania do Aquiri II, o CDHEP assume o trabalho em parceria e as articulações entre entidades como fundamental na potencialização técnica e política das ações do movimento social no Acre (*ver matéria sobre Projeto Comunidade e Cidadania*).

O CDHEP ocupa atualmente a Secretaria Executiva do Comitê Chico Mendes (articulação de combate à violação de direitos) e a Secretaria Executiva do Movimento Nacional de Direitos Humanos - Norte I (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima).



Cursos Profissionalizantes para mulheres de baixa renda

Formação é acompanhada de oficinas educativas sobre direitos, sexualidade, violência e arte

Rio Branco possui mais de 20% de suas famílias chefiadas por mulheres. Localizadas a maior parte nos bairros periféricos e ocupações da cidade, estas famílias vivem com orçamentos extremamente limitados (menos de 1 a 2 salários mínimos) e um grande número de dependentes. Segundo dados nacionais, os lares chefiados por mulheres de baixa renda estão entre os mais pobres do país e representam uma das faces mais cruéis do processo mundial de feminização da pobreza.

Sem números definidos, Rio Branco concentra centenas de meninas prostitutas ou em risco de prostituição. A maioria fruto da carência, da miséria e da falta de perspectivas decorrentes da crise econômica-social que afeta o Acre e o país. Assumindo o desafio de criar alternativas para estas famílias, a Casa Rosa Mulher, da Prefeitura de Rio Branco, apostou dentro do Projeto Aquiri nos anos de 95 e 96 em cursos profissionalizantes. Os cursos são um primeiro passo na estratégia de estimular e fortalecer alternativas de geração de renda implementadas por mulheres.

Auxiliadora tem 25 anos, é mãe de dois filhos e chefe de família. Mantém a casa com um salário mínimo e meio que ganha trabalhando como servente em uma escola da rede pública. "A gente se vira do jeito que pode para sobreviver". Buscando economizar com o gasto de roupas da família, Auxiliadora se inscreveu no curso de corte-costura da Casa Rosa Mulher. "Quem sabe daqui um tempo dá pra fazer roupa pra fora, mas pelo menos a gente de casa já não compra mais".

Foi com esse mesmo sonho que Maria José começou a fazer o curso de corte-costura. "Quero ter meu ateliê. Um negócio que eu abra na minha casa e que permita que eu cuide dos meus filhos". Como Auxiliadora, Maria José não possui máquina de costura, mas começou a economizar junto com o marido o que pode do orçamento



Curso de produção de artesanato com couro vegetal

doméstico para comprar uma máquina usada. "Quero algo melhor do que trabalhar de balconista numa farmácia", lembra Lucileide, outra aluna do curso. Para ela e Nilza, até então tinha sido difícil fazer um curso profissionalizante devido ao valor das taxas de matrícula. "Para a gente que vive com um salário mínimo não dá para tirar 30 a 40 reais para pagar um curso".

Auxiliadora, Maria José, Lucileide,

Nilza são algumas das alunas que vêm passando pelos cursos profissionalizantes da Casa Rosa Mulher, voltados para mulheres e adolescentes de baixa renda. A maior parte das mulheres atingidas tem renda familiar de 1 a 2 salários mínimos mensais. Criada em abril de 1993, a Casa Rosa Mulher é um espaço de atendimento integral às mulheres e adolescentes de Rio Branco, vinculado

à administração municipal. Fruto da luta e da proposição do movimento de mulheres do Acre, a Casa tem como público prioritário meninas em risco de prostituição e mulheres em situação de violência doméstica.

Além do corte-costura, o programa profissionalizante da Casa Rosa Mulher vem realizando com o apoio do UNICEF e da Embaixada do Canadá cursos de confecção de bijuterias com produtos da floresta, culinária com castanha, artesanato em couro vegetal, fabricação de produtos caseiros de limpeza, tapetes com retalhos e outros. Mais de 300 mulheres e adolescentes foram atingidas.

A Casa Rosa Mulher faz parte do Aquiri desde final de 94 através da parceria com as entidades Rede Acreana de Mulheres e Homens e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP). Além dos cursos, a Casa realizou também feiras para exposição e vendas de produtos desenvolvidos nos cursos.

Pagando uma taxa de inscrição de R\$ 3,00, as participantes recebem o material necessário para a fabricação dos produtos e, ao final, têm direito a 30% da produção. O restante é vendido e reposto em um fundo de manutenção de equipamentos da Casa. "As alunas ficam super animadas, porque ainda levam parte de sua produção para a casa", lembra a instrutora do curso de corte e costura Angélica de Oliveira.

Oficinas Educativas - Um dos componentes fundamentais dos cursos profissionalizantes são as oficinas educativas realizadas durante as atividades. Com temas como violência doméstica, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, direitos da mulher, planejamento familiar, as oficinas trabalham de forma participativa questões do cotidiano visando o aumento da auto-estima feminina e da consciência de cidadania. "A maioria das mulheres dos cursos falam nas oficinas de situações vividas de violência doméstica. Trabalhamos algumas informações que permitem coletivamente se pensar causas e saídas dessas situações", comenta Alcinélia Moreira, coordenadora da Casa.

As participantes dos cursos também têm acesso aos outros serviços como o atendimento jurídico, saúde preventiva, assistência social e psicológica. "Conheci a Casa através dos cursos. Agora ensino o caminho para as minhas amigas. Tô vindo sempre pegar camisinhas, já que não me dou bem com pílula", diz Auxiliadora. Outra atividade criada a partir da experiência dos cursos é a recreação infantil. "Resolvemos assumir que, se a Casa é voltada para as mulheres,

necessariamente teríamos que considerar as crianças, já que muitas mães simplesmente não têm com quem deixar os filhos quando saem", comenta Alcinélia.

Desafios - Com o objetivo de verificar até que ponto os cursos têm contribuído efetivamente para o aumento da renda familiar das participantes, a Casa pretende em 97 desenvolver uma pesquisa que aponte o impacto dos cursos na comunidade. "Na prática temos sinais positivos, mas precisamos de uma pesquisa que quantifique e dê dados concretos deste impacto", afirma Rose Scalabrin, coordenadora dos cursos profissionalizantes da Casa.

A necessidade de investimento na formação em gerenciamento de pequenos empreendimentos é colocada por Rose como um ponto fundamental para se estimular e consolidar experiências de grupos de produção e pequenos negócios familiares. "Estamos contatando o SEBRAE para que através de uma parceria possamos trabalhar junto às mulheres esta demanda".

Rose também considera a importância da Casa possuir oficinas permanentes e trabalhar de forma mais

estratégica as informações sobre o acesso das mulheres a linhas de crédito e kits profissionalizantes. "Só assim podemos garantir que pequenos empreendimentos ganhem força".

Apesar de apostar em cursos voltados para o beneficiamento de produtos regionais, como a produção de doces e de bijuterias com sementes, a equipe da Casa constatou que o interesse das mulheres recaem predominantemente nos cursos de corte-costura e manicure. "Isso se deve a uma certa desvalorização do que é regional e à falta de mercado local para estes produtos, o que dificulta a geração de renda imediata. Temos interesse em diversificar e abrir novas frentes de geração de renda, mais isso exige um processo educativo e um conjunto de alianças institucionais que possibilitem retorno financeiro concreto para estas mulheres", afirma Rose.

Para Alcinélia, outro desafio é ir além dos cursos "tradicionalmente" femininos, apostando em outras frentes como a informática. "A diversificação é fundamental para superarmos a tendência a reforçar as desigualdades de gênero. Na verdade, temos todas estas inquietações mas ainda estamos procurando os caminhos de efetivar uma estratégia", observa.

Uma conquista do Movimento de Mulheres

No final de 1993, a situação da prostituição de meninas na região Amazônica ganha as manchetes dos jornais nacionais. A Vila de Cuiu-Cuiu, no Pará, torna-se um dos retratos mais terríveis da situação de meninas condenadas ao círculo de violência de cafetões e donos de garimpos. Uma série de matérias nos jornais de Rio Branco denuncia a presença de meninas acreanas nos garimpos de Rondônia. A Câmara e a Assembleia instalam CPIs para investigar a situação da prostituição infanto-juvenil no Estado. Os relatórios entregues aos órgãos competentes propõem ações repressivas e preventivas para atacar o problema.

Sensibilizado, o governo federal apoia, em 1993, através da Prefeitura, a criação da Casa Rosa Mulher. Sonho antigo do movimento de mulheres do Estado, o projeto é elaborado pela Prefeitura e pelas entidades não governamentais Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular e Rede Acreana de Mulheres e Homens. A partir de um atendimento multidisciplinar, que envolve ações educativas nas áreas de saúde, orientação jurídica e psicológica, assistência social e arte-



educação, o trabalho é voltado para promoção da cidadania de meninas e mulheres da cidade.

Em 1994 a Casa ganhou o prêmio do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), como uma das três experiências inovadoras no país voltadas para o atendimento de mulheres. Em setembro de 96, a Casa é premiada pelo Concurso Nacional de Experiências em Gestão e Cidadania Atualmente. a Casa desenvolve também os projetos Rosa Viva (de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS em áreas de prostituição) e Rosa Menina (projeto de arte-educação junto a meninas carentes de 8 a 14 anos).

Esta matéria foi elaborada durante a gestão da equipe que fundou a Casa Rosa Mulher. Com a derrota da Frente Popular na eleição municipal de 96, e a posse do novo prefeito do PMDB em janeiro de 97, as entidades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher vêm defendendo junto ao novo governo a continuidade da proposta de trabalho da Casa Rosa Mulher. A coordenação e a equipe técnica já foram mudadas.



Diversificando a produção de seringueiros e colonos



Visita dos índios Apurinã ao Parque Zoobotânico da Universidade Federal do Acre.

Entidade investe em programas de capacitação e assessoria para melhorar a qualidade de vida nas comunidades

Os vizinhos foram chegando, atraídos pelas novidades promovidas pela Associação Novo Ideal, no ramal Granada do Projeto de Assentamento Pedro Peixoto. As mudanças que se tornaram visíveis e comentadas nas comunidades próximas foram desenvolvidas a partir da parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco (SINPASA) e o apoio técnico da entidade não governamental Pesacre.

A implantação de Sistemas Agroflorestais e o beneficiamento de produtos, o fortalecimento da organização local, a capacitação e o intercâmbio de experiências eram as grandes novidades no Projeto de Assentamento. "O objetivo maior é aumentar a qualidade de vida

local a partir da diversificação produtiva para a subsistência e a venda", afirma Nazaré Macedo, coordenadora técnica do Pesacre.

Formada em sua maioria por agricultores do Sul do país, a comunidade Novo Ideal aceitou o desafio de modificar os padrões da agricultura tradicional. O agricultor Timóteo acredita na organização comunitária. "Vamos ver se a gente arruma o grupo. Dez saíram, mas muitos entraram".

Cesalpino Farias, plantador de SAF's, acredita que a qualificação do trabalhador é a resposta para muitos problemas. "Aquela roça é uma escola, onde a gente faz tudo em conjunto. Cada um aprende ali o que a gente pode fazer em nossa colônia".

Alguns programas, desenvolvidos pelo Pesacre no Novo Ideal, Seringais Dois Irmão e São Miguel, têm apoio do Projeto Aquiri/Unicef, como a implantação dos Sistemas Agroflorestais, Roçados Comunitários, Comercialização e Beneficiamento de Produtos. Para o agricultor Gercino de Souza o caminho é

demorado mas, "depois de 3 a 4 anos vamos ter outra vida".

Capacitação e aumento da produção - Para agregar valores e melhorar a qualidade dos produtos florestais alimentares, artesanais e não madeireiros tanto para o consumo como para a venda, o Pesacre apostou dentro do Aquiri na formação de técnicos para a difusão de tecnologias de beneficiamento.

Inicialmente foram treinadas duas técnicas da entidade em processamento e aproveitamento de alimentos no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, em Manaus, e no Centro de Tecnologia de Alimentos, da EMBRAPA, no Rio de Janeiro.

Após estes treinamentos o Pesacre passou a difundir, junto aos produtores do RECA, ASPRUBE, Seringais Dois Irmãos e São Miguel, Comunidade Indígena Apurinã do Km 45 e Comunidade de Colonos Novo Ideal, no ramal Granada, técnicas de aproveitamento de alimentos, artesanato em cipó e palha de milho, couro vegetal



e a utilização de plantas medicinais.

Os resultados da capacitação dos produtores contribuiu para aumentar a renda, reduzir o desperdício de frutas e legumes e ainda melhorar o cardápio familiar. A confecção de chapéus e cestos em palha de milho, no Seringal Dois Irmãos, e a fabricação de doces e compotas caseiras, no ramal Granada, foram comercializados nas cidades de Xapuri e Rio Branco. Os cursos tiveram como público principal mulheres, adolescentes e crianças.

Intercâmbio e SAF's- A discussão sobre o uso racional da terra ocupa lugar central no trabalho conjunto entre técnicos do PESACRE e comunidades. Como forma de subsidiar e estimular a adoção de novas técnicas e materializar as discussões são realizados cursos, treinamentos, visitas de troca e confecção de cartilhas. O objetivo é aprimorar técnicas e intercambiar informações entre colonos e populações tradicionais (extrativistas índios e seringueiros) sobre novas alternativas de uso da terra.

As visitas aos Pólos Agroflorestais da Prefeitura, Projeto RECA e Parque Zoológico da Universidade Federal do Acre foram alguns desses espaços. Nesta ocasião, os produtores de uma determinada comunidade tomam contato com experiências mais avançadas de organização, produção e gestão comunitária.

Os materiais didáticos editados adequam-se ao universo cultural daquelas comunidades, como a cartilha elaborada sobre Sistemas Agroflorestais, SAF's. A cartilha contém informações básicas sobre este sistema de plantio, suas vantagens e desvantagens e o modo mais apropriado de implantá-lo.

Um dos resultados deste sub-projeto é a incorporação dos SAF's pelos produtores do Ramal Granada. Algumas comunidades de índios e seringueiros começam a produzir as primeiras mudas para iniciar a implantação dos sistemas.

Para Nazaré, os resultados deste sub-projeto são esperados no médio prazo, já que exigem mudanças nos padrões tradicionais de uso de solos com a assimilação de novas técnicas de plantio.

Associativismo- O sub-projeto "Promoção de Manejo Sustentado através de Roçados Comunitários" visa fortalecer processos de organização comunitária por meio de 'mutirão ou adjunto' de agricultores e extrativistas. A intenção é demonstrar a maior otimização da mão-de-obra e eficiência nos trabalhos realizados coletivamente.

O experiência objetiva extrapolar a experiência dos roçados para outras ações coletivas como a criação de mecanismos de produção e comercialização. "A intenção é demonstrar concretamente que

o trabalho coletivo pode servir de alavanca ao processo de desenvolvimento de qualquer comunidade", lembra Nazaré.

O PESACRE produziu em 95 o vídeo "Roçados Comunitários", no qual apresenta o processo de construção coletiva desenvolvido nas comunidades acompanhadas pela entidade.

Administração e comercialização - O objetivo deste sub-projeto é auxiliar grupos de produtores regionais que enfrentam dificuldades na organização dos custos de produção, identificação dos pontos de estrangulamento da comercialização e problemas na administração. Durante um período de 12 meses foi realizado um levantamento da estrutura de comercialização do Projeto RECA.

Neste levantamento procurou-se responder qual a produção atual e futura,

as condições de beneficiamento, armazenamento, transporte e comercialização. Foram desenvolvidos também dois treinamentos para capacitar o pessoal da administração do Projeto em confecção de planilhas eletrônicas, contabilidade e controle de estoques.

Para este ano, a entidade vai aprofundar o trabalho de pesquisa, treinamento e assessoria a produtores sobre comercialização. Através de uma parceria com a EMBRAPA e a Universidade Federal do Acre, o Pesacre pretende implantar um banco de dados sobre os principais produtos regionais. "Há muitas informações dispersas em órgãos de pesquisa. Nossa idéia é articular este conhecimento e pesquisar dados que sejam vitais para a dinamização da comercialização de comunidades de colonos e seringueiros", comenta Nazaré.

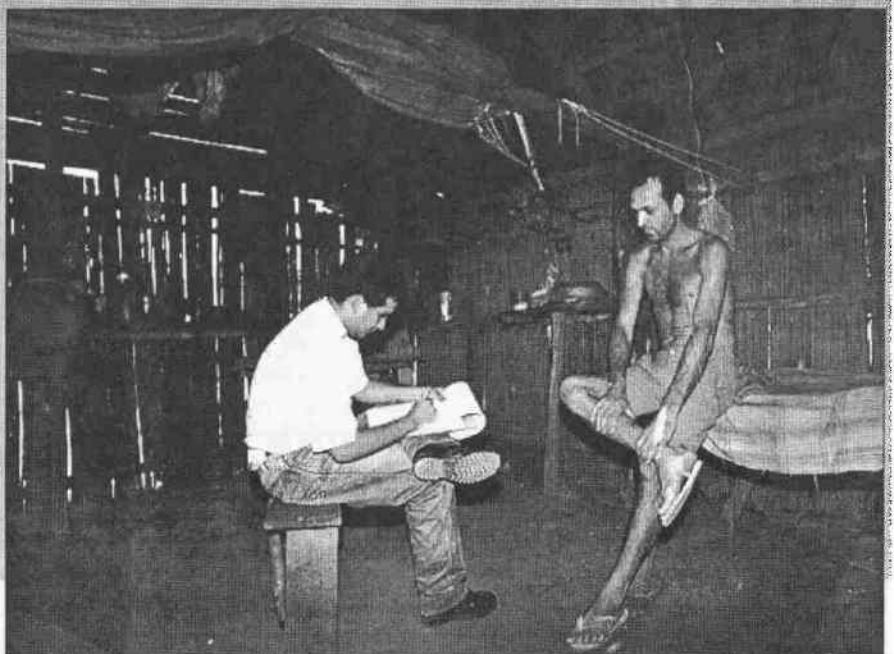
Convênio com a Universidade da Flórida marca origem da entidade

O PESACRE é uma organização não governamental criada a partir de um programa de cooperação técnica firmado entre as Universidade Federal do Acre-UFAC e a Universidade da Flórida, com objetivo de pesquisar aspectos ecológicos, econômicos e sociais da Amazônia.

A entidade desenvolve, a partir da metodologia PESA (Pesquisa Participativa), a implantação de sistemas agroflorestais e agrícolas junto às populações tradicionais e pequenos produtores. Com uma equipe multidisciplinar e de parcerias interinstitucionais, a entidade realiza

atividades de pesquisa, extensão, capacitação de pessoal e intercâmbio técnico. A geração de metodologias de desenvolvimento agrícola e agroflorestal sustentáveis também é uma das atuações do Pesacre.

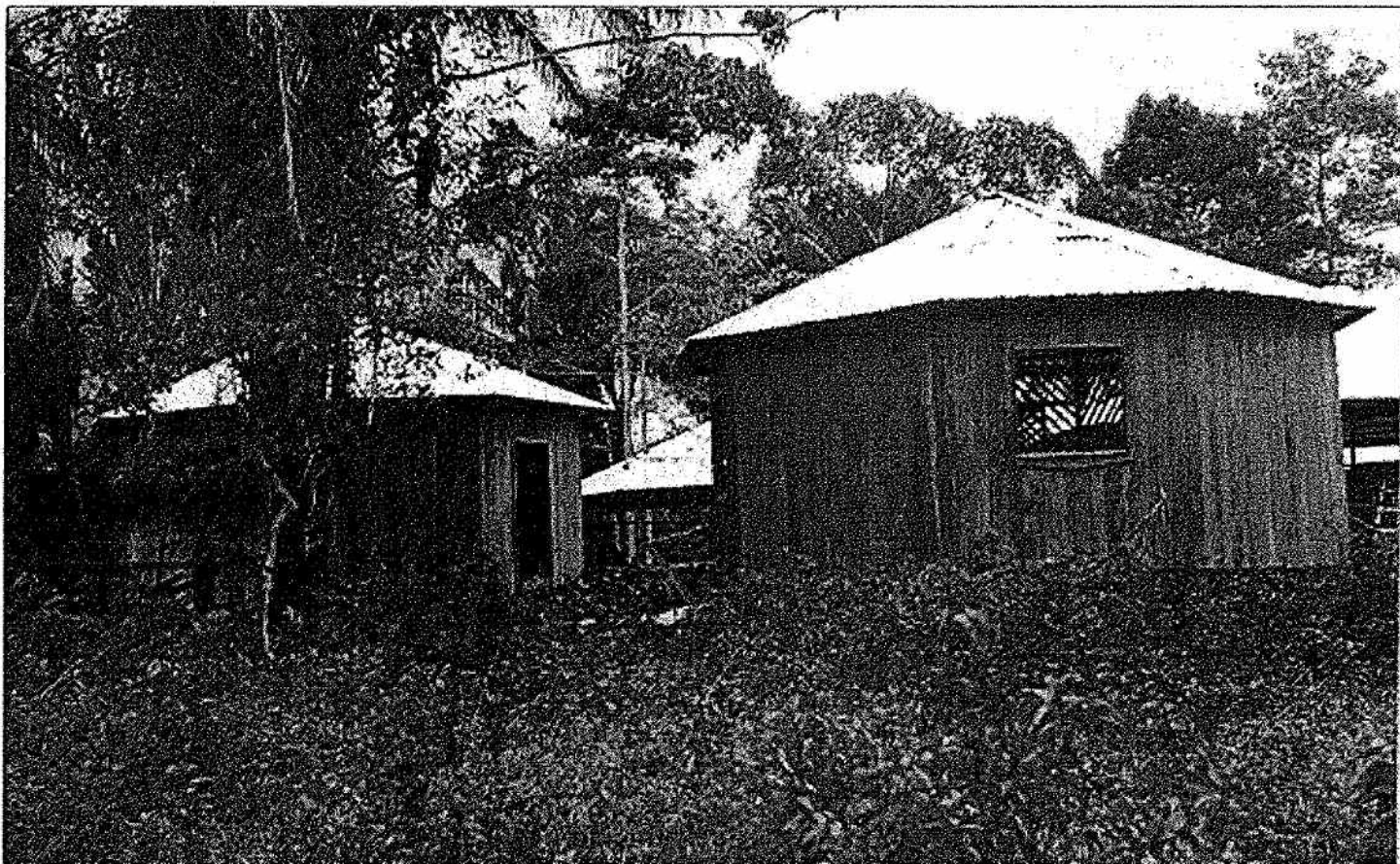
A concepção de geração de renda desenvolvida pelo PESACRE, para populações tradicionais de agricultores e extrativistas, centra-se na capacitação de recursos humanos nas áreas de gerenciamento, implantação de sistemas agroflorestais, comercialização e beneficiamento de produtos, visando possibilitar ao trabalhador rural alternativas produtivas e de mercado.



Técnico do PESACRE entrevista colono do Projeto Reça, em Vila California.



Um Centro para a Formação Integral do Jovem Seringueiro



Centro de Formação de Seringueiros da Pimenteira, município de Xapuri.

Através de programa multidisciplinar, Centro da Pimenteria capacita adolescentes para o uso sustentável da floresta e o exercício da cidadania.

Um espaço de formação integral de jovens e adolescentes, filhos e filhas de seringueiros, no meio da floresta. Foi com esse objetivo que o Centro de Formação de Seringueiros da Pimenteira nasceu em 95, fruto da iniciativa da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri, Associação dos Moradores da Reserva Extrativista e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. "O Centro representa o desafio da capacitação de seringueiros dentro de uma perspectiva de exploração sustentável da floresta", afirma Júlio Barbosa, presidente da Cooperativa e prefeito eleito de Xapuri nas últimas eleições de outubro de 96. O Centro foi construído com recursos do governo da

Áustria.

Do reforço ao ensino formal ministrado nas escolas seringueiras ao desenvolvimento de quintais produtivos com hortas e fruteiras, apicultura e tanques de peixes; do conhecimento de direitos à arte-educação; de noções de saúde e higiene à implantação de sistemas agroflorestais. Estes e outros conteúdos e práticas fazem parte da grade curricular do Centro, composta por seis eixos básicos: gestão participativa, reforço à alfabetização, atividades de produção, saúde, conhecimento da realidade histórica e avaliação de impactos ambientais.

"A proposta do Centro é toda construída a partir da relação do aluno com a realidade do seringal, quebrando a separação do mundo de sala de aula com a do cotidiano da vida na floresta", afirma Beatriz Ribeiro, geógrafa e membro da Coordenação do Centro. Os alunos passam quinze dias na Pimenteira, tendo aulas e realizando atividades práticas e outros quinze dias nas casas de suas famílias.

No Centro, eles aprendem a utilizar a matemática para gerenciar a produção do Centro, participam da produção de alimentos para a manutenção do Centro, discutem a importância de sindicatos e cooperativas, debatem problemáticas mundiais, conhecem a sexualidade e os seus direitos, entre outros assuntos. "Nossa preocupação é apostar em uma formação integral, que contemple os vários aspectos da vida humana e que, sobretudo, esteja comprometida com a idéia de cidadania", lembra Bia.

No primeiro ano do Centro, dez jovens participaram do curso, sendo oito homens e duas mulheres, com idade variando de 14 a 20 anos. A intenção é que no segundo ano o número de alunos passe para trinta. "Aos poucos, a comunidade vai reconhecendo a importância do investimento nos jovens e que essa formação só vai contribuir com a qualidade de vida das famílias", comenta Bia. Segundo a geógrafa, o impacto da formação de jovens já acontece em algumas famílias dos alunos, onde horta, apicultura e tanques de peixes foram implantados. "O efeito

INTEGRADO XAPURI



multiplicador é garantido”.

O Aquiri - Os alunos do Centro da Pimenteira são o público do sub-projeto Integrado Xapuri. O Integrado nasceu no Aquiri quando cinco entidades, que já realizavam atividades em diferentes áreas do município, se reuniram ao final de 95 para desenvolver um trabalho articulado. A proposta do sub-projeto é a de contribuir de forma multidisciplinar na formação dos jovens atingidos pelo Centro.

As entidades Pesacre, SOS Amazônia, Rede Acreana de Mulheres e Homens, De Olho na Coisa e a equipe do Centro de Formação são as responsáveis pelo sub-projeto. Entre as atividades, diagnósticos da situação das comunidades atingidas, vivências em produção agroflorestal, reforço escolar e diversas oficinas.

No sub-projeto, o Pesacre ficou responsável pelas oficinas de artesanato de palha de milho, artesanato em cipó e de sementes e beneficiamento de alimentos. A Rede Acreana pelas palestras sobre planejamento familiar, gravidez na adolescência, DST/AIDS, higiene corporal. O Grupo De Olho na Coisa por oficinas de técnicas teatrais e produção de materiais educativos. A SOS Amazônia pelas oficinas sobre manejo de caça.

“Na oficina sobre caça, comprometemos o aluno com a preservação da fauna. Trabalhamos de forma lúdica, que uma floresta sem bichos é um floresta morta. Que os animais fazem parte da vida da floresta; da polinização ao equilíbrio na cadeia alimentar”, conta Magali Medeiros, da SOS Amazônia. A base da oficina é a utilização do calendário de caça e de jogos, desenvolvidos pela pesquisadora.

Os materiais educativos visam diminuir a caça excessiva, através da discussão e conhecimento sobre a vida dos animais, seus ciclos, a vegetação onde eles se encontram, as técnicas de caça, o lugar de cada animal na cadeia alimentar e as épocas do ano para caça. “Todo processo se localiza na discussão sobre diversidade e sustentabilidade ecológica na Amazônia”, afirma Magali.

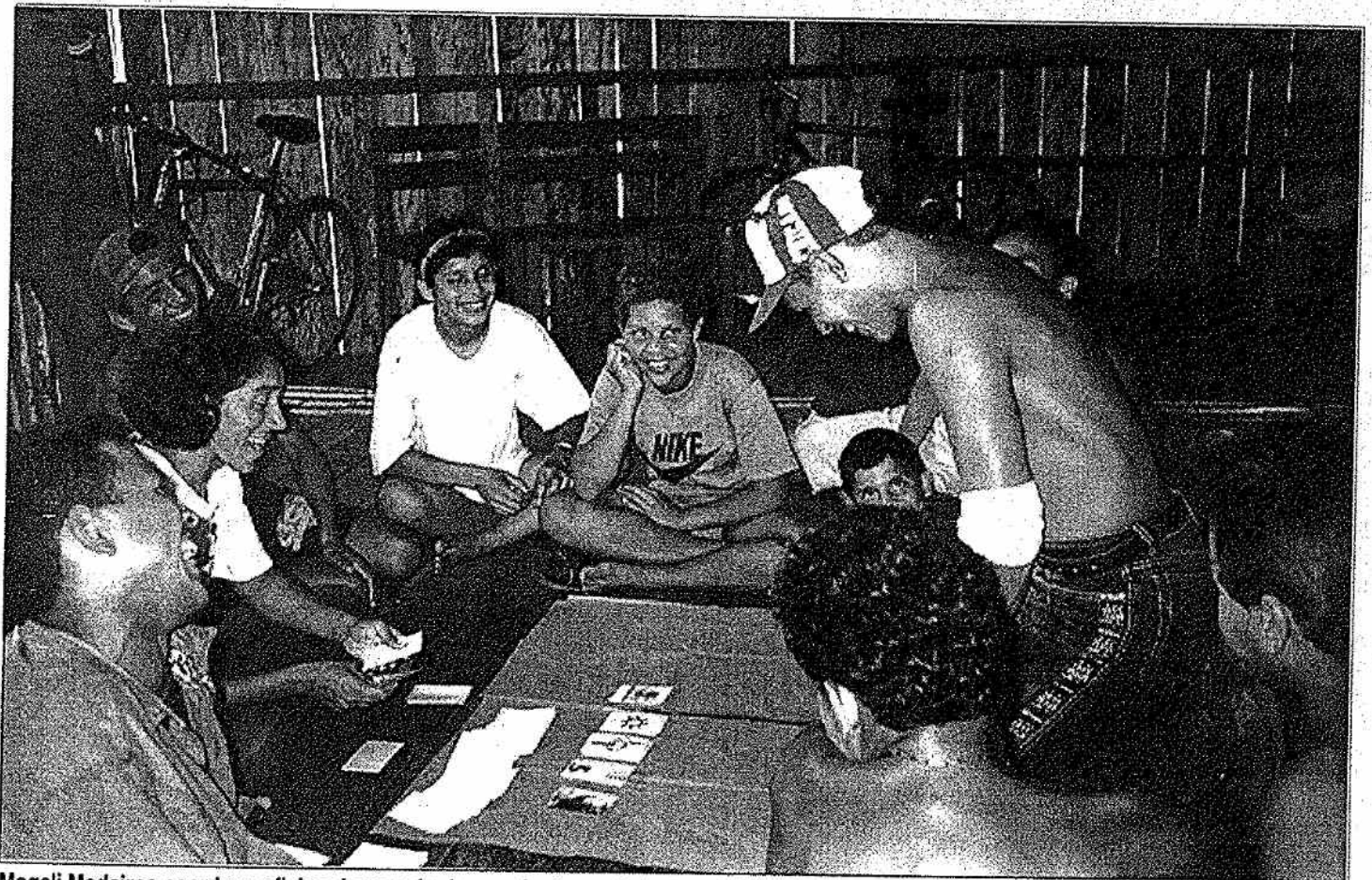
Perspectivas - Segundo Bia, o desafio para este ano é aprofundar o trabalho já existente. “Tivemos muitas oficinas em 96. Precisamos agora priorizar melhor os conteúdos e dosar a quantidade de informação para não sobrecarregar os alunos”. Para Magali, o saldo foi positivo. “Conseguimos caminhar para uma proposta de educação não segmentada. Agora é avaliar e aprimorar a idéia”.

Outro desafio para o Centro: a

ampliação da equipe de técnicos que residem no local e são responsáveis pela implementação da proposta. “Temos que fazer projetos, participar de reuniões de articulação fora e acompanhar os alunos em tudo: da implantação de um sistema agroflorestal às aulas de reforço escolar. É complicado cumprir todo esse trabalho com somente três pessoas”, afirma Bia.

A idéia da equipe atual é poder contratar novos educadores e contar com o apoio de estagiários de nível universitário que possam contribuir com o desenvolvimento do trabalho. “Para tudo isso, precisamos de mais apoio e novos financiamentos para que o Centro de Pimenteira seja uma alternativa que ganhe raízes e dê muitos frutos dentro do sonho da qualidade de vida e cidadania das reservas extrativistas do Acre”, comenta Bia.

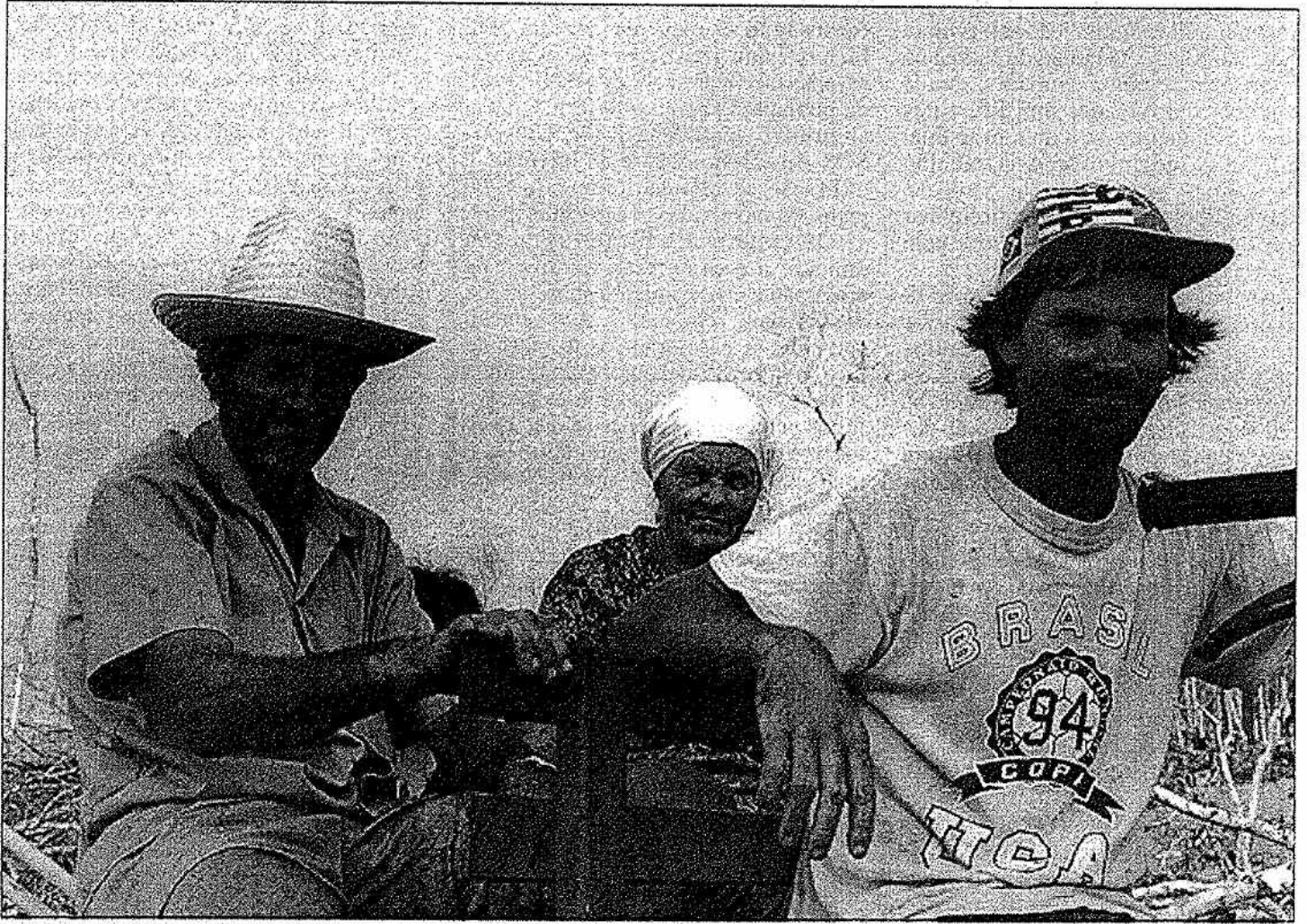
Com a vitória de Júlio Barbosa na prefeitura de Xapuri, o Centro será incorporado ao Plano Municipal de Educação. “Além de espaço de formação, o Centro é um espaço de experimentos para avanços tecnológicos do uso sustentável da Floresta. Queremos avançar em convênios e dar passos que possibilitem condições para que este trabalho se amplie e tenha sustentabilidade junto às próximas gerações”, afirma Júlio, prefeito de Xapuri.



Magali Medeiros coordena oficina de manejo de caça junto a estudantes da Pimenteira



Saúde comunitária à base de ervas



Colonos do Projeto Reça, em Vila Nova Califórnia.

Homeopatia, saneamento e alimentação alternativa são os eixos de ação do projeto em Vila Nova Califórnia

Um posto de gasolina, duas serrarias, uma capela, pista de pouso, um campo de futebol e oito casas. Há 150 km de Rio Branco e 350 km de Porto Velho (RO), à pequena Vila Nova Califórnia surgia em 1984 às margens do ainda não asfaltado trecho Porto Velho - Rio Branco da BR - 364. O então núcleo urbano nasceu de um projeto de assentamento do Inca implantado em um antigo seringal.

Localizada em área de litígio entre Acre e Rondônia até o final de 96, a Vila amargou a falta de políticas governamentais que possibilitassem condições de vida mínimas à população local, a maior parte colonos sulistas que migraram para a Amazônia nos anos 80 em busca de terras. A Vila pertence hoje ao estado de Rondônia.

A malária violenta, a floresta

misteriosa e assustadora, a falta de apoio, o isolamento, a fome, o abandono. Mesmo enfrentado tantas dificuldades, a Vila acabou sendo palco de uma das experiências comunitárias mais avançadas da região amazônica, reconhecida nacional e internacionalmente. O Projeto Reça, uma iniciativa inovadora protagonizada pelos próprios colonos e apoiada inicialmente pela Diocese de Rio Branco e pela agência holandesa Cebemo, surgiu em 1988 apostando no consorciamento de castanha-pupunha-cupuaçu e no plantio de outras culturas regionais como forma de melhorar as condições de vida das mais de 300 famílias do assentamento.

Administrado pelos próprios colonos através da Associação dos Pequenos Agrosilvicultores do Projeto, o Reça encontra-se atualmente na fase de beneficiamento de produtos (polpas e palmitos) e de ampliação da comercialização de seus produtos para os mercados do Centro-Oeste e Sudeste do país. O Reça participa do Aquiri através de um sub-projeto voltado para

desenvolvimento de atividades de saúde preventiva, saneamento e melhoria da alimentação junto às famílias da área rural e urbana de Vila Califórnia. A área de influência do sub-projeto envolve 4 mil pessoas.

Saúde Comunitária - Desde 89, a comunidade do Projeto Reça desenvolve ações voltadas a combater os problemas de saúde em Vila Califórnia. A Vila conta com um pequeno centro de saúde construído pelo governo de Rondônia e mantido pelo estado do Acre que realiza somente curativos. A comunidade considera o atendimento péssimo, o que leva a maioria a buscar os serviços médicos de Rio Branco. Isso repercute no aumento de gastos com transporte e medicamentos, dentro de uma realidade de renda familiar bem limitada.

A malária é a doença que mais atinge Vila Nova Califórnia. Cerca dos 78% dos casos de doenças registrados entre 91 e 92 pelo Reça eram de malária (4.687 casos), seguidos de doenças de pele, verminoses e diarreia. Não existe sistema



de esgoto ou tratamento de água na Vila. A recontaminação de fontes de água é comum, o que gera casos de verminoses e de diarreia.

Através do sub-projeto do Aquiri, o Reça procurou fortalecer e intensificar o trabalho desenvolvido pelo grupo de saúde da comunidade, formado em sua maioria por mulheres. O sub-projeto, durante 96, realizou treinamentos e encontros com a população local sobre saneamento básico, uso e produção de remédios fitoterápicos e de alimentos produzidos a partir de produtos naturais disponíveis na área. A farinha multimistura foi um dos alimentos produzidos no curso.

Tais ações visam melhorar as condições de nutrição principalmente de crianças, adolescentes e mães; a preservação de fontes, poços e construção de privadas; e a conquista de alternativas homeopáticas utilizáveis pela comunidade. O objetivo maior do sub-projeto é o de contribuir com a melhoria das condições de saúde de Vila Califórnia através do acesso à informação, capacitação da equipe de saúde e o fortalecimento do poder da comunidade na luta por qualidade de vida.

Hortas e Xaropes - Segundo Neusa Camelo, coordenadora do Projeto Saúde e uma das fundadoras do Reça, os mais de trinta encontros e cursos desenvolvidos na comunidade e as visitas feitas às dezenas de famílias possibilitaram um aumento de consciência do papel de cada pessoa na melhoria da saúde comunitária. "A recepção foi ótima, geralmente os grupos se reuniam com 20 a 30 participantes. E as pessoas estão levando as idéias para a prática", conta Neusa.

A partir dos cursos, mais de vinte hortas comunitárias de produtos alimentares e medicinais foram implantadas e estão abastecendo a produção de remédios e alimentos da comunidade.

Os levantamentos dos agentes feitos através das visitas domiciliares apontam que a utilização de farinha multimistura (farelos, castanha, folha de macaxeira...) vem contribuindo no combate à desnutrição de crianças e à anemia de adultos, geradas muitas vezes por quadros recorrentes de malária.

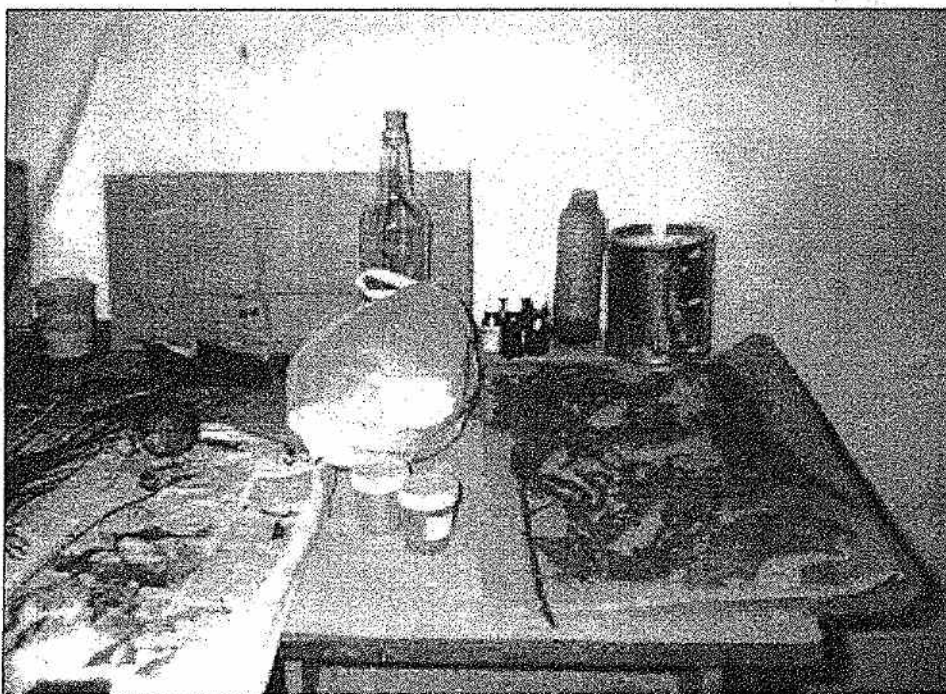
Chás, xaropes naturais, tinturas homeopáticas e cataplasmas de barro acabaram sendo assumidos como remédios "importantes", usados em vários problemas de saúde. "O fundamental é que parte dos remédios naturais são resgatados e produzidos a partir do conhecimento popular existente na própria comunidade", afirma Fillipo de Bari, engenheiro de nutrição, voluntário italiano e um dos assessores técnicos do projeto. O projeto também é assessorado pelo enfermeiro

Paulo Klein, professor da Universidade Federal do Acre e membro do CTA, especialista em plantas medicinais.

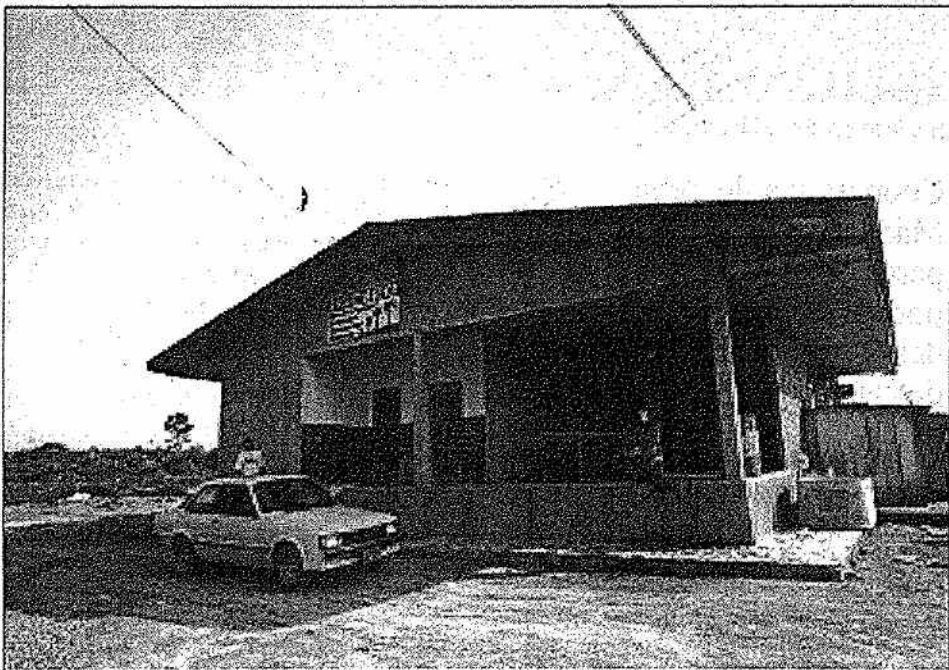
"Eu mesmo gastava muito dinheiro com remédio alopático. Para mim, antes tudo se resolvia assim: gripe, vermes, diarreia. Agora a gente consegue diferenciar melhor o que dá para resolver com um remédio natural e quando a gente tem que recorrer a alopatia, a um tratamento médico lá de Rio Branco", conta Neusa. Segundo ela, neste ano a equipe de saúde pretende realizar uma avaliação mais aprofundada do impacto do projeto na comunidade. "Dá para ver que muita coisa foi assumida, por exemplo, várias

fontes de água estão cercadas para não ocorrer contaminação. Mas queremos aprofundar essa avaliação para ver quais serão os nossos próximos passos".

Um programa voltado para a Saúde da Mulher é apontado por Neusa como um desafio do trabalho de saúde na Vila Califórnia. Planejamento familiar, gravidez e amamentação são alguns dos temas a serem abordados. "Aqui são raras as mulheres que fazem pré-natal, que sabem como funciona o seu corpo, o ciclo reprodutivo, a gravidez. Precisamos de cursos e materiais educativos que divulguem essa informação e que envolvam os homens nesse assunto", diz.



Produção de remédios com ervas.



Fábrica de Beneficiamento de Produtos do Projeto Reça.



Saneamento e vacinação na floresta



Rio Iaco em Sena Madureira

Cooperativa de Sena Madureira investe nas parcerias com entidades e o poder público local para desenvolvimento de projeto de saúde

Subindo o Iaco, o batelão da Cooperativa Agroextrativista Chico Mendes aportou em algumas comunidades das margens daquele rio: Sete de Setembro, Alegria, Santa Izabel, São Salvador, entre outras. O objetivo era fazer os contatos iniciais com a população e realizar os primeiros levantamentos necessários para a definição de um projeto de saúde a ser implementado em 95

pela parceria Cooperativa e Comissão Pró-Índio, dentro do Projeto Aquiri, junto à população ribeirinha do município de Sena Madureira.

Esquecidas há anos por qualquer ação do poder público, as demandas apresentadas pelas comunidades eram enormes. Através de discussões definiu-se que a vacinação de crianças, a capacitação de agentes de saúde e a divulgação de informações sobre saneamento seriam as prioridades. "Nossa intenção não é a de preencher o espaço do poder público, mas a de responder a algumas necessidades mais urgentes de sobrevivência e fortalecer as comunidades para a luta por políticas públicas de saúde", afirma Adão Costa, diretor da Cooperativa e coordenador do

Projeto de Saúde.

Reuniões nas comunidades, capacitação de 7 agentes de saúde, distribuição de 200 filtros, e um levantamento sobre doenças foram realizados em 95. O projeto contou com a assessoria do médico Paulo Brígido, da CPI. Paulo coordenou a realização dos cursos para agentes de saúde.

Em 96, o projeto Saúde da Cooperativa promoveu mutirões comunitários para a construção de doze postos de saúde, treinamento de mais doze agentes de saúde e a reciclagem dos sete agentes capacitados no ano anterior. Na parte de saneamento foram realizadas reuniões sobre a implantação de fossas, proteção de fontes de água, e medidas de higienização como a limpeza dos ter-



reiros e a canalização das águas dos giraus (pias das casas de seringais e colônias).

"Sabemos que a proteção de fontes e a limpeza de terreiros cresceram visivelmente nas comunidades. O mesmo não aconteceu com as fossas, que sofreram uma resistência cultural muito forte. Precisamos avaliar isso tudo para rever aquilo que não deu certo e avançar ainda mais", diz Adão.

Vacinação - Cerca de 2 mil crianças, com a faixa etária entre 0 a 5 anos, foram vacinadas durante 96 contra poliomielite, sarampo, tuberculose, difteria e coqueluche. Mais de 400 adultos receberam a dose contra o tétano, grande parte mulheres grávidas. A vacinação foi realizada por agentes de saúde comunitários, treinados com recursos do UNICEF. A parceria entre Cooperativa e a Secretaria Municipal de Saúde possibilitou o transporte dos agentes pelo rio Iaco. "A vacinação só chegava aqui nos anos de eleição, trazida por algum político que queria o nosso voto", denuncia Seu Raimundo Zacarias, seringueiro residente às margens do rio Iaco.

A Cooperativa pretende realizar este ano uma avaliação sobre o impacto das ações do Projeto na comunidade. Além dos limites de implantação das fossas, Adão identifica como desafio a melhor utilização dos centros de saúde construídos pela comunidade. "Apesar dos moradores terem apontado a necessidade de um espaço específico para o atendimento de saúde, a referência em muitos locais continua sendo a casa do agente", diz.

Segundo ele, o treinamento dos agentes em saúde em doenças tropicais e a incorporação da fitoterapia no programa da Cooperativa são as metas de 97. A Cooperativa pretende estabelecer uma parceria com o Projeto Reca para troca de experiências sobre a produção de remédios homeopáticos. A entidade também vem buscando apoio para a obtenção de placas solares a serem utilizadas nos centros de saúde para geração de energia. O armazenamento de vacinas anti-tetânicas e de outros medicamentos exigem o resfriamento em geladeiras. "Pretendemos abrir espaço de negociação com a Fundação Nacional de Saúde", afirma Adão.

Políticas Públicas - A Cooperativa participa do Conselho Municipal de Saúde de Sena Madureira. O órgão reúne representantes da prefeitura e da sociedade

civil com o objetivo de propor e fiscalizar políticas públicas de saúde para o município. "O caminho tem sido o de comprometer a administração municipal com as ações do Projeto. Mostrar que ele deve virar política pública", diz Adão.

Este ano, a parceria entre Cooperativa e Prefeitura vai ampliar a área do Projeto de Saúde do rio Iaco para os rios Macauã e Caetés. "A área é muito extensa. Estamos lutando para o aumento de agentes de saúde comunitários e a contratação dos atuais. É surpreendente o interesse de mulheres e jovens", diz. Através de concurso público, a prefeitura de Sena Madureira avalia a contratação de agentes treinados pelo Projeto, que atualmente trabalham como voluntários nas comunidades. A profissionalização dos agentes é um passo a mais na consolidação da experiência.

A difusão de informações sobre saúde e direitos também é realizada pela

Cooperativa através do Programa de Rádio **Sena 2000**, produzido pela entidade e veiculado pela emissora local. O programa é transmitido no domingo, das 13h30 às 14h30, "horário nobre" para as populações das colônias e seringais. Informações sobre crédito, comercialização e outros temas ligados ao interesse do produtor também são debatidos no programa. A Cooperativa pretende até o final do ano produzir um vídeo sobre o Projeto de Saúde.

"Nosso trabalho é todo baseado em uma abordagem educativa voltada para a transformação de valores que prejudicam a saúde comunitária e para a afirmação de direitos constitucionais. Grande parte da população sempre conviveu com o fato das ações de saúde serem assumidas como "favores" de políticos e não como obrigação do poder público. Um dos maiores desafios do Projeto é afirmar esse direito de ter e lutar por saúde, de exercer cidadania", afirma Adão.

Sena Madureira

Fundada em 1904, Sena Madureira é o município do Acre, com maior quantidade de rios. Em sua área de 23.051 km² correm os rios Iaco, Macauã e Caetés, afluentes do rio Purus. A cidade de Sena Madureira fica às margens do Iaco. A população total do município de Sena é de 29.524 habitantes, a maior parte localizada na área rural, nos seringais e colônias.

A cidade é ligada a Rio Branco pela BR-364 (145 km). Pequenos aviões e o transporte fluvial através do município

de Boca do Acre, no Amazonas, são as outras alternativas para se chegar a Rio Branco.

A economia do município tem como principal atividade o extrativismo vegetal, seguido pela agricultura, a pecuária extensiva e a indústria madeireira.

Com a crise da borracha, muitas famílias migraram para a periferia da cidade. Sem empregos que incorpore tal população, Sena vive o crescimento de favelas, miséria e violência que atingem principalmente crianças e mulheres.

Cooperativa Agroextrativista Chico Mendes

Fundação: 1990 pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sena Madureira

Objetivo: Definir e implementar estratégias que promovam o desenvolvimento social e econômico das comunidades florestais do município de forma ambientalmente sustentável

Área de abrangência: Comunidades dos rios Iaco, Caetés, Macauã e Purus e Projetos de Colonização Boa Esperança e Favo de Mel

Nº de Associados: 5 mil

Principais atividades atuais: Instalação de usinas de beneficiamento de borracha e castanha / Projeto de Saúde (Aquiri) / Projeto de Produtos Potenciais da Amazônia (café, guaraná e pupunha)

Presidente: Raimundo Rodrigues de Sá



Arte-educação na luta contra a violência

Oficinas de teatro, capoeira e desenho promovem criatividade de crianças e adolescentes e ajudam a diminuir violência em escola

A violência, o tráfico de drogas e a depredação de salas de aula na escola Ione Portela, periferia de Rio Branco, foram o ponto de partida do trabalho de arte-educação do grupo de teatro Adsaba junto a meninos e meninas, moradores do bairro Nova Estação. Em parceria com a direção da escola, o Grupo desenvolve desde 93 o Projeto 31 Alerta, constituído por atividades de capoeira, teatro, desenho, confecção de bonecos e exibição de filmes. A coordenação do trabalho é do diretor de teatro Betho Rocha. "Acreditamos que esta experiência possibilita às crianças da periferia uma oportunidade de recreação,

desenvolvimento da criatividade e de valores de companheirismo", lembra Betho. O projeto fez parte do Aquiri durante o ano de 95.

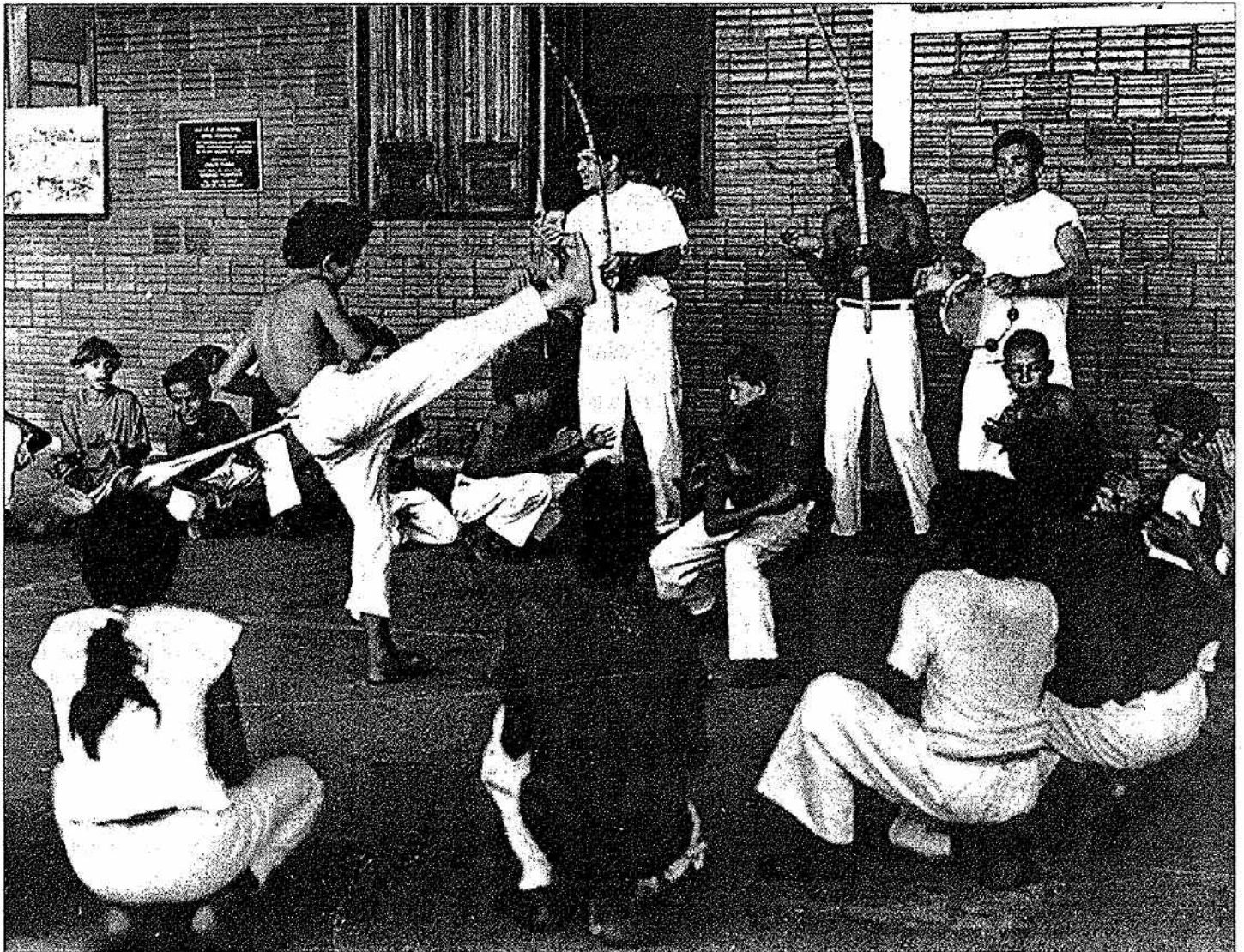
Das 25 crianças e adolescentes que participam das atividades, quinze são meninos e dez são meninas, com idade entre 8 e 13 anos. Segundo Betho, as meninas enfrentam dificuldades de participação já que muitas cuidam da casa e dos irmãos mais novos enquanto os pais trabalham.

As péssimas condições de sobrevivência levam muitas crianças e adolescentes do bairro a trabalharem nas ruas como engraxates, vendedores de doces e salgados e ajudantes de pedreiro. A prostituição infanto-juvenil é uma realidade visível. "As crianças se envolveram profundamente com as atividades de arte-educação, chegando até a vir à escola nos finais de semana e feriados. Sem dúvida, o Projeto 31 Alerta possibilitou que as crianças ficassem

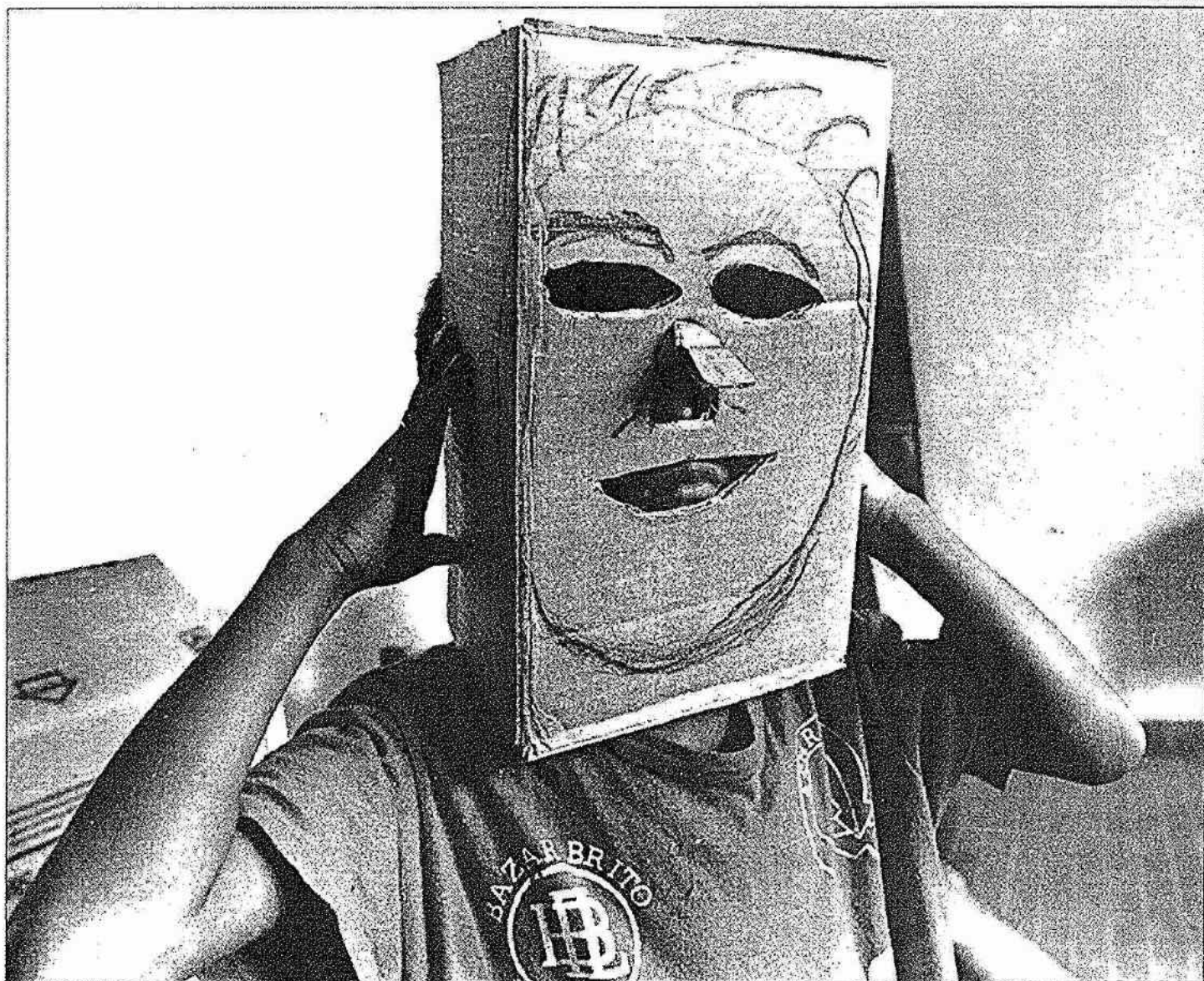
mais criativas, espertas e menos agressivas", comenta Francisco Souza Vasconcelos, diretor da escola.

Na Escola Estadual Berta Vieira, Betho Rocha e o músico João Veras desenvolvem desde o início de 96 uma oficina permanente de leitura e produção de textos com os alunos que cursam o ginásio. A oficina reúne em média 15 alunos, sendo 8 meninas e 7 meninos. Os encontros ocorrem no pátio, quadra ou auditório da escola, fora do horário do ensino formal. "Trabalhamos com grupos menores, o que possibilita aprofundar e estimular o desenvolvimento da criatividade e do talento de cada participante", comenta Betho.

No final de 96, os adolescentes da oficina produziram junto com a Rádio Cipó, da Prefeitura Municipal de Rio Branco, um programa radiofônico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. As oficinas de teatro no Ione Portela já



Oficina de capoeira na escola Ione Portela, periferia de Rio Branco.



Produção e brincadeiras de máscaras.

renderam espetáculos que foram encenados na escola e em outros locais. "As oficinas visam valorizar o potencial artístico e estimular o aluno enquanto autor, criador de arte".

Convênios e Parcerias - O trabalho na Escola Ione Portela foi assumido pela Secretaria Municipal de Educação em convênio com o grupo Adsabá. O convênio prevê o pagamento de prestação de serviços a dois arte-educadores do Grupo. "Estamos em conversação com a nova gestão da Prefeitura para tentarmos renovar o convênio".

No trabalho com alunos do Berta Vieira, a Secretaria Estadual de Educação libera dois professores de literatura para a oficina permanente de produção de textos. Atualmente, Betho Rocha vem negociando com a Universidade Federal do Acre a possibilidade da instituição assumir os projetos implementados nas escolas Ione Portela e Berta Vieira como atividades

de extensão universitária. "Estas parcerias e convênios possibilitaram termos condições mínimas de trabalho, através do pagamento de pessoal. O nosso desafio é conquistarmos condições

melhores no que se refere ao material de consumo para as oficinas e o transporte das crianças para as atividades externas às escolas. Estamos batalhando por isso", conta.

O grupo teatral Adsaba nasce em 1987 assumindo a realidade amazônica, em especial os mitos indígenas da região, como tema de criação. Na língua Kulina, povo indígena que vive nas fronteiras do Brasil, Peru e da Bolívia, a palavra Adsaba significa "o espírito que é incorporado pelos pajés". Com seis membros, o Grupo já encenou oito trabalhos, a maior parte de autoria de Betho Rocha. O mais famoso espetáculo é a peça "Histórias de Quirá", baseada em mitos do povo Kulina. A peça foi premiada nos Festivais Nacionais de Teatro ocorridos entre 90 e 92 em várias cidades brasileiras.

O Adsaba disputa atualmente uma vaga no Festival Internacional de Teatro e

Expressão Ibérica, a se realizar em maio, na cidade do Porto, Portugal. No Festival, o grupo pretende apresentar as peças "Lendas do Contato" e "Sonhos". "É uma grande oportunidade de expor o nosso trabalho ao circuito internacional". O Ministério da Cultura avalia atualmente projeto do grupo que inclui uma publicação sobre os dez anos de atuação e o apoio a outros espetáculos. "O trabalho de arte-educação se insere perfeitamente na produção teatral do Adsaba. É emocionante ver crianças e adolescentes, dentro de realidades tão carentes, produzirem arte e se reconhecerem como criadores. Tudo isso acaba gerando uma espécie de transcendência", comenta Betho.



Crianças caminham para a oficina de perna-de-pau no teatro Barracão.

O Clamor da Floresta na Periferia de Rio Branco

Com mais de 25 anos de existência, Grupo de Teatro reúne crianças do bairro para brincar, fazer arte e reavivar a memória do seringal

A qualquer hora do dia o pessoal do grupo teatral "De Olho na Coisa" está em atividade no Barracão, serrando madeiras, construindo as arquibancadas do teatro, confeccionando máscaras, pernas-de-pau e os figurinos para as apresentações nas praças e escolas.

As crianças e adolescentes circulam pelo Barracão sem parar. São as oficinas de perna-de-pau, capoeira, de produção de máscaras, de teatro. São as brincadeiras de roda, as conversas, as histórias da mata, a dança, a música. Nos

últimos três anos, dentro do Projeto Aquiri, o Grupo De Olho na Coisa atingiu com suas oficinas arte-educativas mais de trezentas crianças e adolescentes dos bairros periféricos da Pista, João Eduardo, Sobral e Bahia.

À frente do grupo, incentivando os demais com seu espírito de ator em início de carreira, o incansável Matias, que relembra sua adolescência de seringueiro na floresta. "Cortei muita seringa, derrubei muita lenha com machado", enquanto serra mais uma 'pernananca' para firmar a arquibancada. E emenda: "O nosso grupo resgata as nossas raízes com trabalho, construindo os espaços de lazer e cultura no bairro", diz ele.

No Barracão, a produção coletiva da poesia, do cordel, da peça teatral e da música nasce a partir de temas e preocupações da vida na periferia de Rio

Branco. É o ex-seringueiro na cidade, a situação das crianças, as brincadeiras de roda, Chico Mendes, a AIDS, a destruição da floresta, a chegada da TV no Acre, as lendas da mata. E as histórias ganham vida e viram ensaios, e os ensaios apresentações onde crianças e adultos viajam, divertem-se, e aprendem a valorizar a sua história.

"O teatro Barracão é a caixa postal do bairro, um espaço de aprendizado, comunicação, cultura e lazer", diz Sheila Maria, uma das responsáveis pelas atividades do Grupo, que conta ainda com o Cláudio, a Leda, o André, o César, Lene e Vilma. "É um espaço que representa uma esperança no difícil cotidiano dos meninos e meninas da periferia de Rio Branco", fala Lene.

Os Meninos do De Olho - Filhos e netos



GRUPO DE OLHO NA COISA

de seringueiros e colonos que migraram para a cidade, os meninos dos bairros periféricos da Pista, Sobral, João Eduardo e da Bahia têm no Barracão um dos únicos espaços de brincadeira e lazer da região. "Tem menino o tempo todo por aqui. De manhã, de tarde, de noite. É um lugar de brincadeira, sonho e até de refúgio para aqueles que enfrentam uma vida dura em casa", lembra Matias.

Grande parte dos meninos trabalha nas ruas como vigia de carro, carregadores de sacola em mercados, engraxates. Das 50 crianças e adolescentes que participam das oficinas do De Olho, cerca de 25 estão fora da escola. As razões vão da falta de vagas nas escolas, excesso de repetência, às mudanças de casa e desinteresse de alguns pais.

Elma de Souza tem 11 anos e é uma

das freqüentadoras das oficinas educativas. Ela e seus 6 irmãos estão fora da escola há 3 anos, desde de que saíram do Seringal Manasa para melhorar a vida em Rio Branco. "No ano que vem a gente vai voltar a estudar. Até agora só sei fazer o meu nome", conta Elma.

Rosângela da Silva, 14 anos, só fez a primeira série quando ainda morava no município de Plácido de Castro. "A escola é muita chata, prefiro fazer outras coisas como brincar no Barracão". A família com que está morando agora planeja colocá-la na escola no próximo ano. "Tomara que a professora não seja tão chata".

Segundo Matias, as meninas enfrentam mais dificuldades do que os meninos para participar das oficinas do Barracão. A maioria das meninas é responsável por serviços domésticos e

pelos cuidados com irmãos mais novos. "Além disso, surgem os casos de meninas que se prostituem estimuladas pela própria família. Aqui no grupo já tivemos três delas. Tentamos orientá-las e conversar com as suas famílias. Mas o quadro de miséria atrapalha tudo".

Sheila sente a necessidade de trabalhar no grupo a questão da gravidez na adolescência. Rio Branco é uma das capitais brasileiras com maior incidência, levando-se em conta o tamanho de sua população. "Também para as demais questões ligadas à saúde e educação das crianças e adolescentes, pretendemos estabelecer parcerias que ajudem a fazer um trabalho mais integral com estes meninos e meninas. Esse é um grande desafio para nós. Até agora não tivemos condições de encarar isso", afirma Sheila.

César: o menino que virou professor

O menino de treze anos foi chegando devagarinho atraído por toda aquela animação no teatro Barracão. Era a quadrilha da festa junina, as oficinas de produção de máscaras e pernas-de-pau, os ensaios de espetáculos de teatro. Tornou-se uma presença constante ao lado de Matias e do grupo De Olho na Coisa. Depois de um tempo já fazia sua estréia na peça teatral "O Clamor da Floresta", escrita pelo próprio Matias e apresentada no Acre e em outros estados brasileiros.

"Não sei o que teria sido da minha vida se não tivesse conhecido o De Olho. Eu tinha tudo para acabar como vários

amigos meus, que se meteram nas bebidas ou nas drogas e morreram em conflito com a polícia. Quatro amigos morreram assim", conta César, hoje com vinte anos.

Além de ator das peças do grupo, César é um dos coordenadores das oficinas educativas desenvolvidas pelo De Olho dentro do Projeto Aquiri. Como ele, as crianças encontram no Barracão um espaço de brincadeira, carinho e informação. "Trabalhamos muito com as crianças a idéia de solidariedade e respeito. Vários conflitos entre grupos de meninos de rua acabaram através deste trabalho". Além da produção de máscaras, pernas-de-pau, encenações teatrais, danças e

brincadeiras, o grupo de crianças também discute vídeos educativos. A TV e o aparelho de vídeo foram adquiridos com recursos do Projeto Aquiri.

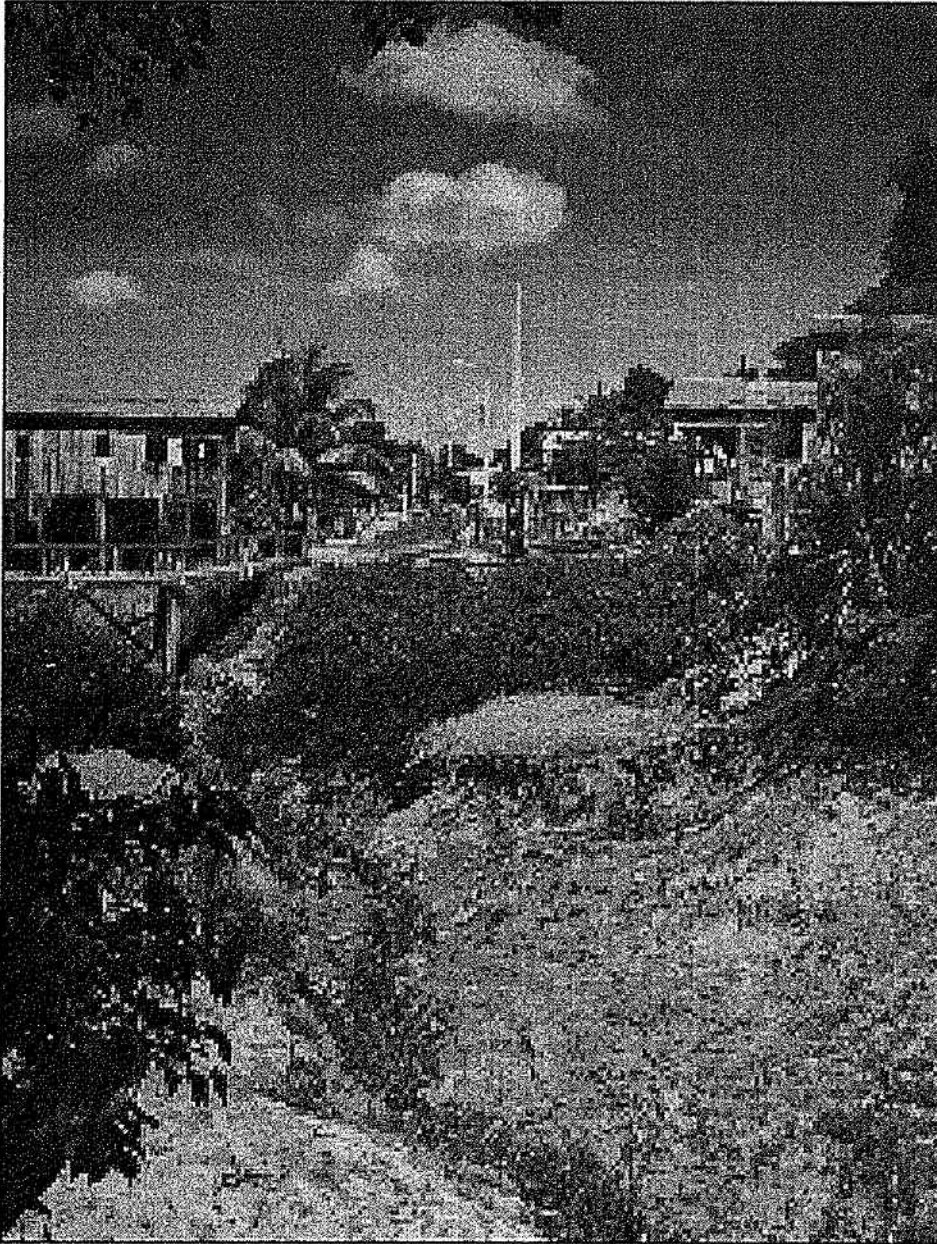
Cursando a primeira série do segundo grau, César sonha com a possibilidade de um dia fazer uma faculdade de teatro. "Quero ir mais fundo, aprender mais. Se mais jovens tivessem a chance que eu tive, não estariam perdidos pela rua, sem ter o que fazer e para onde ir. E descobririam que a arte abre a cabeça da gente para tanta coisa. É um mundo todo".



César e Matias apresentam espetáculo sobre o lixo urbano



Um novo olhar para o urbano



Vista do bairro Cidade Nova, em Rio Branco.

A partir de trabalho em parcerias, projeto “Comunidade e Cidadania” promove a integralidade do indivíduo como ponto fundamental no fortalecimento comunitário.

Um novo olhar para o trabalho comunitário urbano. Foi com esse espírito que a equipe do Centro dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre, CDHEP, elaborou em 95 o novo projeto trienal da entidade, parte dele

desenvolvido junto às comunidades dos bairros periféricos Seis de Agosto e Cidade Nova. A abordagem de educação popular do projeto sofria uma mudança: de um trabalho baseado na organização comunitária para fins reivindicativos, para um proposta metodológica centrada no indivíduo, entendendo este como sujeito do processo de transformação social.

“Estávamos percebendo que para fortalecer a organização comunitária era fundamental pensar as pessoas não somente como partes de um coletivo, mas como seres humanos com dimensões diversas (política, econômica, afetiva, intelectual, espiritual), enxergando-as em

sua integralidade”, afirma Maria José Albuquerque, membro do CDHEP.

No final dos anos 80 e começo dos 90, o CDHEP teve um papel fundamental na formação do movimento comunitário de Rio Branco, estimulando a criação de diversas associações de bairro da cidade, e da própria FAMAC (Federação das Associações de Moradores de Bairro do Acre). Como em outras cidades brasileiras, o movimento comunitário de Rio Branco viveu uma crise profunda nos anos 90. Neste novo contexto, de cooptações e crise de representatividade de lideranças, dificuldade de mobilização e o acirramento do quadro de carências e misérias, o CDHEP sentiu a necessidade de repensar o seu trabalho.

O projeto “Comunidade e Cidadania” assumiu o “empoderamento” como princípio metodológico. Originário da psicologia comunitária, o “empoderamento” é o processo pelo qual um indivíduo é levado a descobrir o seu poder pessoal de transformação da realidade e, com isso, se colocar como sujeito de sua própria vida, sujeito de suas relações, sujeito de sua comunidade. Os três níveis se relacionam e a auto-estima ganha um papel fundamental no desenvolvimento do cidadão. A elaboração do projeto teve por base um diagnóstico sócio-econômico do bairro Cidade Nova, realizado pelo CDHEP durante o ano de 94, e conversas com lideranças locais.

Os três objetivos específicos estabelecidos para a intervenção nos bairros foram: o desenvolvimento do auto-conhecimento comunitário (diagnósticos participativos, levantamento de memória); a realização de oficinas e cursos que promovessem a integralidade da pessoa humana e qualidade de vida nos bairros; e o estímulo à participação popular no processo de controle social e proposição de políticas públicas no bairro e na cidade (Orçamento Participativo, Conselhos Municipais e Plano Diretor).

Multidisciplinariedade e o Aquiri- A proposta do projeto foi discutida em reuniões com as lideranças do bairro, representantes de associações de moradores, grupos religiosos, times de futebol, grupos de mulheres, entre outros. “Nosso conceito de população organizada se ampliou, não só mais considerando associações e sindicatos, mas reconhecendo o papel de igrejas, grupos de lazer e de interesse”, afirma Rose Nascimento, membro do CDHEP.

Um dos pressupostos do projeto foi a realização do trabalho com base em



múltiplas parcerias que pudessem, a partir de suas especificidades, implementar as várias dimensões do projeto. O projeto previa ações de arte-educação, direitos, meio ambiente, gênero, geração de renda e comunicação (oficinas de vídeo e a implantação de uma rádio comunitária). Tudo articulado em torno dos objetivos do projeto.

A proposta foi apresentada e discutida com as entidades do Aquiri que trabalhavam com os temas em questão. Cinco entidades toparam o desafio e constituíram o Projeto Integrado "Comunidade e Cidadania". Rede Acreana de Mulheres e Homens, Pesacre, SOS Amazônia, Grupo Teatral De Olho na Coisa e a Casa Rosa Mulher elaboraram subprojetos de acordo com seus campos de atuação.

Oficinas de educação ambiental e reciclagem de lixo, beneficiamente de produtos alimentares, produção de artesanato com palhas de milho, iniciação teatral, prevenção de DSTs/Aids, direitos do cidadão e violência doméstica foram algumas das atividades desenvolvidas nos dois bairros. A comunidade deu resposta imediata. Em média, as oficinas tiveram a participação de 25 pessoas, a maior parte mulheres e crianças.

Dificuldades - Era a primeira vez que um grupo de entidades se reunia para executar conjuntamente um projeto na área urbana. Um desafio coletivo de construir um trabalho integrado. "Não foi fácil. A maioria das entidades sempre havia trabalhado sozinha. Não tínhamos uma cultura de relações que facilitasse isso. E aí, muitas diferenças viraram desencontros", afirma Lene Cavalcante, arte-educadora do Grupo De Olho na Coisa.

A sobrecarga de trabalho nas entidades também dificultou o amadurecimento da integração. "Quase todas as atividades junto à comunidade foram feitas, mas não com o nível de integração que queríamos. Para um primeiro ano de uma proposta inovadora como essa, acho que avançamos e aprendemos muitas coisas com os nossos erros e acertos", afirma Nazaré Macedo, coordenadora do Pesacre.

Para este ano, o Projeto vai restringir suas áreas e aprofundar o processo de parceria na execução. A equipe do CDHEP, do Pesacre e as arte-educadoras vão estar no centro da atuação. Convênios com a Universidade Federal do Acre vão possibilitar a participação de alguns professores e técnicos. As demais entidades do Aquiri deverão desenvolver atividades pontuais nos bairros. "Há uma demanda forte, por parte da comunidade, pela continuidade desse processo. Queremos aprofundar o trabalho multidisciplinar e mostrar que

ele é possível. Quem ganha mais com ele é a própria comunidade", afirma Maria José.

Dentro do Projeto 97, estão previstos a implantação de hortas familiares na Seis de Agosto, oficinas de artesanato e produção de alimentos, comercialização e gerenciamento, violência doméstica, planejamento familiar, oficinas de teatro com crianças, adolescentes e adultos, oficinas de vídeo com adolescentes, espetáculos de teatro de bonecos sobre direitos, exibição de vídeos educativos, produção de cartilhas e campanhas educativas sobre drogas e DST's/Aids desenvolvidas pelos próprios adolescentes das comunidades..

O Pesacre vai realizar junto com a comunidade o plantio de espécies florestais na margem do rio Acre para

diminuição da erosão e o estímulo ao não acúmulo de lixo. Algumas das atividades realizadas pelo CDHEP vão contar com o apoio do Ministério da Cultura e da Oxfam.

Segundo Rose, todas estas atividades foram apontadas pelo diagnóstico comunitário, em reuniões com moradores dos bairros e nas avaliações feitas pelos participantes das oficinas e cursos realizados em 96. A direção das escolas do bairro da Seis de Agosto já incluíram o Projeto "Comunidade e Cidadania" no Planejamento das Atividades Escolares de 97. "Quanto à nova administração municipal de Rio Branco, estamos estabelecendo os primeiros contatos para saber qual a relação que estabelecermos, e qual tipo de parceria pode ser feita para que os trabalhos avancem", comenta Rose.



Oficina de produção de vídeo com jovens do bairro Cidade Nova.



Crianças participantes das atividades permanente de teatro.

Pontos de encontro

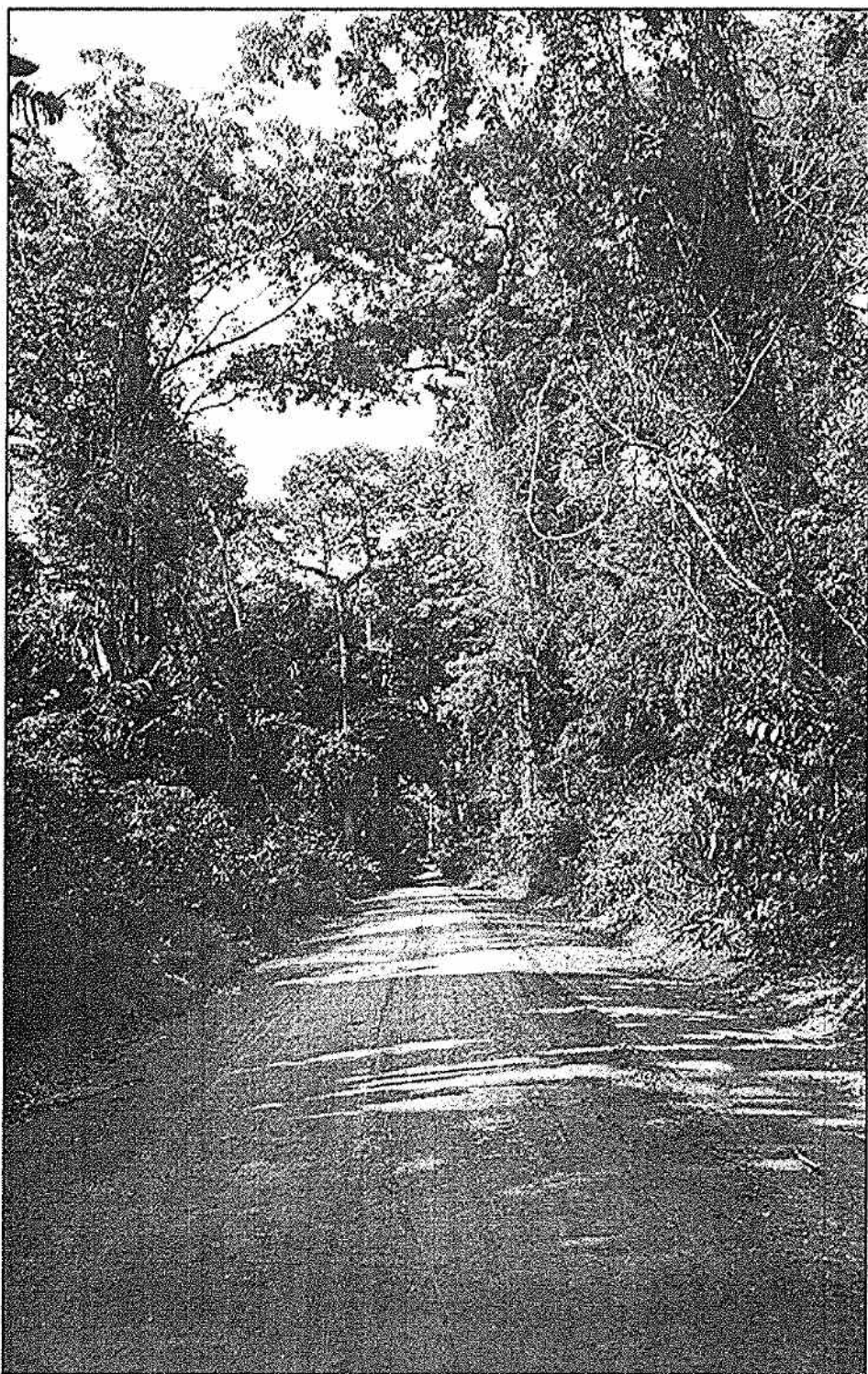
Durante os dois primeiros anos de existência do Projeto Aquiri, foram realizados espaços de intercâmbio de experiências e de debates sobre temas de interesse do trabalho não governamental do Acre. Os chamados "Pontos de Encontro" se inserem em um dos grandes objetivos do Projeto: promover a relação entre as ONGs do estado, visando a melhor articulação não governamental e a qualificação das experiências voltados para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentado para a região.

Com a participação de professores da Universidade Federal do Acre, técnicos de órgãos públicos, membros de sindicatos e outros convidados, os "Pontos de Encontro" contribuíram para a divulgação do Projeto, a troca de informações e o aprimoramento das relações com outros setores da sociedade comprometidos com as questões de interesse do Aquiri. De periodicidade inicialmente mensal, a duração de cada "Ponto de Encontro" variou de uma tarde a dois dias.

Além dos Pontos de Encontro, foram realizados seminários e cursos sobre temas de interesse das entidades com apoio de técnicos do UNICEF ou consultores contratados, entre eles: "Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais I e II", "Gênero e Meio Ambiente"; e "Marketing Social e Sustentabilidade".

Os temas dos nove Pontos de Encontro realizados nos dois anos foram: "As ONGs e o Governo do Acre"; "A Conferência da Cúpula Social (Copenhague) e o Desenvolvimento da Amazônia"; "As Concepções de Desenvolvimento Regional e a Participação das ONGs nos Projetos PMACI, ITTO, BNDES, e CIDA - avanços e limites"; "Metodologias de Educação Popular e o Trabalho Comunitário"; "Arte-educação em Projetos"; "A Questão Indígena no Acre"; "Sistemas Agroflorestais e Manejo Sustentado"; "O Urbano na Amazônia"; "O Estatuto da Criança e Adolescente"; "Os desafios da Educação Popular", este último promovido pelo CDHEP.

Nas próximas páginas, resgatamos partes das exposições do Ponto de Encontro "As Concepções de Desenvolvimento Regional e a Participação das ONGs nos Projetos PMACI, ITTO, BNDES e CIDA - avanços e limites", realizado em abril de 95 e com duração de um dia. Com



Estrada de acesso ao Projeto Reça, Vila Nova Califórnia

depoimentos sinceros e críticos, este Ponto de Encontro reuniu técnicos governamentais e não governamentais na avaliação de conquistas, contradições e equívocos da construção - no plano concreto - de novas referências para o desenvolvimento do Acre.

Sua importância é fundamental, seja

pela riqueza da participação, pela memória da formulação/implementação dos projetos e conquistas do movimento social do Acre, e pela avaliação que fornece dados e pistas que devem subsidiar novos projetos que contem com o envolvimento de entidades não governamentais, entre eles, o próprio Aquiri.



PROJETO CIDA: os descaminhos de uma Cooperação Técnica

Expositores: Luiz Claudio Oliveira e Magali Medeiros. Luis é engenheiro florestal da Embrapa. Magali é bióloga da FUNTAC e membro da entidade SOS Amazônia. Os dois foram membros da equipe técnica da FUNTAC, representante do governo do Acre na formulação e implementação do Projeto CIDA.

O Projeto CIDA, sub-título "Manejo Sustentável dos Recursos Florestais do Acre", foi concebido com objetivos bastante amplos: 1º objetivo: contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico das áreas extrativistas do Estado do Acre; 2º objetivo: apoiar o desenvolvimento auto-sustentável e de proteção ao meio ambiente em áreas de floresta, no longo prazo; 3º objetivo: promover o aproveitamento múltiplo e racional da floresta com a pesquisa científica e sócio-econômica. Mais dois objetivos podem ser acrescentados: fortalecer a capacidade institucional da FUNTAC- Fundação de Tecnologias do Acre, através de monitoramento, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e reforçar a capacidade institucional do Conselho Nacional de Seringueiros-CNS.

Vou fazer um breve histórico. O projeto foi concebido em 1989 e submetido à ABC-Agência Brasileira de Cooperação que passou a buscar parceiros para sua implementação. Um dos interessados pela proposta foi o governo canadense que, através de sua agência de cooperação, a Canadian International Development Agency-CIDA (que deu nome ao projeto) firmou um acordo de cooperação técnica com o governo brasileiro.

Então, a ABC era a representante do governo brasileiro no processo e a CIDA representante do governo canadense. Foi constituído, então, um comitê que seria a instância máxima de deliberação do projeto, o qual era constituído por

representantes do Governo do Acre; um representante do CNS; um da ABC; um representante da Agência Canadense e um representante da Embaixada do Canadá. Este comitê de coordenação era responsável pela aprovação dos planos anuais de trabalho - função primordial - e sua avaliação.

Comitê de Execução - Abaixo deste foi constituído o comitê de execução, no caso o Governo do Acre determinou a FUNTAC como seu representante; o CNS indicou seu escritório regional e o CIDA, através de licitação pública, contratou duas agências executoras do Canadá: a Roche, que é uma empresa de assessoria técnica florestal, e a SDID, uma organização não governamental canadense que trabalha especificamente com desenvolvimento comunitário.

O que este comitê de execução deveria fazer?

A FUNTAC junto com a Roche seriam responsáveis pelo desenvolvimento de tecnologias ou desenvolvimento tecnológico; a SDID e o CNS, responsáveis pelo desenvolvimento comunitário; e o próprio comitê de execução responde pela extensão florestal.

Em termos de modelo de desenvolvimento do projeto, qual o seu "modus operandi"? O que se tinha era uma determinada comunidade de seringueiros com base de produção em cultura de subsistência e produtos não madeireiros - castanha e borracha.

O Projeto andaria da seguinte forma: as tecnologias desenvolvidas aumentariam a produtividade e a qualidade, garantindo uma agricultura mais sustentada, evitando o incremento de áreas queimadas e, por outro lado, agregando maior valor [preço] aos produtos borracha e castanha, que se destinavam ao mercado. Por sua vez, a organização comunitária ajudaria a melhorar a qualidade da produção, influir no mercado e nas políticas setoriais de modo que forçasse o Estado a ter políticas que beneficiassem essas comunidades. Esta era a perspectiva de desenvolvimento.

Um primeiro complicador surgiu quando percebeu-se que os canadenses chegaram com o plano de trabalho e o objeto de contrato concluídos. Do plano anual de trabalho constavam as atividades

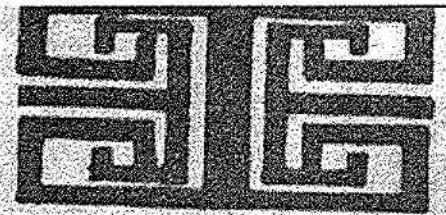
como um todo, o orçamento detalhado para o ano de 93 e o orçamento global do projeto.

Entre 90 e 92 foram feitos vários instrumentos de gestão do que seria o esboço de um plano de trabalho e realizadas várias atividades: um curso de gestão; instalação do escritório do CNS e sede do projeto; e algumas ações destinadas a preparar e colocar as instituições em um determinado patamar.

Em agosto de 91, foi assinado um ajuste complementar, que é o documento básico. Efetivamente, somente em 92 é que pode-se dizer que o projeto foi implantado com a chegada das instituições canadenses executoras, a Roche e a SDID

O Impasse - Este plano foi apresentado às bases, às comunidades extrativistas participantes do projeto e foi prontamente rejeitado. A rejeição aconteceu porque um acordo de cooperação técnica tem uma característica, a de não haver custeio. Não há dinheiro para as comunidades: existe recursos somente para equipamentos, treinamento de pessoal e assessoria técnica.

Em função da rejeição do orçamento foi feita uma reunião de urgência do Comitê de Coordenação do Projeto, em Brasília. Nesta reunião ficou definido que não mais existia um orçamento total aprovado, mas apenas orçamentos anuais e que ocorreriam mudanças na estrutura



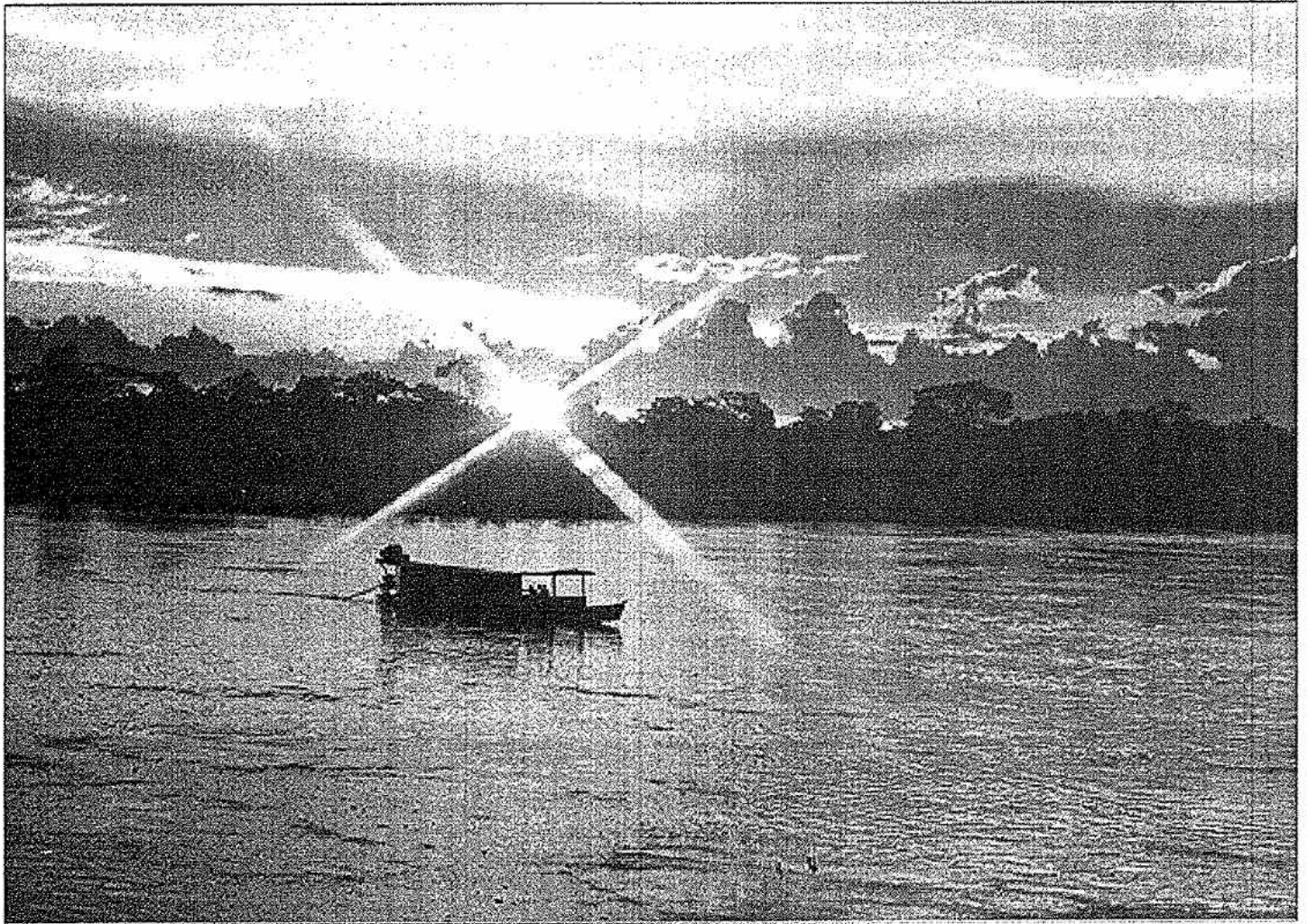
de gestão do projeto, que eu vou explicar mais na frente. Em junho aconteceram novas reuniões sobre esse plano de trabalho, mas somente em agosto de 93 aconteceu o primeiro desembolso.

Ou seja, até agosto, não se fez nada do que deveria ter sido realizado naquele plano de trabalho. Em novembro daquele ano, chega uma missão surpresa de avaliação da CIDA, que ficou extremamente insatisfeita com a condução do projeto como um todo. Surpresa para nós, porque esperávamos que acontecesse no final de dezembro ou janeiro. Em fevereiro de 94 começa a





OS GRANDES PROJETOS DOS ANOS 90



Batelão no rio Envira, Feijó.

retirada dos canadenses do projeto.

Os canadenses se foram e começaram a fazer a partilha dos equipamentos. Mas existia um detalhe: esse projeto era acordo bilateral de cooperação técnica e começaram a desmontar o projeto sem que tivesse havido uma renúncia formal. É o que vou explicar agora.

Em março de 94, tivemos uma reunião em Brasília, no Ministério das Relações Exteriores, para se definir uma proposta de encerramento do projeto. Na verdade não era uma proposta em si, mas uma exigência do governo brasileiro para aceitar a renúncia do projeto, que para o CNS significava a continuação das atividades já iniciadas, atividades de custeio; e por parte da FUNTAC, a aquisição dos equipamentos que foram aprovados nos planos de trabalho de 1993. Partes destes equipamentos chegaram em 95 aqui em Rio Branco.

Como eu disse anteriormente, o Projeto CIDA era um acordo bilateral entre o governo brasileiro e o governo canadense e, como tal, estava submetido ou regido pelas normas do acordo de cooperação técnica de 1977, que estipula, em linhas gerais, define o que é cooperação técnica e a destinação dos recursos que envolvem esta cooperação.

Cooperação Técnica - Uma cooperação técnica tem sua dinâmica. E como se dá isto? No primeiro momento existe um aporte muito grande de recursos por parte da instituição que está fazendo a cooperação técnica, que no caso era o Governo Canadense. Seria, nos primeiros anos, um aporte para equipamentos, treinamento de pessoal e recursos para consultorias mais pesadas. Tudo, com o tempo, seria diluído, sendo que a participação dos parceiros brasileiros iria aumentar.

O Governo Estadual, por sua vez, passaria a atuar em áreas onde não tem atuação, no caso, extensão florestal e desenvolvimento de políticas de produtos extrativistas. O CNS passaria a atuar como agente de organização do desenvolvimento comunitário, ou seja, o custeio; na medida que a qualidade desses serviços aumentam, o custeio aumenta, é lógico; alguém tem que pagar a conta. Então, daí são necessários pressupostos para que a cooperação técnica dê certo. É onde aconteceram os entraves.

O que é preciso, para uma cooperação técnica eficiente? Primeiro instituições estáveis, coisa que não se pode dizer do Governo Estadual do Acre. Muito menos

das organizações não governamentais, pois as entidades não são auto-sustentadas.

Fortalecimento ou custeio institucional? - A gente viu o processo porque passou o CNS com o fim do projeto; e o processo que a própria FUNTAC vem passando. Hoje não se fazem mais projetos sem contra-partida em que se arbitra um valor e o governo entra com a totalidade. Se não tiver, complica tudo. É aí que entra o compromisso das instituições governamentais e não governamentais, com um modo de trabalhar sustentável, ou seja, as instituições tem que ser auto-sustentáveis para poder bancar esse custeio. E, finalmente, tem que haver uma adequação entre objetivos e meios.

Da parte do CNS houve um fortalecimento institucional, mas a gente às vezes confunde fortalecimento institucional com custeio da instituição. Então, o que é fortalecimento institucional, basicamente? Foi aportado uma certa quantidade de equipamentos e o resto do dinheiro era pagamento de salários. Ou seja, isto não é fortalecimento institucional. Então foi aí que o negócio quebrou.... a relação, o equilíbrio entre



objetivos e meios.

Quais eram os maiores problemas para as comunidades extrativistas? Era organização, custeio de safras, transportes, escolas e saúde. Coisas que cooperação técnica não previa, não há recursos financeiros.

Por parte da FUNTAC, a concepção de cooperação técnica dentro daquele plano anual de trabalho era pedir equipamentos para identificação botânica, sendo que a instituição não tinha um botânico especializado; solicitar um carro, sendo que não era uma empresa transportadora. Então, por isso a coisa quebrou.

À primeira vista parecia ser um modelo de gestão adequado, mas na prática o que acontecia? Acontecia o seguinte: tinha duas empresas, a Roche e a SDID, que detinham o talão de cheques na mão, detinham os prazos e detinham as informações como um todo. A Roche foi contratada pela CIDA para gerenciar o recurso do projeto. Nem a SDID, nem a Roche tinham autonomia financeira. Esses recursos do Canadá eram aprovados pelo Congresso Canadense, liberados nos prazos adequados para eles. Não se tinha em nenhum momento, nem por parte da Roche, muito menos por parte da CIDA, a garantia que o recurso fosse chegar no prazo correto. Tanto que a primeira liberação de recursos aconteceu em agosto de 1993, sendo que no plano de trabalho estava prevista para o início de janeiro. Como a gente ia desenvolver aquelas atividades que estavam previstas para 9 meses, em 3 meses? Se por acaso quiséssemos fazer alguma alteração no plano de trabalho era uma burocracia tremenda, o que atrasava ainda mais os trabalhos.

Por outro lado, as co-partícipes brasileiras ficavam responsáveis para gerenciar um aporte do Estado que não havia; um aporte do CNS que também não havia, ou muito pouco. Sentávamos com o diretor-presidente da FUNTAC que chegava aqui e não sabia se estava no cargo ou não quando voltasse de Brasília. Da parte do CNS, fazia-se uma reunião com as bases e mudava-se tudo que tinha sido discutido anteriormente. A entidade se comprometia a repassar recursos para as bases, sabendo que em um acordo de cooperação técnica não existia essa possibilidade e utilizava os recursos do projeto principalmente para custeio de sua estrutura já que não possui condições de auto-sustentabilidade. Da parte da ABC, um acompanhamento um tanto falho também. Na verdade, não se tinha nenhum dos pressupostos para que essa cooperação técnica desse certo. Era um processo fadado ao fracasso a partir da concepção, das diferentes visões e condições das instituições envolvidas.

PROJETO ANTIMARI: o impasse com o governo estadual

Expositor: Écio Rodrigues, engenheiro florestal, coordenador executivo do Centro dos Trabalhadores da Amazônia. Ecio foi coordenador técnico do projeto Antimari quando trabalhava na FUNTAC.

O projeto foi elaborado pela FUNTAC em 1988 e negociado com a International Timble Tropical Organization-ITTO neste mesmo ano. O projeto foi orçado em 12 milhões de dólares.

A ITTO achou pesado e resolveu dividi-lo em três fases distintas, porque considerou um grande projeto: a fase 1, consistia em realizar levantamentos e um plano de manejo florestal de uso múltiplo da área, no caso a Floresta Estadual do Antimari; a fase 2, implantar o plano de manejo - para recursos madeireiros e não madeireiros - sendo que a base, o eixo é madeireiro; e fase 3, seria destinada ao marketing e comercialização dos produtos gerados pela implantação do programa.

A fase 1, dos levantamentos, da qual participei enquanto diretor do projeto, aconteceu entre os anos de 89, 90 e 91. Foram realizados 15 estudos e levantamentos: sócio-econômico, plano de gestão, solos, ecossistema, fauna, etnobotânica; botânica-econômica, recursos hídricos, etc. A Floresta Estadual do Antimari é a área mais estudada da Amazônia.

Estes levantamentos eram para subsidiar a elaboração do plano de manejo. Justamente porque era um plano de manejo, cujo eixo era madeireiro, é que se priorizou fazer esses estudos para que não tivessem brechas, não tivessem problemas de fragilidade do ponto de vista técnico de informação. Salientando que era uma exploração madeireira de caráter comunitário, que visava beneficiar as 82 famílias que residiam na área.

Tanto o Projeto Antimari, quando o CIDA e o Projeto BID foram elaborados na mesma época e por uma mesma equipe, não só de governo, mas com uma mesma equipe de técnicos da FUNTAC e do CTA. A idéia era semelhante. A idéia era conceber, ao mesmo tempo, projetos que fossem de pesquisa e levantamentos, mas também de desenvolvimento.

A Gestão - O modelo de gestão desse projeto é diferenciado. A FUNTAC, era o poder total na execução. Definia a concepção e as diretrizes como também as questões relativas à viabilização da floresta enquanto componente de modelo de

desenvolvimento.

Existem dois níveis de gestão: O **Comitê de Direção**: em que participam a ITTO, a FUNTAC, a ABC, o Ministério das Relações Exteriores, INPA, SUDAM e Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Estes reuniam-se uma vez por ano para dar aval e avaliar os relatórios que o órgão executor apresentava. Em um ou dois dias de reunião, as pessoas do comitê recebiam na hora o relatório. Ninguém fazia questionamentos, eles queriam resultados

E tem um **Conselho Consultivo**. Este Conselho é formado pelas ONGs: Comissão Pastoral da Terra, Centro dos Trabalhadores da Amazônia, Conselho Nacional dos Seringueiros, SOS Amazônia, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco e a Federação das Indústrias do Acre. Foi um avanço juntar as ONGs, de esquerda, com a Fiacre, de direita, por que a questão era também empresarial, você vai produzir um produto que as serrarias vão comprar. O caráter do Conselho é consultivo, para ser consultado em alguma questão relevante.

Na época da instalação do projeto, as ONGs não pediram uma cadeira no Comitê de Direção. Então esse Conselho Consultivo tem um representante com direito a voz e voto entre os cinco membros deste Comitê de Direção. Abaixo, no organograma, está a Funtac.

Esse esquema de gestão, em termos de execução, é bom, ágil, dinâmico e de fácil execução. E, para o que se pensava fazer lá, atendia às expectativas. Hoje já tenho minhas dúvidas, mas na época atendia às expectativas. Mas ele é bem menos pesado do que os esquemas montados nos projetos CIDA e BID. Este último tinha um esquema complicado de execução, tanto que o projeto era para acabar em julho (95) e foi prorrogado para mais dois anos.

Eixo Madeireiro - O eixo do Projeto Antimari é madeireiro. Mas como plano de manejo de uso múltiplo incluía até agricultura de subsistência. Plano de manejo é isso, qualquer atividade econômica na área que vai poder fazer o cara deixar de ganhar o que ele ganha hoje, um salário mínimo, para receber de 5 a 6 mínimos.

Como? Há três níveis de exploração. Vou falar somente da exploração madeireira, mas o plano tem todo um leque de produtos não madeireiros que ocorre na área. Apoio à diversificação da produção extrativista de borracha e castanha. O plano de manejo contempla todos os recursos madeireiros e não madeireiros da área.

O madeireiro ocorre em três níveis



OS GRANDES PROJETOS

diferentes: numa área mais densa de população, à margem do rio Antimari, onde tem uma atividade não madeireira mais consistente, definiu-se um índice de exploração 1: seria a mais baixa intensidade que se pode imaginar, tipo tirar uma árvore por hectare/ano. Um nível de intervenção que é o natural, é quase o nível natural, por ano. Se ninguém mexer na floresta cai uma árvore, de velhice, por hectare ao ano, que, naturalmente, é substituída por outra. Na realidade, nessa intensidade, o que se vai fazer é aproveitar essa árvore que vai cair mesmo, você vai tirá-la antes dela cair, em condição de ser produto.

Nível 2, que seria onde tem menos densidade populacional, poucas colocações e teria uma intensidade maior, vamos supor duas (2) árvores por hectare; não é bem isso, a relação é metro cúbico, mas é para vocês terem uma idéia. Vamos supor duas árvores por hectare, mas essa intensidade de exploração é definida por causa da situação florestal mesmo, não porque tem gente dentro, mas porque tem muita taboca, um monte de floresta ruim, pior do que o normal. E aqui é mancha boa, floresta densa, aqui é o nível três: 'é onde o bicho pega'. A estrada vem até aqui, e aí "o pau quebra".

O empresário madeireiro não faz plano de manejo. Ele quer ganhar dinheiro. Estou falando em plano de manejo, plano de verdade, com regras. A rotação é de 25 anos. Então uma área é explorada. Vinte e cinco anos depois voltaria nesta mesma área para realizar nova exploração. Normalmente são deixadas duas árvores para serem produtoras de sementes, para uma regeneração natural.

Por isso, em termos técnicos, o plano de manejo é inquestionável. Não é porque eu participei dessa fase do levantamento que estou defendendo a idéia. É difícil questionar. É subsidiado tecnicamente pelo que se tem hoje de engenharia florestal. Não tem brecha. Técnica não tem brecha.

O Impacto - Para vocês terem uma idéia, em cada hectare com floresta, meio hectare você tiraria. Mas não é que você tem um hectare aqui e você vai cortar tudo e ali vai ficar floresta. Esse 1/2 hectare é distribuído aqui dentro. Você teria um alinhamento de árvores de 50%. Naquele hectare que tinha 20 árvores, depois de manejado fica com 10 árvores distribuídas. Se você olhar de cima você quase não vê a retirada, mas andando na floresta (...) há um impacto disso na fuga da fauna. Uma coisa é falar que tem impacto como fazem a WWF, que afirma ser monstruoso; ou como o IBAMA, que afirma ser pequeno. A gente acha que tem



Casa de família seringueira em Mañuel Urbano

impacto, mas ainda tem que saber o tamanho dele. Não tem na Amazônia nenhum lugar que tenha feito o manejo de floresta na forma comercial.

Dilemas - Muitas pessoas ficaram com este dilema: "Esse projeto era pra fazer pesquisa ou para apoiar a comunidade? É um projeto para fomentar a produção, construir escolas, construir postos de saúde, armazéns e limpar varadouros?" O Projeto CIDA ficou neste dilema. Teoricamente, a princípio, teriam que ser duas coisas distintas; mas que na verdade as experiências do BID, do Antimari, do próprio CIDA comprovam que não tem como separar.

O projeto Antimari tinha todo um aparato social, até com certo grau de paternalismo, que particularmente eu avalio que era necessário. É difícil você entrar numa área nos "cafundó do Judas", não tem pra onde correr... tem que ajudar mesmo. Então, foram construídos duas escolas; dois postos de saúde; uma estrutura de sede, construída em madeira, para uma cooperativa, que ainda não aconteceu; uma pista de pouso para agilizar os processos de estudos e

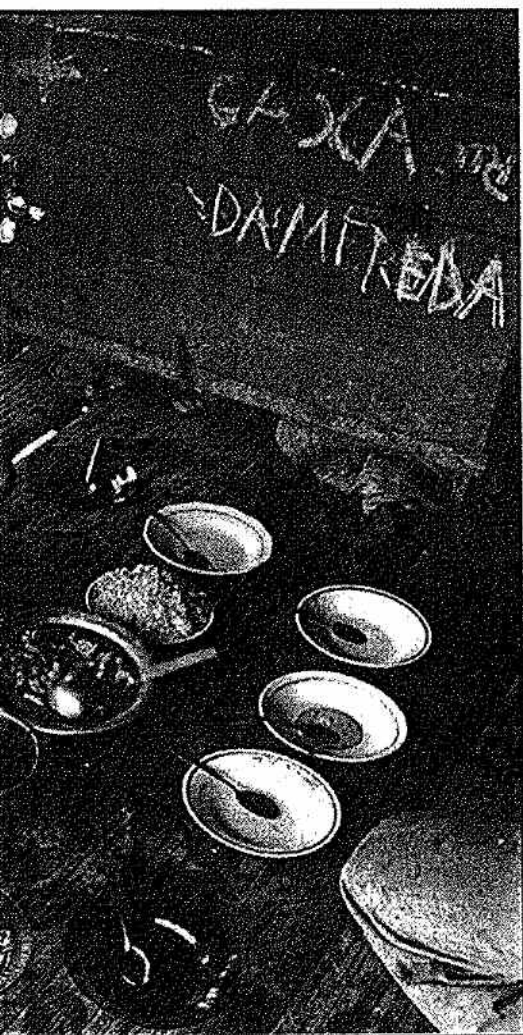
levantamentos. Chegou semana que dobrou a população da área com 150 pessoas. Tinha que ter um esquema ágil, com Toyota, barco e avião.

Nessa primeira fase foram utilizados um milhão e cem mil dólares da ITTO e seus objetivos foram alcançados: realizar os levantamentos, apoiar a população e elaborar um plano de manejo. A contrapartida de recursos do governo brasileiro e do governo do Estado não ocorreram.

Em 1991 foi negociada a fase 2, para a implantação do manejo, orçada em um milhão e 800 mil dólares. Dinheiro já negociado e disponível para a FUNTAC.

Em 92, os representantes da ITTO estiveram aqui para fazer a primeira reunião de implantação da fase 2: abrir duas estradas na área; fazer duas esplanadas de estoques de toras de madeiras; e meter motosserra, dentro dos princípios de manejo de uso múltiplo. A idéia é mostrar que é possível explorar madeira junto com extrativismo tradicional gerido pela comunidade que reside na área. A idéia é belíssima. Espero que ainda vá em frente.

O Impasse - Em 1992, quando



constrangedora com as 82 famílias, a ITTO aceitou continuar com algumas ações sociais.

Por exemplo, o programa de educação que o CTA desenvolve na área continua recebendo financiamento. Algumas ações comunitárias (de armazenamento, transporte com barco e um caminhão na ponte/estrada, para transportar a produção a Rio Branco), isso continua rolando. Nesses três anos, não se gastou nem 50 mil dólares para apoio comunitário.

Quando eu estava na FUNTAC, neste mesmo período aconteciam mais outros dois projetos: o CIDA e o BID (este último para quatro áreas de reserva extrativista, projeto de um milhão de dólares para apoio comunitário e plano de manejo). Os dois projetos tinham uma

perspectiva de médio prazo, 5 ou 10 anos para chegar a uma situação de manejar as áreas.

O Antimari não. O Antimari a gente tinha pressa. A gente queria fazer isso antes das eleições de 90. Tanto que o ideal era ter feito. Porque depois de março de 91 a situação ficou realmente complicada depois que o PDS assumiu. Não deu tempo. Neste "acelerar o processo", é claro, a gente desestabilizou a situação da comunidade que tinha lá dentro. Então, teve alguns problemas que eu considero superados, como casos de prostituição.

Obs: No início de fevereiro de 97, o governo do estado do Acre desapropriou a área e criou a Floresta Estadual do Antimari.

PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E COMUNIDADES INDÍGENAS - PMACI - a afirmação do poder do movimento social do Acre

Expositor: Antonio Alves, jornalista, ex-secretário municipal da Cultura de Rio Branco e diretor do Centro de Trabalhadores da Amazônia. Toinho foi técnico da equipe de formulação do Projeto PMACI (fase 2).

O Programa de Proteção Ambiental e Comunidade Indígenas, o PMACI, sofreu várias modificações em seus objetivos e metas ao longo de sua implementação. E podemos identificar, em termos cronológicos, três fases distintas: a fase de formulação entre 1985 a 1987; uma segunda fase, de muitas reuniões e encontros, entre 87 a 91; e a fase de implementação entre 91 e 95.

A primeira vista parecia um programa oficial tocado pelo Governo Federal para adotar medidas de proteção ambiental ante o asfaltamento da BR 364. Era um programa oficial para ser tocado pela FUNAI, IBDF, INCRA, IPEA e outros órgãos para regularizar terras.

Naquela ocasião houve contestações porque o projeto não trazia benefícios à população regional. Os índios reclamavam porque não estavam previstos recursos para demarcação das terras indígenas. Depois disso houve a inclusão da demarcação nas ações e os índios ficaram satisfeitos.

Em compensação os seringueiros ficaram extremamente insatisfeitos porque não tinha sido prevista nenhuma ação que os beneficiasse, a não ser a criação de algumas áreas de proteção

ao longo da rodovia, mas que não beneficiariam propriamente as populações instaladas nos seringais.

O programa não era apenas uma intervenção física num espaço físico. Tratava-se de uma intervenção econômica que ia potencializar mercados e possibilitar explorações de materiais como madeiras e outros. Então ia gerar um impacto muito maior do que simplesmente afetar as margens das rodovias, os 200 km de cada lado, como era previsto. Então, a argumentação foi a de que deveriam ser incluídas nos benefícios as áreas indígenas de todo o Estado e uma atenção especial às populações seringueiras.

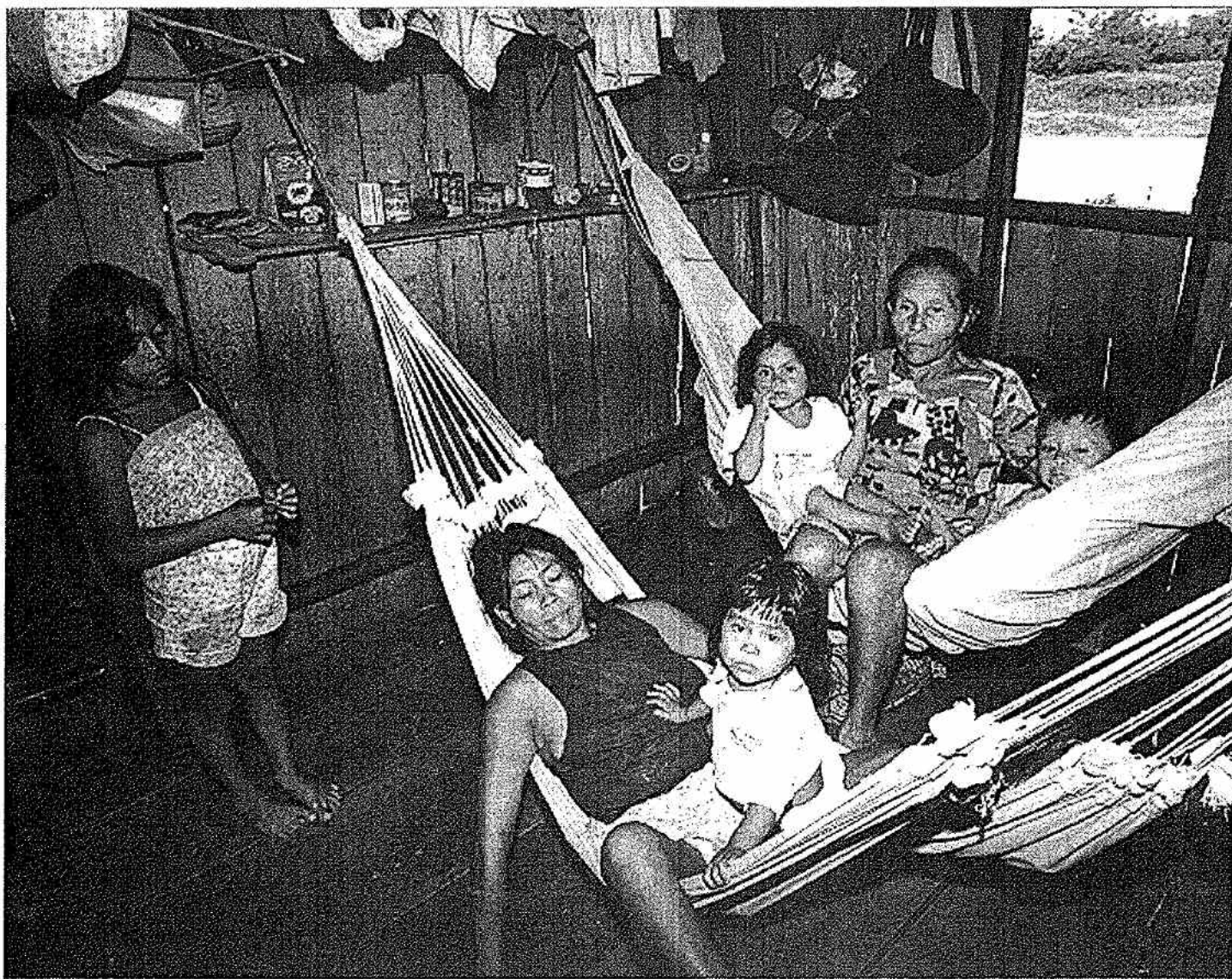
Uma das razões que explicaram a existência do PMACI foi a pressão que o agente financiador, Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, recebeu para não repetir o que tinha acontecido com o Banco Mundial-BIRD, na região do Pólo Noroeste com o asfaltamento da BR 364, trecho Cuiabá-Porto Velho. Lá aconteceram invasões de terras indígenas, exploração predatória de madeiras e de minérios, sérios problemas ambientais e sociais. Sendo que o BIRD foi posteriormente responsabilizado internacionalmente e acusado por entidades ambientalistas e nos diversos fóruns como financiador da devastação ambiental na Amazônia.

Então o BID, para entrar neste outro trecho, cercou-se de alguns cuidados. Exigiu que o governo brasileiro entrasse com contrapartida, financiando ações de

íamos começar a manejar, a ITTO descobriu que a área não estava desapropriada, um problema fundiário desde 88, um problema grave: se a área é privada, então tem proprietários, como é que a gente está fazendo pista de pouso, construindo sede? Então a ITTO condicionou o uso destes um milhão e oitocentos mil dólares à desapropriação da área e à criação oficial da Floresta Estadual do Antimari, pelo governo do Estado.

Desde 1992 todas as direções da FUNTAC tentaram desapropriar a área. Até hoje ninguém conseguiu. Na reunião deste ano (95), com o Comitê de Direção do Projeto, o pessoal da ITTO foi bem claro: se não rolasse em 6 meses (eles deram mais 6 meses de prazo) o contrato seria cancelado. Este dinheiro deixaria de estar disponível e retornaria aos cofres da ITTO. E aí, diante de uma intimidação assim, o Orleir Cameli disse que vai criar de qualquer jeito nem que seja por decreto, foi o que ele declarou na TV.

Então, a fase 2 está condicionada a isso. Mas para não ficar numa situação de paralisação e acabar com o projeto, para não criar uma situação



Visita de mulher Kaxinawá à casa de família Shanenawa, município de Feijó.

atendimento às populações indígenas e proteção ambiental nas proximidade do trecho. É claro que o governo apresentou um projeto "para inglês ver", uma coisa que previa a formação de algumas áreas de proteção muito pequenas. Posteriormente, o governo concordou com a demarcação da área indígena Kaxarari, a única considerada área de impacto da estrada.

Em compasso de espera - Nesta fase, criou-se uma espécie de **PMACI 2**, que foi responsável pela demarcação de áreas até o Vale do Juruá. Depois, essa segunda parte não prosperou e o **PMACI** se restringiu à micro região do Vale do Acre-Purus.

Daquele momento, algumas realizações podem ser apontadas: ações de demarcações de áreas indígenas do Alto Purus e algumas no Vale do Juruá; um programa de saúde para populações indígenas, que durou poucos meses, com distribuição de medicamentos; e o

envolvimento de algumas ONGs no desenvolvimento de programas de educação voltados para populações tradicionais. Na época, algumas instituições oficiais receberam recursos para apoio institucional.

Para se ter uma idéia, o **PMACI** previa ações de fiscalização e controle de desmatamento. O ex-IBDF adquiriu trailers para montagem de postos móveis de fiscalização. Eram trailers americanos, bem grandes, com rodinhas pequeninas, apropriados para o asfalto das rodovias americanas, não para nossa realidade urbana e muito menos rural/florestal. Então esses trailers acabaram apodrecendo no pátio do órgão.

A contestação feita pelas **ONG's** fez com que o **BID** exigisse do governo brasileiro um outro projeto. Neste período foram elaboradas duas ou três versões do Projeto. Todas consideradas insuficientes, ou pelo Banco, ou pelo governo brasileiro ou pelas comunidades e suas entidades. Nesta

fase ocorreram impasses que levaram à paralisação das ações.

O desbloqueio - A retomada do projeto ocorreu quando, em 1987, o Flaviano Melo assumiu o governo do Estado e interessado em viabilizar a pavimentação da estrada, percebeu que o **PMACI** era o grande salvo-conduto. Era aquilo que realmente poderia liberar os recursos para a pavimentação da estrada. E o programa era justamente o que estava atrapalhando a continuidade do contrato. Então aconteceram pressões das quais até o Chico Mendes participou junto ao **BID**.

O Flaviano Melo chamou, então, as entidades locais (muitos de nós participamos) para fazer uma formulação de projeto, uma proposta de **PMACI** que fosse do Acre e assumida pelo Governo do Estado para implementá-lo, e posteriormente levada ao Governo Federal.

Na visão do próprio Flaviano Melo,



dificilmente poderia acontecer do Governo Federal entregar ao Estado a tarefa de fazer o **PMACI**, mas mandou uma cópia de sua proposta para o **BID** que, por sua vez, fez ver ao governo brasileiro que "a proposta do pessoal do Acre era boa".

E isto de fato aconteceu. A gente trabalhou uma porção de tempo aqui na **SEPLAN** (eu fui trabalhar na **SEPLAN** nesta época) na consolidação final do projeto, com as sugestões que foram apresentadas por todas as entidades. Enviamos cópia do projeto para o Governo Federal e para o **BID**.

Então, começou outro período e negociações demoradas, que resultou na criação de um fórum com a participação de representantes dos governos dos Estados do Acre, Rondônia e até do Amazonas. Por insistência do representante do Governo do Estado Acre, em Brasília, o Marco Antonio Salgado, foi considerada a participação das **ONGs** no Projeto.

O que acontecia era basicamente o seguinte: foram incluídas propostas de reservas extrativistas, como queriam os seringueiros; mas excluídas as demarcações de áreas indígenas. Isso ocorreu porque o Conselho de Segurança Nacional-CSN, através de uma portaria de 87, havia definido que as A.I. em região de fronteira não seriam demarcadas enquanto áreas contínuas, mas como colônias indígenas (fragmentadas).

As lideranças indígenas e suas entidades se posicionaram contrárias a esta proposta que significava não somente a redução do território mas a transformação de suas sociedades em projetos de colonização. Aquelas comunidades que o governo considerasse que estavam aculturadas não poderiam ter um território muito grande, teriam que ser aldeadas em pequenos territórios e o restante seria considerada Floresta Nacional. Tudo isso era manobra do governo para tomar as áreas indígenas. Paralisações e impasses no **PMACI**.

Em 1988, houve outra reunião no auditório da Prefeitura com a presença da missão do **BID**, uma missão do Governo Federal, composta por pessoas da **FUNAI**, **IBDF**, **IPEA** e **CSN**, Governo do Estado do Acre e representante de entidades não governamentais, dentre eles, Chico Mendes, Mary Alegrette, e lideranças indígenas. Foram dois ou três dias de intensas discussões e de negociações nos bastidores: eu me lembro de uma reunião, na Casa do Governador,

quando o pessoal do Governo Federal chamou o Dom Moacir - Bispo do Acre e Purus - para pressioná-lo a aceitar a proposta das Colônias Indígenas.

Formou-se, então, uma grande unidade contra o Governo Federal, contra a corrupção da Nova República, do Sarney, bem caracterizada por aqueles que vieram negociar o projeto. E nós conseguimos fazer uma aliança com o pessoal do **BID**, que mandou um negociador fantástico, um cara de língua espanhola que eu esqueço o nome. Nesta negociação a verba do **PMACI** não seria usada para demarcar áreas indígenas, mas destinadas à saúde, educação, desenvolvimento comunitário e demarcação de reservas extrativistas. Ampliou-se uma série de áreas de proteção.

A terceira fase inicia quando o **PMACI** sai da esfera de controle das instituições governamentais e as **ONG's** passam a participar em pé de igualdade com as governamentais. Entidades como o **CIMI**, **CPI-Acre**, **CTA**, **CNS** passam a ter seus projetos analisados e aprovados. Tal participação transforma o **PMACI**, nos seus últimos três anos, em um programa razoavelmente democrático, quase como um linha de crédito governamental.

Os resultados - Essa evolução do projeto vai no sentido de sua democratização, da abertura para governamentais, depois governos estaduais, organizações não governamentais, sindicatos e até comunidades. Este fase correspondeu, também, a um período em que, no embate do **PMACI**, nós pudemos discutir a intervenção federal na Amazônia. O investimento do Estado brasileiro em uma política comandada por grandes empresas privadas do Centro-Sul, a pecuarização da região, projetos como da Alcobrás... A partir dessas discussões, definimos que a prioridade nos projetos de desenvolvimento deveria ser o financiamento de cooperativas ou formas associativas de produção e comércio.

Um terceiro ponto que foi bastante discutido, foi a necessidade de pesquisa sobre produtos da floresta para adaptação de novas tecnologias, que pudessem ser explorados e que também levassem em conta a introdução de culturas adaptáveis à região. Foi neste período que a **FUNTAC** pode formar seu laboratório de sensoriamento remoto. Foi neste período que as entidades compreenderam a

importância do fax, do computador, de ter instrumentos mais afinados tanto para o trabalho da floresta quanto para o trabalho institucional.

Eu considero que o **PMACI** foi, nesse período, o principal projeto que possibilitou o progresso de nossa experiência. Principalmente experiência institucional que levou-nos a algumas indagações e respostas: quais são os limites das organizações não governamentais, qual o seu raio de possibilidades? Qual é o limite ou o comportamento do Estado? Tinha coisas que a gente imaginava que o Estado fosse capaz de fazer e, provavelmente nos próximos 500 anos, o Estado na América Latina não vai ser capaz de fazer porque são vícios, são problemas que estão entranhados na própria base de formação, no surgimento desse Estado desde os tempos coloniais.

Então, nesse âmbito, quando penso **PMACI**, eu não penso no "Programa de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas", eu penso um período em que a discussão entre **ONG's** / Estado / Comunidades se desenvolveu e que esse projeto era um fórum da nossa discussão. Mesmo quando ele não estava realizando nada, ali era um exercício de formulações para que a gente aprendesse melhor essa coisa que é modelo de desenvolvimento para Amazônia.

Por sua vez, as entidades não governamentais locais, mais do que em outras regiões, se fortaleceram como uma rede, embora a gente veja evidentes problemas de intercomunicação entre elas. Se a gente contar a quantidade de entidades não governamentais, desde aquelas que trabalham com trabalhos especificamente urbanos, até aquelas que trabalham no meio da floresta, nós temos uma grande quantidade de não governamentais para um estado como o Acre. É uma quantidade que seria mais adequada, mais normal existir, dentro de um estado como o Rio de Janeiro ou a Bahia, não digo São Paulo.

Hoje em dia, todo mundo fala em desenvolvimento sustentado. Até o Gilberto Mestrinho, o Amazonino Mendes, até o Orleir Cameli fala em desenvolvimento sustentado. Mas a maioria não sabe o que é. No entanto, já existe um acúmulo de discussão dentro do nosso campo não governamental, graças ao que vivemos e aos fóruns proporcionados pelos projetos, principalmente o **PMACI**.



PROJETO BNDES: a difícil quebra das relações de exploração nos seringais

Expositor: Terri Vale de Aquino, antropólogo, fundador da Comissão Pró-Índio do Acre. Terri foi um dos formuladores e implementadores do Projeto BNDES.

O projeto BNDES, chamava-se Projeto de Implantação da Reserva Extrativista Alto do Juruá e Desenvolvimento Comunitário das Áreas Indígenas Circunvizinhas.

Este projeto foi aprovado em 1989, mas um ano antes o indigenista Antonio Macedo, juntamente com os delegados sindicais do rio Tejo fizeram um grande levantamento da situação sócio-econômica das populações seringueiras. Viviam ali 6 mil pessoas na reserva. O levantamento serviu para que os seringueiros discutissem a própria idéia de reserva extrativista.

Macedo citava o exemplo dos índios. "Olha, os índios da vizinhança tiveram que ter o domínio do barracão na mão deles para tirar o patrão da reserva". Isto é, quem dominava a comercialização dominava toda a área; era necessário criar alternativas ao patrão. Os patrões e marreteiros foram contra as reservas o tempo todo.

Então, em cima deste levantamento sócio-econômico foi elaborado, com técnicos da FUNTAC, um projeto de desenvolvimento comunitário para a Reserva Extrativista do Alto Juruá, encaminhado ao BNDES, uma vez que o PMACI ficou restrito à micro região dos rios Acre e Purus.

Em 1989 foi liberada a primeira parcela a título de experiência. Um montante de recursos suficiente para a compra de muitas

mercadorias, a exemplo do que o Governo Federal fez, desde o final da Segunda Guerra até 1985, subsidiando os patrões seringalistas e movimentando os seringais regionais através das várias etapas do PROBOR.

Começamos a pensar alguma coisa também nesses moldes de financiamento do aviamento. Até porque nossa idéia era fazer um grande 'buxixo', fazer um grande 'agito' ali dentro para que fossem criados os alicerces dessa discussão na reserva.

Durante décadas os seringueiros não receberam nenhum tipo de recursos dos programas pensados aqui para a Amazônia, sobretudo ligados à borracha. Então, já era hora dos seringueiros também receberem algum tipo de ajuda. Muitos patrões abandonaram os seringais a partir de 85 porque essa política de subsídio praticamente tinha se esgotado.

Dificuldades - O projeto enfrentou muitas dificuldades por parte dos patrões. Os batelões (barcos) com as mercadorias ficaram mais de um mês parados no porto de Cruzeiro do Sul impedidos de subir o rio Tejo, porque os patrões, liderados por Orleir Cameli (*atual governador do Acre*), entraram com ações na justiça, impedindo a subida dos barcos.

O seringueiros receberam as mercadorias sem nem uma preparação, sem treinamento das pessoas responsáveis pela distribuição das mercadorias. O boicote dos patrões, por seu lado, desde a saída das mercadorias, e sobretudo depois que as mercadorias estavam na reserva, contribuíram para que o projeto não

alcançasse os resultados esperados. Os patrões diziam que os recursos eram uma doação do governo e os seringueiros não precisavam devolver nada em troca.

Então, este primeiro projeto fez só um grande agito entre os seringueiros. Fez com que eles recebessem financiamentos como antigamente acontecia com os patrões.

Nova Proposta - Em 89 começamos a discutir a possibilidade de continuidade deste projeto, com todas as dificuldades, porque os gerentes das cantinas não estavam conseguindo juntar a produção em grandes quantidades. A maioria dos seringueiros que receberam mercadorias não pagava com produção e acumulava débitos muitos altos, reforçados pelo baixo preço da borracha. Todas as cantinas passaram a ser, do ponto de vista econômico, deficitárias.

Entre 90 e 92 foi pensada uma segunda etapa do Projeto BNDES, mais ampliada, abrangendo não apenas a área do rio Tejo, mas também o Alto Juruá, que vai até a fronteira do Peru, no rio Breu, com aproximadamente 500 mil hectares.

Estudamos a possibilidade, desse novo projeto criar uma reserva extrativista e beneficiar toda a população seringueira do Alto Juruá e as populações indígenas. Quando iniciou-se as discussões e reuniões para criação da reserva e aplicação dos recursos do projeto, verificou-se que somente as áreas indígenas pularam de quatro para dezessete. Então, ocorreu uma pulverização dos recursos.

Mas, apesar da fragmentação, você está começando um projeto onde a comunidade, através dele, vai tomar consciência da própria idéia de que vai criar uma reserva extrativista.

Quando chegaram os recursos, nós chamamos os seringueiros e os índios para discutir a aplicação daqueles recursos e então começaram os problemas: "a minha comunidade também quer", "a outra também quer", "outra associação de seringueiro também quer", enfim, você tem um recurso limitado e você vai ter ainda que dividi-lo em várias outras coisas que não estavam previstas. Isso também dificultou bastante.

Mesmo assim, foram feitas algumas coisa de infra-estrutura, como a construção de um grande armazém na foz do Tejo, um "elefante branco", mas nós estávamos sentindo que os seringueiros queriam aquela coisa: "Hoje", diziam eles, "está na nossa mão o barracão, no mesmo local onde os patrões escravizaram, dominaram".

Foi um grande projeto de abastecimento de mercadorias para o pessoal tocar as atividades da seringa. Portanto, o projeto permitiu, pela dinâmica da própria vida lá



Alagação na cidade de Cruzeiro do Sul, em 1994.



dentro, criar infra-estrutura de transporte e armazenamento, comprar batelões e motores novos, não só para levar mercadorias, mas os doentes para as cidades; construir um grande armazém e outros pequenos depósitos no interior da floresta, onde estavam os gerentes comunitários.

Algumas comunidades receberam pela primeira vez recursos para produzir sua própria borracha. Mas foi um período em que o preço da borracha caiu muito no mercado, então, praticamente a produção foi muito insignificante diante do investimento que foi feito, em termos de capital de giro, na compra de mercadorias, equipamentos (barcos e motores) e construção de infra-estrutura.

Na realidade, você estava fazendo um projeto em cima de um produto que não tinha mais valor de mercado, ou não tinha mais nem mercado: não só os preços eram baixos, preços decrescentes. Às vezes não tinha nem mercado para a compra dessas produções que estavam vindo da reserva e áreas indígenas.

Mas acho que o projeto foi importante no sentido de agitar toda aquela população da floresta, para mobilizar e marcar o tempo dos direitos: direito de receber financiamento; direito de ter um território para produzir, independente da rede patronal e dos marreteiros que eram aviados pelos grandes comerciantes que estavam fora da área.

A gente fez um levantamento na A.I. Jordão, que eu acompanhei de perto (eu não fazia parte da coordenação), juntamente com o Antonio Alves. Éramos voluntários não remunerados, para acompanhar este trabalho, seja na reserva ou nas áreas indígenas.

Então, senti que os Kaxinawá aumentaram sua produção de borracha de 18 para 32 toneladas/ano, no final do projeto. Houve um esforço muito grande das comunidades em aumentar suas produções de borracha, e os Kaxinawá, mais que isto, ocuparam mais dois seringais que tinham sido desapropriados e mobilizaram muitos seringueiros porque nenhum patrão tinha financiamento para comprar mercadorias e abastecer os seringais. Só os Kaxi eram os únicos que tinham mercadorias dadas por este projeto do BNDES. Então a produção quase duplicou no Jordão.

O projeto não possibilitou retorno econômico, mas gerou um grande retorno político de promover a noção de direitos entre as comunidades.

Os resultados - O que ficou mesmo desse projeto foram as associações indígenas e a Reserva Extrativista do Alto Juruá. Embora o Conselho Nacional do Seringueiros e o Movimento Indígena tenham se acabado, as associações indígenas ainda estão lá, assistindo, negociando projetos.

Aquelas associações surgiram da onde? Surgiram também em função desse

Projeto. Acho que o Projeto fortaleceu as entidades locais, embora a infra-estrutura criada foi mau conservada e os gerentes de cantinas tiveram que enfrentar uma barreira com a ação dos marreteiros e patrões, já que muitos seringueiros que compravam mercadorias dos cantineiros não as pagavam com a produção de borracha.

Creio que até isso ajudou muitas famílias, embora as associações e os gerentes comunitários tivessem falido, muitas famílias melhoraram suas vidas já que não pagavam às cantinas e aproveitavam a economia do dinheiro para comprar um gadinho, motores para casa de farinha e transporte fluvial. A idéia era outra, a de que o dinheiro do projeto possibilitasse aos seringueiros auto-

financiarem sua produção e reabastecerem os núcleos comunitários das cooperativas. A realidade é que quase todas essas cantinas foram desativadas. O Barracão da foz do rio Tejo é utilizado somente em grandes assembleias.

No mais, foi um projeto que agitou muito a mata. Foi importante num momento em que nem os seringalistas tinham recursos para levar mercadorias para dentro da floresta, para os seringais. Acho que isso, nas mãos dos índios e seringueiros, trouxe um movimento bonito de afirmação, de luta por criação de reservas e de ocupação e demarcação das áreas indígenas, e de ampliar áreas que tinham sido regularizadas pelo governo, como no caso do Jordão.

A complexidade do sonho

Na contracorrente de toda a visão oficial que privilegia as grandes obras de infra-estrutura e o princípio agrarista como base para o desenvolvimento da Amazônia, os projetos CIDA, Antimari, BNDES e PMACI representaram a busca concreta de um novo caminho. Um caminho que assumia por princípio a preservação ambiental, o fortalecimento das comunidades, e fundamentalmente, a floresta como o grande recurso potencial da região.

Nestes Projetos, o tempo é encarado como matéria escassa. Há uma urgência no ar. Depois das conquistas das reservas indígenas e extrativistas, na luta política entre meados da década de 80 e início dos 90, o momento passa a ser o de encontrar estratégias que compatibilizem desenvolvimento e preservação ambiental. Para isso são necessários conhecimentos, políticas, mercado, alternativas... Missão que as entidades do movimento social e alguns técnicos governamentais enfrentam, com o apoio de um grande arco de alianças nacionais e internacionais.

Mas as diferenças, desencontros e conflitos entre os vários atores desse processo nem sempre acabam em saídas convergentes. Interesses, expectativas, linguagens, valores e ritmos se chocam. É o técnico e o político, o Estado e as entidades não governamentais, as instituições estrangeiras e as brasileiras, as entidades e as comunidades, todos com todos. Afinal, quem é esse "outro"? O que "ele" quer? E as intenções e estratégias em relatórios e projetos en-

frentam a desconcertante realidade amazônica, não totalmente decifrável por levantamentos técnicos.

Através desses projetos, as entidades do movimento social da região ascendem da reivindicação para a proposição de caminhos, estratégias e de políticas públicas. O amadurecimento dessa relação entre sociedade civil e Estado esbarra na descontinuidade e incoerência de políticas, na burocracia e inoperância governamentais, e fundamentalmente em um Estado ainda comprometido com os interesses oligárquicos e do grande capital.

Na passagem da reivindicação (o que queremos e não queremos...) para a proposição (o que queremos e de que forma...), as entidades da sociedade civil são levadas a descobrir um novo vocabulário e a reforçar seus quadros técnicos. O "como fazer?" exige respostas e conhecimentos, exige ousadia e coragem, exige o desenvolvimento de experiências demonstrativas que subsidiem políticas macro.

A conquista da utopia se torna mais complexa, as contradições se multiplicam e a idéia de "comunidade" ganha matizes. Os aprendizados gerados através de acertos e equívocos possibilitam um acúmulo de experiências de implementação, articulação e negociação de interesses que consolidam as entidades do Acre como interlocutoras respeitáveis de um projeto de desenvolvimento sustentável para a região. Um poder que amadurece a cada dia e que constrói caminhos, mesmo nos contextos políticos mais difíceis. (D.C.)

O vazio depois do fim



Seringueira do Parque Municipal Capitão Ciríaco, Rio Branco

LUIZ CARVALHO

A desativação, em 1985, do **PROBOR**, Programa de Incentivo à Produção e ao Beneficiamento de Borracha Natural desencadeou impactos na economia regional ainda não devidamente avaliados. Esta decisão de governo (Sarney), repercutiu com maior intensidade nas populações tradicionais - seringueiros, ribeirinhos e índios - uma vez que paralisou os sub-programas sociais de educação e saúde e inviabilizou as empresas ligadas ao extrativismo de recursos florestais não madeireiros.

O Probor visava reduzir o déficit co-

mercial, que no início década de 70 significava um dispêndio de divisas da ordem de 157 milhões de dólares, com a importação de emborrachados. A produção nacional alcançava, neste período, um percentual inferior a "26% do total do consumo" do País. Foi implementado em três etapas distintas, iniciando suas ações em 1972 (Decreto Lei 1.232, de 17 de janeiro), conforme a publicação "Fundamentos e Objetivos - Sudhevea", daquele ano.

E perseguia a auto suficiência, em um prazo de 20 anos, depois do País ter-se deslocado, pela competição internacional, "da condição de produtor exclusivo e exportador privilegiado (porque detinha o

banco genético da hévea) à condição de importador".

O aporte de recursos para o programa era "proveniente de arrecadação da Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha-TORMB, instituída pela lei 5.459/68, que previa a cobrança de 5% sobre as borrachas não produzidas no País", equalizando, deste modo, os preços do importado ao nacional.

Conforme a revista Anuário Estatístico-Mercado da Borracha, de 1995, editada pelo **IBAMA-DF**, o que ocorreu foi que "os países asiáticos estabeleceram seus plantios a partir de sementes levadas do Brasil pelos ingleses que, na prática, cederam ao Brasil o controle do mer-



cado mundial do café e assumiram o de borracha, material estratégico”.

Objetivos-O Probor tinha os seguintes objetivos:

- a) aumentar a produção e a produtividade do setor de borracha vegetal, e
- b) criar condições para consolidação e expansão da heveicultura no País, com a gradativa substituição do seringal nativo pelo de cultivo racional.

Suas principais metas: financiar a formação e recuperação de seringais de cultivo; desenvolver tecnologia de plantio e viveiros de mudas de seringueiras; abrir e recuperar 'colocações' em seringais nativos; construir oito usinas de beneficiamento de borracha e látex; montar infra-estrutura de transporte; e apoiar a área social com projetos especiais.

Pretendendo ser abrangente, o programa foi coordenado pela extinta **SUDHEVEA**- Superintendência da Borracha, organismo vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio e executor das políticas (setoriais) do Conselho Nacional da Borracha. E envolvia, inicialmente, os Estados da Amazônia Legal e a Bahia (Probor I e II), posteriormente ampliado para Mato Grosso, Pernambuco, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo (Probor III).

A implementação envolveu organismos federais como o Centro Nacional de Pesquisa da Seringueira e **Dendê-CNPDS-AM**, para geração de tecnologias, como produção de mudas e o beneficiamento de látex; a **Embrapa** e **Embrater (Emater)**, para assistência técnica e extensão rural; a **UFAC**, para formação de quadros técnicos em heveicultura; os bancos regionais e estaduais como o **Basa** e o **Banacre**, enquanto agentes financiadores da produção e comercialização; a **Cobal**, responsável pelo abastecimento de manufaturados nos seringais, (a preços subsidiados); as secretarias estaduais de **Educação** e **Saúde**, responsáveis pela qualificação de recursos humanos e construção de postos de saúde e escolas; e a **Colonacre**, com viveiros de mudas de seringueira e insumos para a revenda ao produtor.

Expectativas-Segundo revista 'Anuário Estatístico', as metas do Probor I e II "superaram as expectativas", o que "permitiu a recuperação dos seringais nativos da Amazônia que chegaram a produzir, em 1985, 35.000 toneladas, representando 87% da produção nacional". No entanto, as metas do Probor III não foram alcançadas "devido à diminuição dos subsídios e à não concessão de dotação orçamentária pelo Governo Federal" a partir daquele ano.

Por outro lado, coincidentemente à implementação, o Governo Federal, através da Superintendência de Desenvolvimento

da Amazônia-SUDAM, criou mecanismos de incentivos fiscais e suporte financeiro para atrair investidores para a Amazônia Ocidental, interessados em explorar a pecuária extensiva e a extração madeireira enquanto face oposta de desenvolvimento para a região.

Esta política estimulou a vendas dos seringais, muito deles endividados com os bancos, mas ainda densamente habitados por populações tradicionais (Índios e seringueiros), que respondiam pela produção de borracha e de outros produtos florestais. Conseqüentemente, a transformação da floresta em fazendas de gado significou desmatamentos e a expulsão de percentuais significativos desta população, conflitando assim com os objetivos do programa. E, mais ainda, associou ao conceito de desenvolvimento um componente fortemente anti-ambiental e predador de recursos naturais e monetários, que persiste até hoje.

Mais recentemente, no vácuo da onda neoliberal de abertura do mercado nacional à concorrência internacional, a **Torb**, fonte dos financiamentos, foi extinta, sob alegação de que criava reserva de mercado para uma produção dispendiosa, com aval de lobbies multinacionais. Por sua vez, a **Sudhevea**, também incluída na 'operação desmonte' (Governo Collor), deixou os seringalistas e seringueiros "entregues à própria sorte", inviabilizando as empresas remanescentes e as recém criadas reservas extrativistas. A partir do final da década de 80, acelerou-se os processos migratórios da família seringueira em direção à capital dos municípios e principalmente para Rio Branco.

Os Sub-Programas Sociais - O Sub-programa VIII-Projetos Especiais e de Apoio (Probor II) alocou recursos para assistência técnica e formação de pessoal; venda de materiais e insumos; controle aero-fito-sanitário de seringais cultivados; assistência médico-hospitalar e educacional aos seringueiros.

No tocante à saúde, sua desativação deixou as populações da floresta completamente desassistidas, acarretando seqüências danosas, com o surgimento de inúmeros surtos epidêmicos. O Relatório-Sudhevea/1980 registrou, somente no Acre, o funcionamento de 94 Postos de Saúde sob a direção do Agente Rural de Saúde para atendimento direto às populações da floresta.

O sub-programa contava ainda com sete equipes volantes, em unidades móveis (batelões) para assistência médico-odontológica, vacinação, exames de laboratórios. Cada equipe era formada por um médico, um dentista e dois auxiliares de enfermagem, para atendimento das populações ribeirinhas.

Quanto à educação, esta foi uma das raras iniciativas governamentais a incluir

as populações tradicionais nos planos oficiais. Os altos índices de analfabetismo que conferem ainda hoje à região uma posição humilhante no cenário nacional e que começavam a ser reduzidos voltaram a aumentar.

Os convênios firmados entre a Secretaria de Educação do Estado e a Sudhevea previam 'ações básicas na área de educação, nas regiões produtoras de borracha', resultaram na construção de 270 salas de aula e possibilitaram, em 1980, a matrícula de 7.835 alunos na faixa etária dos 7 aos 14 anos. Hoje, poucas escolas na área rural estão ativas.

Perspectivas-Para Marisanta Farias, Chefe da Representação Regional do CNPT/AC, "as perspectivas para o setor são hoje melhores que no início da década". E aponta alguns fatores que justificam um certo otimismo, como a reativação da cobrança da **Torb** (Governo Itamar) para captação de recursos e financiamento da produção extrativa; a difusão de novas tecnologias de plantio para melhorar a produção dos seringais, como as "ilhas de alta produtividade"; a entrada em funcionamento de três usinas de beneficiamento de borracha nos municípios de Xapuri, Sena Madureira e Brasília.

Crítica-Os críticos do **PROBOR** afirmam que o programa tornou-se uma fonte de financiamento de recursos baratos para investimentos especulativos ou em consumo totalmente estranhos aos seus objetivos. A remuneração dos agentes financeiros e custeio da safra para os seringais nativos corriam a juros de 7% a.a. (Os baixos juros, à época, segundo os críticos, estimularam a aplicação dos recursos para outros fins). Hoje, o maior produtor nacional de borracha natural, em seringais de cultivo, é o Estado de São Paulo.

A revista Anuário Estatístico aponta ainda os seguintes fatores como responsáveis pelo insucesso do **PROBOR**:

- A não tradição de culturas perenes na Amazônia;
- Cultura da seringueira altamente tecnificada;
- Material botânico insuficiente para propagação das mudas;
- Falta de mudas suficientes para os projetos contratados;
- Insuficiência de técnicos capacitados para prestar assistência técnica aos projetos contratados;
- Dificuldades de acesso aos projetos (estradas, rios, chuvas);
- Atraso nas liberações dos recursos para implantação e manutenção dos projetos;
- Recursos insuficientes para manutenção dos projetos;
- Ataque da doença "mal da folha de seringueira" (*Microcyclus ulei*).

LUIZ CARVALHO, um dos Coordenadores do Projeto Aquiri



Pensando o desenvolvimento regional

REGINALDO CASTELA

A discussão sobre desenvolvimento regional neste final de século incorpora novos elementos que jamais foram considerados, por exemplo, durante a ditadura militar. As vinculações estreitas entre os processos locais e a realidade capitalista mundial exigem novos procedimentos de análise.

Os processos predatórios do meio ambiente (desmatamentos, por exemplo) e predatórios da civilização (exploração da força de trabalho) são baseados em explicações racionais (lucro a qualquer custo) mesmo contendo elementos de irracionalidade (destruição do espaço de reprodução humano). A substituição de um processo anterior de exploração por outro considerado menos agressivo à natureza não é elemento suficiente para sua defesa, pois tal "racionalidade" pode suportar níveis de concentração de riqueza e poder tão grandes quanto os processos anteriores.

A perspectiva apresentada como desenvolvimento sustentável já amplamente discutida pela comunidade científica internacional supõe não apenas uma "ecologização da economia": considera como elemento fundamental desse processo, níveis de democracia e distribuição de renda e poder.

Ainda em torno das possibilidades do chamado desenvolvimento regional, é fundamental considerar o que vem sendo comumente chamado de recursos estratégicos, ou seja, matérias-primas fundamentais de lucros futuros, base para o desenvolvimento de biotecnologias etc. Não se pode excluir da discussão tais interesses que supõem a necessidade de um desenvolvimento científico tecnológico ainda inexistente na região, porém não impossível de existir.

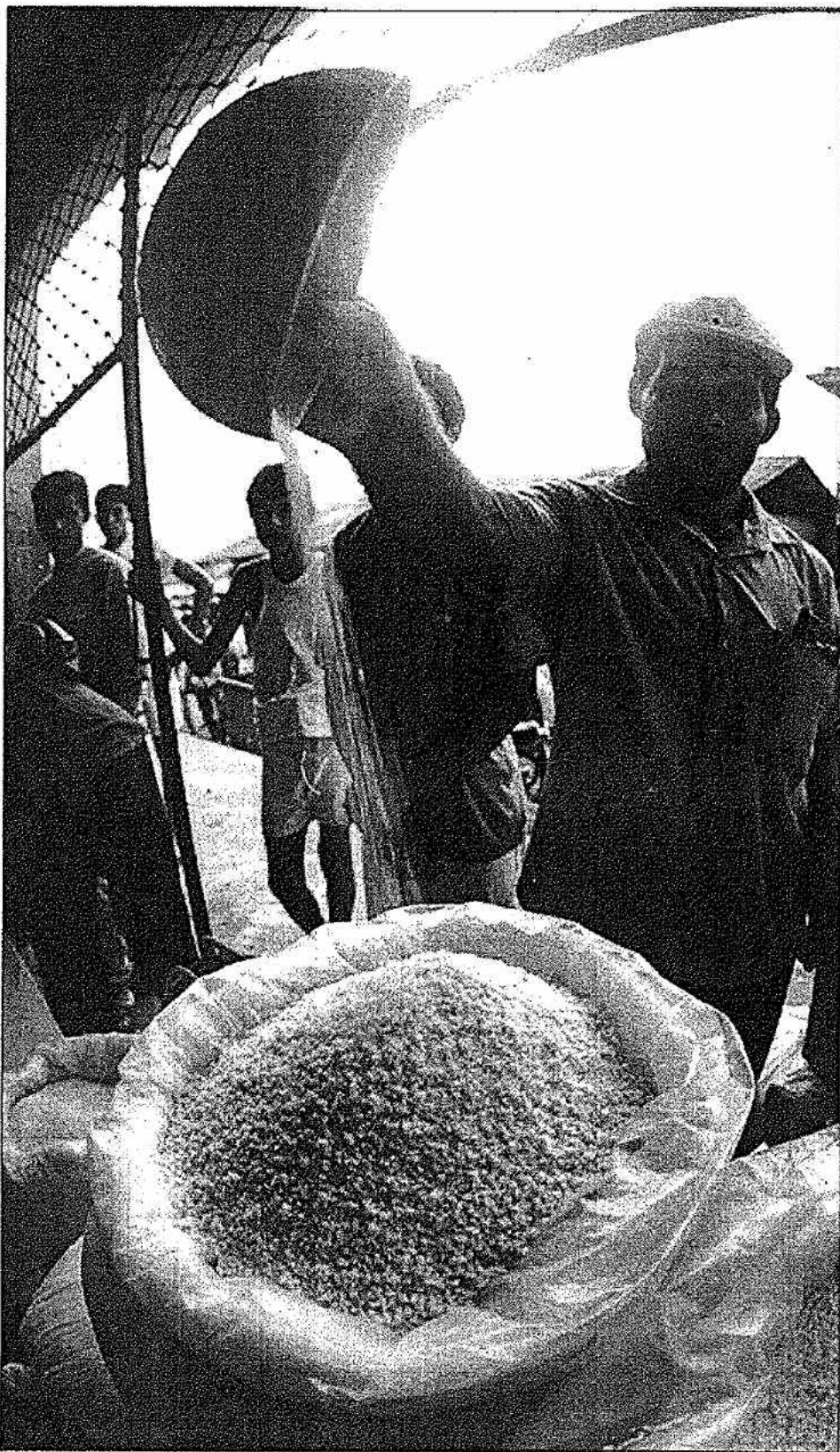
As propostas idealistas que desconsideram a realidade dada, a concentração fundiária, o aparelho de estado etc., tornam-se míopes quanto aos processos de mediação e transição para uma economia sustentável. O aparelho estatal está marcado hegemonicamente por defensores de processos econômicos predatórios resultantes de subsídios estatais e terras baratas. As populações locais, espoliadas no decorrer de todo este século, exigem uma participação maior

na riqueza gerada.

O significado desta reflexão é salientar a idéia de que o desenvolvimento regional está marcado por interesses de classes, ao nível

global, nacional e mundial. A não percepção desses aspectos transformam-nos em escoteiros.

* Reginaldo Castela, economista e professor da Universidade Federal do Acre.



Farinha de macaxeira. Mercado Municipal de Cruzeiro do Sul.



O caminho é o Neoextrativismo

Ele já foi Vice-Governador do Acre (1979-82) e Secretário Estadual de Fomento Econômico, no governo de Geraldo Mesquita (1975-79). Ocupou a presidência da Fundação Tecnológica do Acre, FUNTAC (1992-1994) e mergulhou fundo nos caminhos e descaminhos da ocupação acreana na tese de mestrado “Estado e Políticas Públicas - O Estado brasileiro, o processo de ocupação e o extrativismo da borracha na Amazônia” defendida em 1992 na Universidade Federal da Paraíba. Didático e apaixonado pela questão do desenvolvimento regional, o professor de economia José Fernandes Rêgo é um dos articuladores da criação do Instituto da Biodiversidade da Universidade Federal do Acre.

Um dos trabalhos que farão parte do futuro Instituto é o projeto “Avaliação Econômica do Sistema de Produções Familiares no Vale do Acre”, coordenada por Rêgo. Com uma proposta multidisciplinar, a pesquisa deve envolver mais de 20 professores e alunos da UFAC e contar com a participação de pesquisadores de outras universidades brasileiras.

O objetivo do trabalho é traçar o perfil do desempenho da produção familiar no Estado e de que forma ela pode se constituir na base de um projeto de desenvolvimento sustentável para a região da Amazônia Ocidental. “O caminho do desenvolvimento do Acre passa pelo reconhecimento da grande riqueza de nossa biodiversidade e pela valorização da produção familiar, dentro de um conceito inovado de extrativismo, o neoextrativismo”.

Aquiri: Como o Sr. vê as perspectivas do desenvolvimento do Acre - um estado periférico da Amazônia, mantido pelo governo federal e rico em biodiversidade - em um contexto de globalização?

Rêgo: Bem, para responder a esta pergunta é sempre bom retomar a história e resgatar as concepções de desenvolvimento para região nas últimas décadas. A partir da década de 50 a economia da borracha retorna ao seu processo de decadência, depois de um rápido ressurgimento durante a Segunda Guerra Mundial. Um ressurgimento comparável ao auge do



Professor Rêgo

início do século e que aconteceu em função de uma situação emergencial ditada pela guerra, regada por grandes incentivos governamentais. Terminada a guerra, o Estado brasileiro, influenciado pelas oligarquias regionais, estabelece uma política de apoio à borracha, centrada na garantia de preços e comercialização. Esta política sustentou artificialmente o extrativismo na Amazônia, principalmente o da Amazônia Ocidental, até meados da década de 60. Nessa época a crise aumentou com a falência de muitos seringais e os bancos regionais passaram a cobrar as dívidas dos seringalistas que se endividaram sem condições de saldar seus empréstimos. O Estado brasileiro resolve, então, redirecionar, a partir do Governo Militar de Castelo Branco, a política de desenvolvimento da Amazônia.

Aquiri: E chegamos à Operação Amazônia....

Rêgo: A Operação Amazônia é lançada em 1966 propondo justamente a

modernização da economia da Amazônia, ou seja, tirar a região de uma economia tradicional, baseada no extrativismo, e transformá-la em uma economia empresarial moderna. A pretensão era de industrialização através dos incentivos fiscais, estendendo isso por toda a Amazônia. Inicialmente pensou-se em transportar o modelo do Nordeste, com a SUDENE, para a Amazônia. Um modelo baseado em empreendimentos agropecuários. É evidente que essa transposição de modelos não deu certo. Viu-se logo que era uma coisa inviável. O que restou foram os estímulos à agropecuária, através dos chamados incentivos fiscais, cuja gerência ficou a cargo da SUDAM e do BASA. Então, desenvolveu-se na Amazônia canais de financiamento para a implantação de uma agropecuária moderna.

Aquiri: Diante da massa de recursos investidos na região e concentrados nas mãos de poucos, os impactos foram terríveis...

Rêgo:Essa experiência implicou em incentivos fabulosos em uma escala de

investimentos sem precedentes na Amazônia. Foram investidos mais de um bilhão de dólares. No entanto, esses investimentos não tiveram o efeito esperado pelo governo brasileiro para o desenvolvimento da região. E, além disso, como é conhecido e sabido, resultou em impactos sociais, econômicos e ambientais nocivos não só ao desenvolvimento como à conservação e preservação dos ecossistemas da região. Todo esse esforço não resultou em benefícios, nem econômicos, nem sociais, que pudessem levar ao desenvolvimento equilibrado da Amazônia. E é a partir disso que eu penso, começou-se a pensar que o caminho para o desenvolvimento da Amazônia não é a agropecuária moderna, como era o pensamento predominante baseado na concepção agrarista.

Aquiri: Como o Sr. sintetizaria a visão de desenvolvimento agrarista?

Rêgo: A visão pressupõe que o desenvolvimento de regiões novas no Brasil só pode ser viável através do pioneirismo da agropecuária moderna, ou seja, da entrada de grandes projetos agropecuários, que vão, de alguma forma, amansando a terra. Estes projetos abririam as regiões mais virgens, a natureza bruta, para depois ser implantada uma certa agricultura mecanizada de alta produtividade e tecnologias baseadas no modelo da Revolução Verde, que é o que se experimentou na agricultura e na agropecuária de exportação do Brasil. Vários fatores demonstram hoje que essa é uma experiência fracassada, que não tem possibilidade de alavancar o desenvolvimento na Amazônia, especialmente na Amazônia Ocidental.

Aquiri: De fato, a agropecuária não conseguiu se consolidar como uma alternativa econômica para a região...

Rêgo: Um dos exemplos práticos disso é o impasse em que se encontra a própria pecuária de corte na região. No Acre e sul do Amazonas se estabeleceram, nas últimas décadas, projetos pecuários com nível de tecnologia razoável, com empresários de tradição de São Paulo e do Paraná, que conseguiram implantar uma pecuária de corte significativa, com padrões tecnológicos semelhantes ao resto do Brasil. No entanto, hoje, essa pecuária de corte vive uma situação de crise. Em primeiro lugar, por uma questão do mercado: à medida em que se desenvolve uma pecuária de corte numa região de mercado restrito como esse, a saída para esses empreendimentos é a exportação dos produtos. No entanto, é questionável a possibilidade dessa pecuária do Acre e sul do Amazonas competir com a

produção do Sul, especialmente, hoje, com o Mercosul, que envolve estruturas de produção do Uruguai e da Argentina com níveis tecnológicos avançados e um nível de produtividade mais elevado, em média, do que a pecuária brasileira e, portanto, com condições maiores de competição. De todo modo, o modelo da agropecuária moderna não tem se mostrado compatível com as coordenadas sociais, econômicas, culturais e ecológicas da Amazônia. A gente tem que pensar numa inserção diferenciada da economia regional, na economia brasileira e na economia internacional. Eu acho que a nossa inserção tem que se dar através de um setor que seja típico, característico da cultura das populações dessa região, que seja compatível com os ecossistemas e que possa encontrar um nicho próprio de mercado. E aí eu penso que só o extrativismo renovado, ou seja, inovado, que experimente um certo progresso tecnológico, é que pode efetivamente ser a base produtiva do desenvolvimento regional.

Aquiri: E isso passa por assumir a biodiversidade enquanto recurso

A s elites regionais ainda estão presas ao agrarismo, a visão de que somente a agropecuária moderna e os grandes empreendimentos trarão o desenvolvimento à Amazônia.

econômico?

Rêgo: É justamente transformar a diversidade biológica, que é o fator natural mais importante dessa região, em fator de produção. Isso significa essencialmente que a floresta tropical dessa região vai ser o recurso econômico fundamental para o nosso desenvolvimento.

Aquiri: Tudo isso tem uma implicação política, ou seja, exige políticas públicas coerentes com essa nova perspectiva de desenvolvimento.

Rêgo: Um desenvolvimento sustentável é aquele que garante a conservação dos recursos, garante o equilíbrio dos ecossistemas. De outro, é sustentável no sentido cultural, porque não violenta a cultura das populações que são tradicionais dessa região. Portanto, de alguma forma, elabora e reproduz a cultura das populações. E é sustentável

do ponto de vista social porque difunde benefícios sociais à população. E é sustentável também do ponto de vista econômico. Então, a sustentabilidade pensada dessa forma me parece ser o modelo adequado para a região. Agora, redirecionar a economia regional para uma nova forma de desenvolvimento, envolve, em primeiro lugar, uma decisão de governo. E isso, a gente já pode ter indícios claros que há essa disposição do governo brasileiro, se nós atentarmos para o novo plano de desenvolvimento da Amazônia, o PDA.

Aquiri: O discurso do desenvolvimento sustentável é assumido...

Rêgo: No novo PDA está explícito o desenvolvimento sustentável como forma privilegiada de se conduzir o desenvolvimento da Amazônia. É verdade que ali ainda existem pontos de vistas contraditórios. Embora o discurso que permeia o novo PDA é o do desenvolvimento sustentável, no planejamento mais operacional aparecem atividades que, de alguma forma, são contraditórias a esse ponto de vista. Ainda há uma vacilação, uma indecisão, embora, claramente, o discurso que permeia esse novo plano de desenvolvimento da Amazônia é o do desenvolvimento sustentável. Isso só já é um fator positivo.

Aquiri: Mas não é o suficiente.

Rêgo: Não, não é o suficiente. É necessário que essas políticas se traduzam em ações concretas. No caso da Amazônia Ocidental - especialmente do Acre e sul do Amazonas, de algumas áreas de Rondônia e de Roraima - teria que haver um tratamento diferenciado, por exemplo, do que o dado à Amazônia Oriental. Na Amazônia Oriental estão estabelecidos grandes projetos, minero-metalúrgicos. Lá existe um interesse diferenciado inclusive do capital internacional. Então, me parece que na Amazônia Ocidental existem condições políticas e naturais muito específicas.

Aquiri: O que exigiria um projeto de desenvolvimento específico para a Amazônia Ocidental.

Rêgo: Sim, e esse projeto de desenvolvimento teria que se traduzir num plano bem operacional, que tratasse de ações bastante concretas. E aí nós teríamos que pensar num programa de desenvolvimento integral regional. Integral, não no sentido dos antigos PDRI (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado), mas no sentido integral, isto é, de contemplar todos os aspectos da atividade do homem dessa região, desde a atividade econômica, o aspecto do bem-estar social, os aspectos culturais

ENTREVISTA: José Fernandes Rêgo



Seringueiro no rio Envira, Feijó.

da população, os aspectos ambientais, enfim, integrar todas as dimensões da atividade humana.

Aquiri: E a base econômica, para o senhor, seria o extrativismo?

Rêgo: Teria que ser um projeto de desenvolvimento que tivesse como base produtiva o que eu estou chamando de neoextrativismo. O neoextrativismo seria justamente o extrativismo que incorporaria um progresso técnico. Isso possibilitaria um salto de qualidade e compreenderia a diversificação da produção na direção de novos produtos e o desenvolvimento de novas práticas tecnológicas, novos modos de produzir, de modo que se elevasse a produtividade desse setor e que o tornasse competitivo nas condições atuais de mercado. Para isso, é necessário, em 1º lugar, um amplo esforço de pesquisa para geração de tecnologias que sejam capazes de fazer o extrativismo dar esse salto de qualidade.

Aquiri: Além da pesquisa, quais os outros desafios para o neoextrativismo?

Rêgo: Depois, seria necessário um amplo sistema de apoio à produção e,

de modo geral, às comunidades, tanto urbanas como rurais. Esse sistema de apoio compreende todo o sistema de serviços da produção, como a infraestrutura, os serviços técnicos, de assistência técnica, de extensão, pesquisa e assim por diante; os serviços de bem-estar social, educação e saúde, cultura, comunicações; na infraestrutura econômica tem transportes. Enfim, todo um complexo de serviços que devem estar presentes desde os níveis locais até os pólos urbanos regionais. E, nesse sentido, esse sistema de apoio é um sistema hierarquizado, em escala e complexidade, a exemplo do SUS (Sistema Unificado de Saúde).

Aquiri: Qual seria a relação com os setores agroflorestal e agro-industrial?

Rêgo: Na verdade, o que eu chamo de neoextrativismo é a combinação da atividade extrativa com aprimoramentos tecnológicos, à produção agroflorestal e agro-industrial. Estamos falando num novo conceito de extrativismo que vai além da atividade extrativa propriamente dita. Se tiver uma atividade, por exemplo, de cultivo de espécies florestais da região, com tecnologias que sejam geradas a partir

da cultura e, se ela se organizar no espaço conforme a organização própria do espaço do extrativismo, essa atividade é uma atividade extrativista. O mesmo processo ocorreria com a agroindústria, se ela se estabelecesse conforme esses pressupostos. Para ilustrar esse novo conceito, citaria o desenvolvimento da pesquisa sobre "Ilhas de Alta Produtividade", coordenadas pelo professor Paulo Kageiama e realizadas pela Universidade do Acre junto com a Escola Superior Armando Luiz de Queirós, de Piracicaba. Na Reserva Chico Mendes já existem mais de 30 experimentos sobre as ilhas.

Aquiri: O Sr. poderia explicar o que são as Ilhas de Alta Produtividade?

Rêgo: É uma técnica de produção extrativista que trata de um cultivo de uma espécie florestal, no caso, circunstancialmente, a seringueira. A seringueira sempre representou o desafio principal de cultivo nas reservas extrativistas. A Ilha de Alta Produtividade é apenas o aproveitamento de um saber tradicional do seringueiro, compatível com suas práticas, tradições, ritmo de trabalho, e



ENTREVISTA

a experiência da sua relação com a floresta. O seringueiro coloca os seus roçados em áreas dispersas na floresta, por uma imposição do seu modo de vida e da sua tradição. Essas áreas são pequenas, de 1 a 3 hectares, cercadas da biodiversidade. É ali que vão se desenvolver técnicas de produção que são menos relacionadas com as da Revolução do Verde, e mais relacionadas com os saberes e práticas dos seringueiros, incorporando, é claro, melhoramentos genéticos. A biodiversidade que cerca as ilhas acaba sendo uma proteção contra doenças como o "mal das folhas" das seringueiras de cultivo. Então veja, essa é uma atividade de cultivo, mas se insere dentro do contexto cultural, dentro das práticas, da forma de organização do espaço do extrativismo familiar.

Aquiri: Essas inovações podem gerar

modificações nas atuais relações de trabalho?

Rêgo: Essa é a questão. Esse tipo de cultivo tem que se inserir dentro da tradição do seringueiro. Não se pode pensar numa área de cultivo que ultrapasse, por exemplo, a disponibilidade de mão-de-obra familiar do seringueiro. Eventualmente se pode necessitar de 'adjuntos de trabalhos' (*mutirões*). Da mesma forma hoje, por exemplo, nós temos, nas reservas extrativistas de Xapuri, uma área coberta pela CAEX (Cooperativa Agroextrativista de Xapuri) que tem várias mini-usinas de beneficiamento de castanha. O primeiro beneficiamento é feito ali. Embora seja uma atividade que eu chamo de microagroindustrial, essa microagroindústria se insere no conjunto da atividade extrativa. Esse novo conceito de extrativismo se aplica tanto às reservas extrativistas, como aos

projetos de assentamento extrativistas, agrícolas e agroflorestais.

Aquiri: O governo federal vem avançando no sentido de assumir um novo discurso para o desenvolvimento da Amazônia, apesar das mudanças práticas ainda serem limitadas. Mas como o Sr. vê os obstáculos políticos locais a essa nova perspectiva de desenvolvimento? O Sr. consegue identificar qual a atual alternativa conservadora para o desenvolvimento da Amazônia?

Rêgo: Em relação aos obstáculos, acho que o principal é político-ideológico e cultural. De certo modo, as elites regionais ainda estão presas ao agrarismo, ao ponto de vista de que a agropecuária moderna, os grandes empreendimentos modernos é que levam ao desenvolvimento e que o extrativismo é uma atividade econômica atrasada por essência. E isso não é um obstáculo pequeno já que quando se decide sobre políticas públicas, as elites regionais têm ainda um peso determinante. Elas atualmente ocupam os governos estaduais. Uma dificuldade, portanto, seria justamente ganhar essa batalha ideológica e é esse o papel dos intelectuais, dos movimentos sociais, que têm que enfrentar esses desafios e, de fato, de alguma forma, estão enfrentando.

Aquiri: A expansão predatória da madeira, a "salvação" pela estrada (como algo isolado, não integrado a um plano maior de desenvolvimento) e o discurso atual em torno das zonas francas fazem partes também desse discurso conservador...

Rêgo: Na verdade, são decorrentes desse mesmo pensamento agrarista, porque acredita-se que essas iniciativas isoladamente vão levar a um desenvolvimento espontâneo do estado. A exploração de madeira, nos moldes como vem sendo desenvolvida, é arcaica e gera pouquíssimos empregos e recursos para o estado. Tal exploração não reconhece a grande biodiversidade do Acre como uma grande riqueza potencialmente econômica. A estrada e as zonas francas, isoladas de um plano maior de desenvolvimento integral, são medidas paliativas, de repercussão restrita e não estrutural. As elites do estado tem que perceber que é necessário partir de um projeto de desenvolvimento para construir um futuro de perspectivas para o Acre. Cabe aos movimentos sociais e às organizações lutar por esta perspectiva de forma estratégica.



Mercado Municipal de Rio Branco.



Aquiri: Dentro do neoeextrativismo, quais as possibilidades de investimentos industriais e de incorporação do capital?

Rêgo: Acho que a iniciativa empresarial vai ser, de alguma forma, complementar. Quando falo empresarial é no sentido tanto de empresas capitalistas típicas, como também de empresas cooperativas. No Acre, especialmente empresas cooperativas: Acho que o modelo para a região pode ser o modelo empresarial de cooperativas. Nós podemos citar, por exemplo, a agroindústria para ilustrar isso. Como temos a hierarquia dos serviços, nós teríamos uma hierarquia da agroindústria. Como hoje já existem as iniciativas microagroindustriais dos seringais, elas podem existir também nas áreas agrofloreais, como existe no RECA e na produção agrícola. Então, teríamos a microagroindústria no nível local; depois teríamos uma indústria de beneficiamento com uma complexidade um pouco maior nas sedes dos municípios no interior. E teríamos, finalmente, as grandes agroindústrias, de maior complexidade, de transformação da produção nos centros urbanos regionais. Em Rio Branco poderíamos ter uma grande indústria de transformação, como por exemplo, a castanha achocolatada, que é um produto de exportação de grande aceitação no mercado europeu. Esses empreendimentos, de maior escala, poderiam envolver associações de cooperativas. Tudo isso não seria nenhuma novidade em termos de economia nacional. Santa Catarina tem uma experiência bem sucedida de envolvimento da produção familiar na dinâmica de um complexo agroindustrial como o da Sadia.

Aquiri: O desafio é o de transformar essa proposta em políticas públicas.

Rêgo: Sim, de fato, o obstáculo político-ideológico tem feito com que as políticas públicas para a Amazônia não tenham sido ainda orientadas para esse caminho. E, de fato, o que falta é transformar, como você disse, isso em política pública e concretizá-la em um grande projeto de desenvolvimento regional para a Amazônia Ocidental. Isso não precisaria ser uma iniciativa eminentemente governamental. Ela teria que ser uma iniciativa pública, com participação da sociedade civil. O Estado deveria prover recursos, cooperação técnica, apoio institucional e assim por diante. As ONGs, os sindicatos, as cooperativas

poderiam desenvolver as ações.

Aquiri: O Acre têm várias peculiaridades em relação aos demais estados da Amazônia. Entre elas, a fragilidade da iniciativa privada (uma elite descapitalizada), a riqueza dos recursos florestais e o dinamismo e a história do movimento social. Até que ponto essas peculiaridades podem se constituir em terreno fértil para o surgimento de um novo projeto de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental?

Rêgo: Você falou bem, há algumas peculiaridades, no Acre. Uma delas é o movimento dos trabalhadores extrativistas. A resistência dessas populações extrativistas à destruição das suas fontes de sobrevivência tradicional levou à organização do movimento de seringueiros, o que resultou em conquistas importantes, como foram as reservas extrativistas e os projetos de assentamento extrativistas. Além disso, houve um acúmulo de todo um conhecimento de organização na sociedade civil, o que permite hoje uma série de ações, ainda isoladas, em favor do extrativismo, das comunidades carentes, da produção familiar. Tudo isso é realmente uma peculiaridade daqui e que joga a favor de um padrão de desenvolvimento que tenha como forma de organização a produção familiar e que tenha como agente principal a sociedade civil, quero dizer, a iniciativa não governamental articulada às instâncias de organizações internacionais e nacionais interessadas na preservação do meio ambiente na Amazônia. Tudo isso conforma fatores que favorecem se pensar numa forma de desenvolvimento específica para essa região.

Um projeto de desenvolvimento regional teria que ser uma iniciativa pública. O Estado deveria prover recursos, cooperação técnica, apoio institucional. As ONGs, os sindicatos e cooperativas poderiam desenvolver as ações.

Aquiri: O Sr. acha que as lideranças desses movimentos têm visão desse todo, têm esse projeto em mente e têm condições organizacionais de implementá-lo?

Rêgo: Eu acho que hoje não há essa

consciência ainda elaborada, dessa forma. Acredito que, através do senso comum, se pensa que o extrativismo é de fato alternativa. Acho também que não há muita consciência, por parte dos movimentos, da força que têm, da capacidade de mobilizar recursos de toda ordem - não só recursos financeiros, mas técnicos, humanos, de maneira geral. Por outro lado, há uma dispersão enorme, uma instituição não governamental faz um projeto aqui, outra faz outro ali, outro pega outra iniciativa acolá e essa coisa não tem um fio condutor. Na verdade, terminam às vezes sendo, de alguma forma, digo não contraditória, mas até superpostas. Então, eu penso que um programa de desenvolvimento regional teria essa virtude de integrar todas as iniciativas com objetivo comum. Eu penso que um projeto desses tem que sair de uma relação orgânica dos intelectuais com as comunidades.

Aquiri: Dentro de todos esses desafios e demandas de capacitação e conhecimento para um novo desenvolvimento regional, o Sr. não acha que a instituição Universidade do Acre ocupa um espaço muito "apagado" nessa empreitada? Mesmo com as condições limitadas que tem, não daria para fazer mais? Levando em conta, é claro, algumas honrosas e brilhantes exceções ...

Rêgo: Eu, ao contrário de muitas outras pessoas, vejo com otimismo. Acho que a Universidade do Acre é muito promissora nesse sentido, apesar de todas as dificuldades e crises que são da universidade brasileira. Eu citaria, nesse aspecto, o Parque Zoológico, que vem se constituindo em uma instituição básica de pesquisa do campo da biodiversidade, através de projetos bastante relacionados com as problemáticas específicas e imediatas das populações extrativistas. Além disso, o Departamento de Economia começa a dar sua contribuição com esse projeto de pesquisa que vai situar o lugar atual do extrativismo em relação às outras formas de produção e quais são as suas possibilidades de persistência, num cenário de desenvolvimento técnico de organização das comunidades extrativistas. Não só à Universidade, mas às demais instituições públicas, falta melhor elaborar e desenvolver a relação com as comunidades e entidades da sociedade civil. Um dos desafios de hoje é fazer circular informações e articular parcerias e esforços para esse algo maior, que é o desenvolvimento sustentável da Amazônia. ★



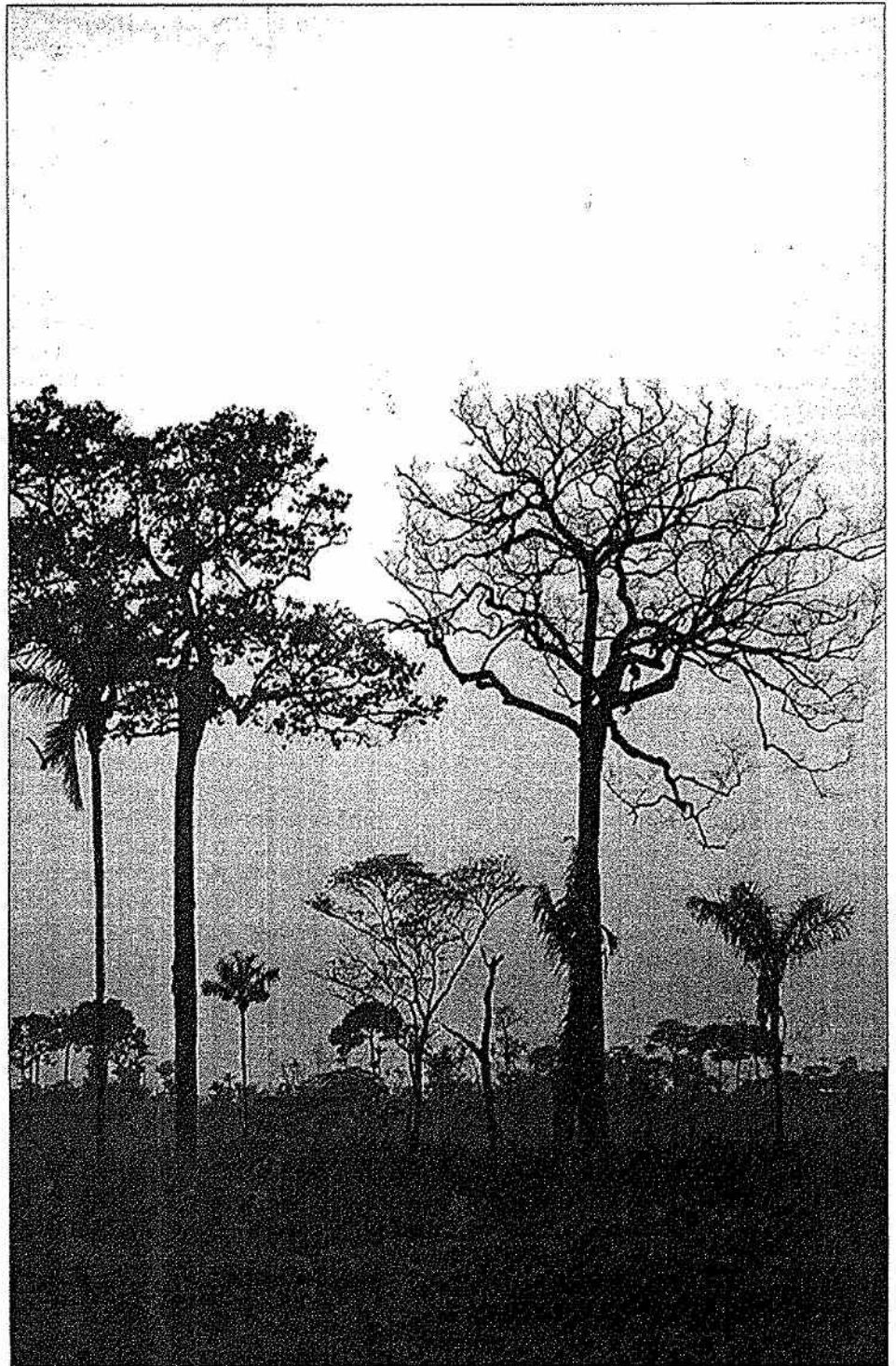
Exploração madeireira: a polêmica entre as entidades do movimento social do Acre

Enfrentando o desafio da viabilidade econômica das reservas extrativistas, entidades debatem a exploração da madeira e de outros produtos da floresta.

A viabilidade econômica das Reservas Extrativistas é um dos principais desafios do movimento social do Acre. Melhorar a qualidade de vida das populações locais e preservar o meio ambiente exigem um conjunto de políticas públicas coerentes para a região e condições de exploração racional e sustentável do potencial da Floresta. O Manejo Florestal de Uso Múltiplo prevê que sessenta produtos da Floresta Amazônica podem ser explorados racionalmente, possibilitando a diversificação de alternativas econômicas das comunidades extrativistas, a maioria ainda centrada no binômio borracha e castanha.

As pesquisas sobre as possibilidades de exploração sustentável da Floresta Amazônica ocorrem desde a década de 60, mas até hoje muito pouca coisa saiu do papel. O modelo agrarista de desenvolvimento para a região imposto pelo governos militares e pactuado com as elites locais, a falta de políticas públicas comprometidas com o uso múltiplo e os poucos estudos sobre possibilidades de mercado, são alguns dos obstáculos à exploração sustentável da floresta.

“Existem várias experiências na Amazônia utilizando produtos da floresta. Mas elas só ganham uma dimensão maior se houver investimentos e ações governamentais que as promovam”, afirma Écio Rodrigues, engenheiro florestal e coordenador executivo do Centro dos Trabalhadores da Amazônia, o CTA.



Aldeia Indígena Paredão, povo Kaxinawá, Rio Envira, Feijó

Para Júlio Barbosa, ex-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros e atual prefeito de

Xapuri, a exploração diversificada e sustentável da floresta se faz urgente para diminuir o êxodo das populações



florestais para as cidades. "Com o baixo preço da borracha e a falta de diversificação produtiva, muitos seringueiros acabam saindo das reservas atrás de emprego na cidade. Mas esse emprego não existe e a situação daquela família acaba ficando desesperadora".

Manejo Madeireiro: a polêmica -

Dos sessenta produtos possíveis de serem explorados no uso múltiplo, a madeira se destaca como o mais polêmico entre pesquisadores e entidades do movimento social da Amazônia. E o que possui mercado internacional garantido. "O manejo madeireiro é sempre preferível do que o não manejo. Mas acredito que as entidades do movimento social têm que buscar outras alternativas que sejam menos danosas ao meio ambiente do que a exploração madeireira", afirma Índio Campos, professor de Economia do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

Para Écio, a "resistência" ao Manejo Madeireiro tem como origem histórica a vulgarização dos chamados planos de manejo aprovados pelo IBAMA, usados como fachada para a exploração indiscriminada de madeira. Uma das demonstrações maiores de discordância com a opção do Manejo ocorreu no último Encontro Nacional dos Seringueiros, em 95, onde várias lideranças criticaram duramente a idéia. "A proposta técnica prevê a exploração de duas árvores por hectare; é quase o ritmo de renovação natural da floresta. A rotação de áreas é de 25 a 30 anos para dar possibilidade de recomposição natural. E a gestão estaria sob controle das comunidades", explica Écio.

"Essa resistência do movimento se deve muito à falta de informação. A verdade é que a exploração predatória da madeira está cada vez maior na região, invadindo inclusive nossas áreas de reserva. A madeira é o produto florestal mais valorizado no mercado externo e pode, a partir de técnicas especiais e controle social, ser uma forma de capitalizar as comunidades", afirma Júlio Barbosa.

O professor da Universidade

Federal do Acre, José Rego, defensor árduo do chamado "neo-extrativismo", desconfia da sustentabilidade do manejo madeireiro. "As atuais tecnologias de manejo não foram experimentadas e nem todos os impactos ambientais ainda são conhecidos. Além do mais, a taxa de lucro com a exploração de manejo vai ser baixa se comparada à da exploração comercial. E é difícil afirmar também até que ponto as comunidades vão conseguir controlar o nível da exploração madeireira".

Para Écio, a proposta envolve um grande investimento em processos educativos comunitários para que a madeira seja assumida como recurso renovável. "Se não houver controle, ela acaba e o dinheiro vai embora. A idéia não é transformar o seringueiro em madeireiro, mas em manejador", afirma.

O controle da exploração comercial ou comunitária de madeira passa também pela criação e fortalecimento de estruturas públicas de monitoramento e avaliação. "Não esse "controle" que existe hoje, feito de forma precária e ineficiente pelo Ibama. Mas algo que, com a participação das sociedades locais, consiga fazer valer os limites da exploração", diz o engenheiro florestal Evaldo Munhoz, da Embrapa.

Certificação - A certificação de produtos através do selo verde também é apontada por Écio como uma forma de controle da exploração madeireira comercial. "A previsão é que a partir do ano 2000, quem não tiver o selo verde não consegue vender no mercado internacional". O Acre deve ser um dos primeiros estados brasileiros a criar o selo verde. A certificação ficaria a cargo de comissões formadas por representantes da sociedade civil e do Estado.

Este ano, sete experiências de manejo madeireiro devem ser desenvolvidas na Amazônia com recursos do PDA, do Programa Piloto das Florestas Tropicais (vide entrevista com Fábio Vaz, do GTA). Uma delas será desenvolvida pelo CTA na área de assentamento extrativista de Porto Dias, no

município de Plácido de Castro. A entidade desenvolve trabalhos na área há três anos, com apoio do Banco Interamericano. Oitenta famílias moram no local.

O projeto de Porto Dias prevê a implantação de unidades de beneficiamento da madeira que possam transformar toras de madeira em tábuas para a exportação e gerar produtos para o mercado local (cinzeiros, tábuas de cozinhas, pequenos móveis...).

Além da madeira, o Projeto Porto Dias prevê a exploração de outros cinco produtos, entre eles o óleo de copaíba, o couro vegetal e sementes de árvores, como o mogno. O valor das sementes cresce no mercado internacional. No ano passado, o Ministério do Meio Ambiente criou um Bolsa de Sementes, para facilitar a venda nacional e internacional do produto.

"É falso afirmar que não existem informações suficientes para desenvolvermos experiências demonstrativas de manejo madeireiro. Os Centros de Pesquisas da região possuem muitas pesquisas sobre o assunto", afirma Evaldo. Segundo Écio, apesar de não existir experiências no Brasil, na América Latina o manejo florestal comunitário já é desenvolvido há anos pela comunidade indígena Ejida, na Amazônia Peruana, e pelo povo indígena Ianesha, no México. "O manejo comunitário ajudou a melhorar a qualidade de vida das pessoas", afirma.

A bióloga Maria do Carmo, chefe do Departamento de Ciências da Natureza e membro da entidade ambientalista SOS Amazônia, tem como preocupação o nível de reposição da floresta. "Em algumas áreas, vai ser necessário pensar em reflorestamento e não só esperar o nível de recomposição natural". Para Antonio Alves, jornalista, ex-presidente da Fundação Municipal de Cultura de Rio Branco e sócio do CTA, o manejo carece de uma elaboração menos técnica e mais antropológica. "Ainda podemos evoluir para um compreensão melhor do significado do manejo dentro do cotidiano da floresta".



O HOMEM E O JACU



Certo dia, há muito tempo atrás, no seringal Boa Vista, um seringueiro saiu de casa com muita raiva da mulher e disse:

- Hoje eu mato até o diabo se aparecer na minha frente!

Saiu para caçar e quando chegou no meio da mata avistou um jacu.

Apontou a espingarda bem na mira e foi falando:

- Lá vai tiro seu diabo.

Foi quando o jacu respondeu:

- Não me atire de com força não, que eu sou o rei dos pássaros cantadores.

Páaaa!!!... Atirou e o bicho caiu se batendo na restinga.

- Tu és o diabo!

Colocou o jacu na estopa e deu meia volta. Quando foi chegando em casa foi dizendo:

- Mulher, prepara esse diabo pra eu comer!

A mulher começou a pelar o jacu, quando ouviu:

- Não me pele de com força não, que eu sou o rei dos pássaros cantadores.

Assombrada, a mulher correu para a sala gritando:

- Marido, o jacu falou.

- Eu não quero nem saber, eu quero é comer esse diabo. Dê no que der!

A mulher então preparou o jacu.

- Homem, o jacu tá pronto, pode vir comer.

Quando ele acabou de comer, deu uma bruta dor de barriga e saiu, como um doido, correndo para o mato. Acocou-se para cagar e viu o jacu sair inteirinho, dizendo assim:

- Não me cague de com força não! Eu sou o rei dos pássaros cantadores.

O homem saiu na carreira e o jacu atrás, pega, não pega.

Ele agarrou-se com a mulher e ela pediu a Deus que livrasse o marido daquela confusão. E só assim foi que ele se livrou.

Mas o jacu ainda disse:

- Um dia te pego!



Texto do livro "Mapinguari, comedor de carne e outras histórias do seringal" / Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA); organizadores Mauricília da Silva Leão e Manoel Estébio Cavalcante - Rio Branco, AC; Editora Poronga, 1996. Ilustrações extraídas da "Folhinha da Mata 96" (FUNTAC) e Calendário Indígena 95 (CPI).

GTA: a articulação do Movimento Social da Amazônia

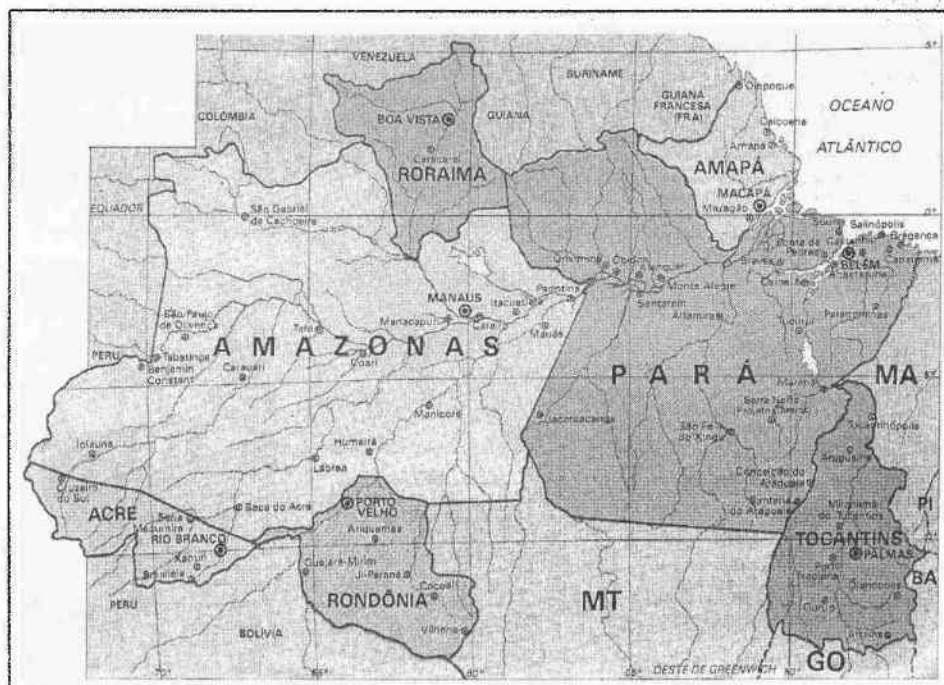
O Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA) é uma articulação que reúne atualmente 355 organizações da sociedade civil da região, entre sindicatos, cooperativas, associações, coordenações de povos indígenas e entidades de assessoria. São quinze regionais, espalhados pelo continente amazônico: do GTA Babaçu, sediado no Maranhão, ao de Carajás; de Marajó ao de Roraima; de Altamira ao do Acre.

Criado em junho de 91, o GTA surgiu da necessidade de existir um interlocutor da sociedade civil organizada da região para negociar e influir no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (ver quadro). Hoje, além do Programa Piloto, o GTA acompanha também o Programa de Desenvolvimento e Apoio ao Extrativismo, o Prodex, criado em 1996 pelo governo federal a partir de uma proposta feita pelos governadores do Amapá e Rondônia, o ex-prefeito de Rio Branco, Jorge Viana, e a senadora Marina Silva.

A atual direção da GTA é formada pelo Movimento Nacional dos Pescadores (presidência), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (vice-presidência), Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (tesouraria) e Centro dos Trabalhadores da - CTA (secretaria). O GTA possui um escritório em Brasília, constituído por três técnicos e uma secretária. Um dos técnicos é o secretário executivo da articulação Fábio Vaz de Lima. Fábio foi coordenador da área de Ação da Cidadania, da Prefeitura de Rio Branco, durante a gestão da Frente Popular do Acre. Na entrevista que se segue, Fábio expõe o desafio de construir uma grande articulação que influencie, de forma decisiva, os novos rumos para o desenvolvimento da Amazônia.

Aquiri: Qual é o papel e os desafios atuais do GTA?

Fábio: O papel do GTA é fortalecer local, regional e nacionalmente a capacidade do conjunto das entidades não governamentais da Amazônia em influenciar políticas públicas para a região, dentro de uma concepção de desenvolvimento sustentável. Nosso desafio interno é o de consolidar esse papel junto aos 15 regionais da articulação. O desa-



fiu externo é fortalecer o GTA, enquanto interlocutor do movimento social da Amazônia, no Programa Piloto das Florestas Tropicais (PPG7) e no Programa de Desenvolvimento e Apoio ao Extrativismo (PRODEX). O resto a gen-

PRÓDEX se dilui, se perde, fica marginal no quadro contraditório e incoerente das políticas. Na verdade, o movimento social deseja mais ações concretas. O governo está muito aquém do que se espera.

A questão ambiental e o desenvolvimento sustentável ocupam um espaço marginal nos planos e ações do governo FHC.

te faz se tiver pernas.

Aquiri: Como você avalia as políticas do Governo FHC para a Amazônia?

Fábio: Não dá para negar que o governo federal assumiu o discurso do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. O problema é que na prática a questão ambiental e do desenvolvimento sustentável ocupam um espaço marginal nos planos e ações de governo. Sem dúvida, para a Amazônia, houve um avanço com a criação de um programa como o PRODEX, mas quando a gente pega o conjunto, o contexto das políticas para a região, uma iniciativa como o

Aquiri: Num contexto de crise da cooperação internacional, como você avalia a situação das entidades não governamentais na Amazônia?

Fábio: A situação de diminuição de recursos e apoio às ONGs vai gerar uma seleção natural de entidades, ficando aquelas que tem trabalho concreto em algumas áreas. Por outro lado, as entidades vêm se aglutinando em redes locais para fortalecer o seu poder de influência em políticas públicas e garantir condições de sobrevivência num contexto mundial de avanço da exclusão social. Aqui na Amazônia, tirando Roraima, todos os outros Estados possuem fóruns e redes de entidades locais. É o Fórum de ONGs de Rondônia, que controla o Planaflo, o Fórum do Mato Grosso, o de Carajás, o Aquiri no Acre e tantos outros. Nessas articulações, as entidades se unem na sua região, no seu município, em torno de objetivos comuns. O GTA só vai dar certo e ter força a partir da existência e da força das articulações locais. O desenvolvimento de articulações e redes é uma tendência mundial.

Aquiri: Qual a situação do Programa Piloto das Florestas Tropicais?



Margens do rio Acre, cidade de Rio Branco

Fábio: Nos seus primeiros anos, o Programa passou por uma crise grande, não conseguindo por seus projetos em andamento. De 94 para cá, o projeto Resex, Áreas Indígenas e o PD/A começaram a ter perspectivas positivas. Sentimos que carecemos hoje de uma análise mais abrangente do conteúdo destes projetos dentro do que a gente quer para a Amazônia. Tudo isso é muito grande e novo. Queremos extrair conteúdos e lições deste Programa, essa é a prioridade do GTA. O Programa possui muitas partes, executadas por diferentes áreas governamentais. E um dos problemas é que não há integração dentro do governo nem na execução e muito menos na avaliação. Há também todo um corporativismo setorial que é muito difícil de lidar. Sem contar que há áreas onde é muito difícil entrar, saber o que acontece, mudar. O Basa é um exemplo de "caixa preta", fechado, muito fechado. E pra mexer na política de crédito para a Amazônia temos que mudar o Basa. O PPG7 acaba sendo um programa que força as áreas governamentais a se relacionarem. Mas a resistência é enorme. Na verdade, o governo tem medo de mexer nessa estrutura, tem medo de mudar.

Aquiri: Como o GTA está fazendo o acompanhamento destes Projetos todos?

Fábio: O nosso escritório em Brasília

não tem condições de acompanhar tudo isso. O caminho que a gente assumiu foi o de estabelecer parcerias com técnicos da Embrapa, Inpa e Universidades, ou seja, pessoas comprometidas politicamente com nossas propostas e detentoras de um conhecimento acumulado, com anos e anos de estudos e pesquisas. A constatação que fazemos é a de que precisamos cada vez mais nos assessorar das melhores pessoas para enfrentarmos os desafios de concretizar o desenvolvimento sustentável para a região. Um exemplo de parceria, foi o livro "*Políticas Públicas Coerentes Para uma Amazônia Sustentável*" que produzimos junto com a entidade ambientalista Amigos da Terra, um documento que hoje subsidia as políticas da Secretaria Especial da Amazônia e os programas ambientais do Banco Mundial e do governo alemão. Parcerias como essa nos fortalecem politicamente.

Aquiri: E o Prodex? Qual a situação do Programa?

Fábio: Foram feitos em 96 treinamentos de técnicos e ações de divulgação do Programa. A perspectiva da gente é que no final do segundo semestre deste ano, as cooperativas e associações consigam apresentar 220 projetos ao Basa. Estamos fazendo planejamentos nos GTAs locais para alcançar essa meta. Sabemos que neste ano não temos capa-

cidade de gastar os R\$ 25 milhões do Programa. Os projetos que apresentaremos atingirão no total R\$ 10 milhões. Mas pretendemos chegar no próximo ano aos R\$20 a R\$25 milhões. É bom lembrar que entendemos extrativismo não só como castanha e borracha, mas com todos os produtos florestais possíveis de serem explorados racionalmente, inclusive a madeira com manejo. Queremos que o Prodex se consolide e que se transforme em um grande fundo permanente para projetos ambientais na Amazônia. O PD/A, do Programa Piloto, é temporário e pode nos dar grandes lições de como trabalhar com o Prodex.

Aquiri: Como estão as alianças internacionais em torno da luta por um desenvolvimento sustentável da Amazônia?

Fábio: Nós temos uma boa aliança com os Amigos da Terra, entidade preocupada com o avanço das políticas públicas ambientais. Internacionalmente, o que está acontecendo com força é o debate em torno da agenda 21 que será realizado no Encontro da Rio + 5, a ocorrer em março. O Encontro é de entidades da sociedade civil do planeta e deve definir uma proposta de acompanhamento mais permanente das entidades sobre os programas de meio ambiente das agências multilaterais, principalmente do Banco Mundial e do Banco Interamericano. Na



verdade, a constatação é a de que depois da Eco não se fez muita coisa. Em relação aos governos, através da Comunidade Comum Européia, pretendemos negociar com a Alemanha e a França sobre a possibilidade de continuidade do PPG7. O resto dos G7 (os sete países mais ricos do mundo) não tem colocado dinheiro no Projeto. Temos tentado sensibilizar sobre a importância do Programa. A maioria dos países prefere trabalhar com acordos bilaterais do que com multilaterais. Primeiro porque dá mais visibilidade, não tem que repartir o ônus e o sucesso com ninguém e, em segundo lugar, é uma relação direta com o governo brasileiro.

Aquiri: A opinião pública internacional mudou em relação à Amazônia? Há outras questões que estão mobilizando mais...

Fábio: Não podemos esquecer que estes países entram em programas deste tipo em função da pressão interna que a sociedade civil desses países exerce. Na Itália, por exemplo, através dos Amigos da Terra, estamos tentando sensibilizar a opinião pública sobre a importância do país apoiar projetos na Amazônia. Nos EUA isso está mais difícil hoje, porque as pessoas estão mais preocupadas com os migrantes, o desemprego, o Nafta. Na Europa também há toda uma preocupação com o Leste Europeu, os migrantes, a fome na África. Não está fácil sensibilizar para a Amazônia. O Japão, de forma mais pragmática, vem se interessando pela região em função da biotecnologia, mas a questão da biodiversidade ainda é uma grande interrogação.

Aquiri: Qual é a interrogação?

Fábio: É falsa aquela imagem que todo mundo está atrás da biodiversidade da Amazônia e que para nós ela é um banco de dinheiro. Não é bem assim, é necessário anos de pesquisa para que a nossa biodiversidade vire um investimento atrativo. A madeira, pelo contrário, é hoje muito atrativa, tem mercado. Por isso tudo, não é fácil sensibilizar os governos de outros países para investir em projetos aqui. É a fase de chamar a atenção para a região através de escândalos já acabou, não dá mais, temos que mostrar no que os caras podem botar dinheiro e ter retorno, de forma sustentável.

Aquiri: Mesmo não sendo ainda tão atrativa, denúncias se multiplicam na região sobre pesquisas clandestinas vinculadas a empresas multinacionais que possuem dinheiro e mais dinheiro para pesquisas. O que é necessário para que a gente

não perca essa corrida da biodiversidade?

Fábio: Em relação à biodiversidade é necessária uma legislação que regule e programas, políticas e muitas pesquisas que possibilitem conhecer o que temos e o que pode gerar dinheiro. O interesse da indústria farmacêutica na região existe mas ainda é restrito, diferente das madeiras que estão comprando terra de monte com perspectivas de lucro no curto prazo. O grupo de madeiras que atuavam na Malásia e abasteciam o mercado europeu estão comprando terras no Brasil e comprando empresas nacionais que viram as testas-de-ferro da exploração. Até no Acre uma empresa malásiana está fazendo acordos para comprar uma madeira local. A estratégia do setor madeireiro é, em primeiro lugar, comprar terras; em segundo, fazer parcerias para estabelecer as bases e condições de exploração; e, em terceiro, se adequar à legislação bra-

É necessário anos de pesquisa para que a biodiversidade vire um investimento atrativo.

sileira. E eles têm capacidade para isso, têm recursos e gente muito capacitada para enfrentar esta empreitada.

Aquiri: A imprensa veiculou em janeiro informações de que 22 Florestas Nacionais estariam sendo privatizadas pelo governo federal para a exploração madeireira. Afinal, que história é essa?

Fábio: O Projeto das Flonas foi muito mal veiculado pela imprensa, em parte, por culpa dos técnicos do governo. A proposta é da Secretaria de Política Integrada do Ministério do Meio Ambiente. Foi de lá que partiu também aquela portaria sobre limites de desmatamento, de lá saem as orientações de políticas para a Amazônia. Na verdade, a proposta é estabelecer modalidades de exploração em Florestas Nacionais, estabelecer regras que regulamentem a exploração lucrativa. Hoje, essa exploração acontece de forma ilegal, sem controle, já que o Ibama não consegue fiscalizar as áreas. A idéia é pegar, por exemplo, a Floresta Nacional do Tapajós e definir que em determinada área somente a comunidade local pode explorar, em outra, uma empresa comercial com plano de manejo. Isso pode disciplinar a exploração e abrir uma alternativa econômica para as comunidades.

Aquiri: Mas você não acha que o problema central vai continuar sendo a capacidade de controle e fiscalização? Quem garante que as empresas vão se ater às normas definidas? A gente sabe também que o movimento social tem condições limitadas para exercer esse controle de forma ampla e permanente.

Fábio: Será publicado um edital abrindo licitação, com exigências sobre manejo, intensidade, forma e condições de exploração. Tudo definido por uma comissão interinstitucional local, na qual

O que é o Programa Piloto?

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o chamado PPG7, nasceu da pressão dos movimentos ambientalistas do Hemisfério Norte sobre os governos dos sete países mais ricos do mundo para a criação de um programa de apoio à preservação das florestas tropicais. A proposta era a de que o Programa fortalecesse as comunidades tradicionais e contasse com a participação das entidades do movimento social da Amazônia e da Mata Atlântica. Depois de inúmeras negociações entre o governo brasileiro, os governos dos sete países, o Banco Mundial e as entidades nacionais e internacionais, o Programa foi oficialmente criado em 92, mas sua implementação só teve início em 95.

O PPG7 é atualmente formado por cinco sub-programas, todos sob responsabilidade do governo federal. Em um deles, o PD/A, o Programa Demonstrativo Tipo A, os recursos são voltados para o apoio a projetos desenvolvidos por não governamentais. O valor total do PPG7 é de US\$ 250 milhões, a serem utilizados em cinco anos. O valor do PD/A é de US\$ 25 milhões para um prazo de realização de 4 anos. Além do PD/A, os demais sub-programas são: Políticas de Recursos Naturais, Ciência e Tecnologia, Educação Ambiental, Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais (projetos: Reservas Extrativistas; Reservas Indígenas; Parques e Reservas; Apoio a Manejo Florestal Sustentável; Manejo de Recursos Aquáticos; Recuperação de Áreas Degradadas; Ações e Gestão, Monitoramento e Políticas). O GTA realiza o acompanhamento de todos os sub-programas. Atualmente, somente 60% dos Programas começaram a ser executados.



ENTREVISTA: FÁBIO VAZ

as entidades vão ter acento. E vão ser as entidades que vivem a realidade local. Aonde a gente tem mobilização, os caras vão querer o mínimo de consenso com a gente. Mas a proposta das Flonas é algo polêmico. Nós temos que tomar cuidado porque se o setor privado perceber que tem alguma brecha para levar vantagem, eles vão levar e, na verdade, nós ainda somos mais frágeis do que eles. É bom lembrar que estão excluídas da proposta Flonas localizadas em áreas indígenas ou próximas a elas. Essa foi uma idéia apresentada por nós. Mas a proposta deve ser ainda bastante discutida até final de abril. E o GTA deve debater isso nos Estados.

Nos EUA e na Europa, as ONGs são reconhecidas de fundamental importância para a cidadania e a democracia.

Aquiri: A maioria dos governos estaduais é conservadora na região. Como tais governos se colocam na busca de um novo desenvolvimento regional?

Fábio: O quadro é triste, pior do que o do governo federal. Fora os governos do Amapá e de Rondônia, a situação é bem complicada. Já o governo do Amazonas é muito inteligente. Ele se apropria do discurso do desenvolvimento sustentável e tenta atrair investimentos com isso, incluindo madeireiras. O GTA reconhece os limites destes governos, mas defende que as entidades e articulações estaduais abram espaços de negociação para influenciar políticas locais de interesse das comunidades. Por exemplo, em Roraima fizemos um treinamento de técnicos sobre formulação de projetos para o PD/A. Isso é importante, amplia as alianças. Teffé é um outro exemplo, em torno de um projeto de manejo de lago. Na verdade, independente de ideologias, temos que batalhar compromissos locais e conquistar a receptividade destes governos afirmando a nossa competência técnica e política. Apesar de conservadores, se a gente mostrar que o desenvolvimento sustentável pode ser atrativo para os governos locais, teremos chances de maiores avanços.

Aquiri: E no Acre?

Fábio: Por mais que exista o Orleir Cameli, temos que conversar. Por exemplo, em relação à estrada, temos que comprometer o governo estadual com um programa amplo de apoio às comu-

nidades; estimular que o governo local consiga recursos com o Banco Mundial para desenvolver esse programa, que teria a participação e seria monitorado pela sociedade civil. É claro que tudo depende da vontade política deles e de nós assumirmos que o grande desafio é a continuidade e a consolidação de nossos avanços.

Aquiri: Quais os recursos públicos que as entidades da Amazônia podem disputar atualmente?

Fábio: Os recursos para as comunidades e entidades não governamentais hoje são o Prodex, o PD/A e o Fundo Nacional do Meio Ambiente. Por sinal, o GTA vem tentando fortalecer o lado mais amazônico do Fundo, que atualmente é mais sulista, principalmente da Mata Atlântica. Gostaria de registrar que atualmente o GTA também vem discutindo com o Banco do Brasil a criação de um

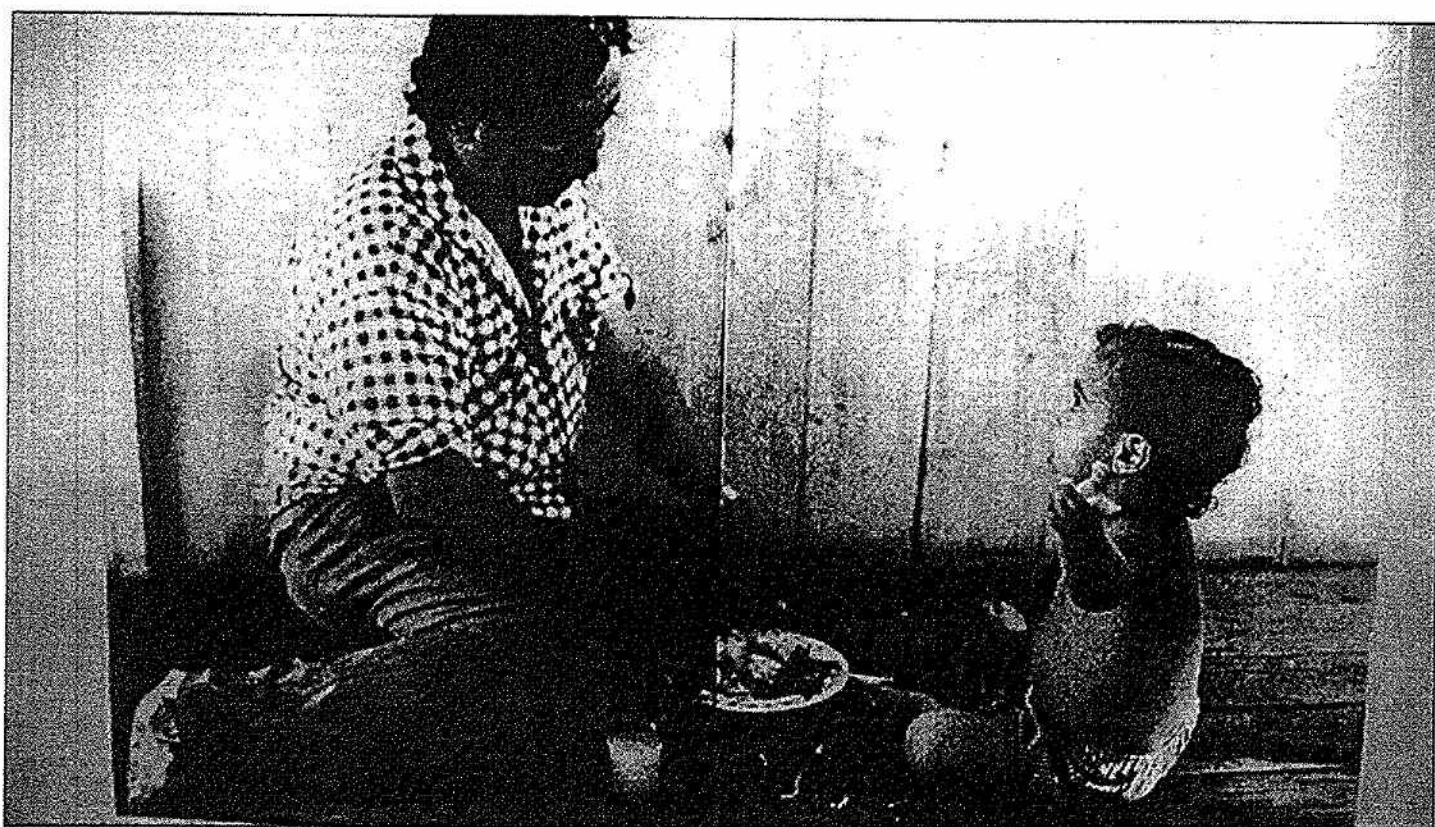
sistema de cotas de apoio à entidade, cotas que seriam oferecidas pelo Banco aos seus clientes. Estes são alguns caminhos que estamos tentando para termos condições de executar os nossos trabalhos, condições mínimas de enfrentar os desafios a que nos propomos.

Aquiri: Em termos de sustentabilidade, quais os caminhos das não governamentais brasileiras?

Fábio: Uma coisa é o trabalho das entidades de base. Elas realizam as ações de desenvolvimento, são as cooperativas e as associações. As outras são as entidades de assessoria. Elas dão a base para todo esse desenvolvimento, qualificando técnica e politicamente as nossas propostas e trabalhos. Estas entidades desenvolvem experiências importantes nas áreas de saúde, formação, assessoria técnica, direitos e outros. Em vários países, como nos EUA e na Europa, muitas delas recebem recursos públicos para executar os trabalhos e são reconhecidas de fundamental importância para a cidadania e democracia de tais países. Empresas e pessoas comuns doam recursos a elas. No caso do Brasil (e da maior parte da América Latina) por muito tempo foram essas fontes internacionais de governos e sociedades civis que contribuíram para a existência de nossas entidades. Atualmente, acredito que o caminho é o de nos capacitarmos para a disputa de recursos públicos nacionais para executarmos programas sociais e ambientais para os quais temos competência e agilidade, geralmente muito maiores que a do Estado. A outra é conquistarmos a atenção de fundações e empresas nacionais sensíveis às problemáticas que trabalhamos, preocupadas em investir no avanço da cidadania. A gente sabe que não são muitas, mas temos que procurar. E, paralelamente a isso tudo, o trabalho junto à opinião pública. Temos que aumentar a nossa visibilidade para ampliarmos o apoio político ao que fazemos, ao nosso projeto de sociedade.★



Colono em área de sistemas agroflorestais do Reca



Chico Mendes e seu filho Sandino, 1988

A luta contra a violência rural

Articulação de 35 entidades do Acre surge com o assassinato de Chico Mendes e combate a impunidade dos crimes contra trabalhadores rurais

O Comitê Chico Mendes é uma articulação de 35 entidades da sociedade civil do Acre, criada na noite de 22 de dezembro de 1988, dia do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, morto em Xapuri a mando do fazendeiro Darli Alves da Silva. A luta contra a impunidade do crime foi assumido como objetivo principal do Comitê.

Articulando parcerias e apoios nacionais e internacionais, a atuação do grupo de entidades foi de fundamental importância na prisão e julgamento dos acusados e na posterior pressão para recaptura de Darli e de seu filho Darcy após fuga do Presídio de Rio Branco, em 1993. Depois da recaptura em 1996, Darli e Darci ficaram presos em Brasília, medida adotada pela Justiça para evitar novas fugas da Penitenciária de Rio Branco. A manutenção dos presos em Brasília se deve em grande parte à atuação do Comitê Chico Mendes.

A partir do trabalho em torno do assassinato de Chico Mendes, o Comitê

começou a atuar em outros casos envolvendo lideranças rurais em conflitos de terra no Acre. Atualmente são mais de quinze casos acompanhados juridicamente, entre eles, o do assassinato do sindicalista Wilson Pinheiro, em 1980, no município de Brasiléia.

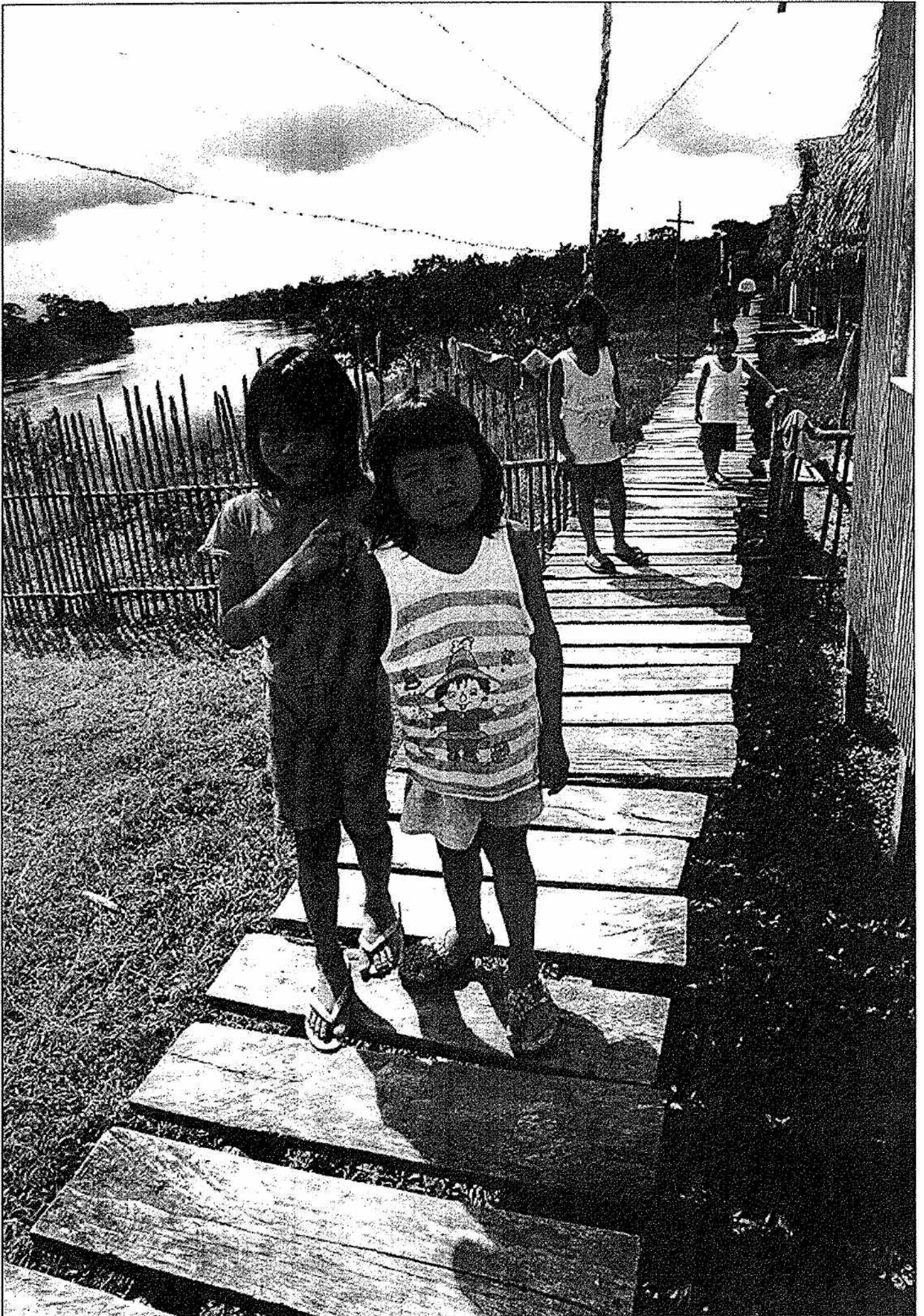
"O Comitê representa a luta contra a impunidade dos crimes no campo. Representa o compromisso dos companheiros de Chico Mendes com a justiça, com a reforma agrária na Amazônia", lembra Raimunda Bezerra, coordenadora do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre (CDHEP) e secretária executiva do Comitê Chico Mendes.

Impeachment-Além dos casos de violência contra trabalhadores rurais, o Comitê atuou nos últimos anos em situações como a do impeachment dos governadores do Acre Romildo Magalhães (1995) e Orleir Cameli (1996), por crimes de corrupção; na denúncia de exploração predatória e ilegal de madeira no interior do Estado; na campanha contra o Cólera no Acre (1992); e nos casos dos Massacres de Corumbiara, em Rondônia (1995), e Eldorado dos Carajás, no Pará (1996), entre outros. "Não saímos vitoriosos em tudo, mas avançamos na afirmação da força da sociedade civil organizada no Acre, seu poder de fiscalização e proposição", lembra Raimunda.

Em seus anos de existência, o Comitê contou com contribuições de entidades internacionais comprometidas com a luta pelos direitos humanos na Amazônia, como CIMAD, OXFAM e CESE, e de pessoas do Acre e de outros estados envolvidas com a causa. O Comitê atualmente mantém uma assessoria jurídica para acompanhamento de casos e um secretário executivo que operacionaliza as decisões deliberadas nas reuniões do Comitê.

Em dezembro, mês da morte de Chico Mendes, o Comitê realiza anualmente a Semana Chico Mendes. A Semana é marcada por uma programação que aborda temas ligados à questão de direitos humanos, situação dos povos da floresta, movimentos sociais e o desenvolvimento regional dentro da perspectiva de cidadania e preservação ambiental.

Sobre o caso Chico Mendes, o Comitê volta a se agitar. O advogado de Darli tenta anular o julgamento de Xapuri alegando a inocência do réu. "Não acreditamos nisso. Achamos que o julgamento de Xapuri não tem que ser revisto. O que é necessário, de fato, é que sejam apuradas as outras denúncias feitas na época e que colocam Darli como um dos responsáveis pelo assassinato de Chico. As denúncias apontam que haviam outras pessoas poderosas do Acre envolvidas no crime. Tudo isso ainda precisa ser colocado a limpo", afirma Raimunda.



Crianças Kaxinawá, aldeia Paroá, Feijó



Terra e qualidade de vida

Entidade reúne Nações Indígenas do Acre e sul do Amazonas para defender terras demarcadas e conquistar o desenvolvimento social e econômico das aldeias

Criada oficialmente em 1991, a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas - UNI é a entidade representativa de 16 povos da Amazônia Ocidental, distribuídos em 27 terras indígenas. A população dessas áreas é de 12 mil pessoas. O objetivo maior da entidade é obter junto ao Estado e à sociedade civil brasileira o reconhecimento jurídico e político dos direitos adquiridos e constitucionais à terra demarcada, saúde, educação, cultura e alternativas econômicas.

O principal projeto desenvolvido pela entidade é o de auto-demarcação de terras indígenas, realizada atualmente pelos povos Kulina com apoio da agência alemã Pão Para o Mundo. Reconhecida oficialmente pela FUNAI, a auto-demarcação está sendo realizada através de uma metodologia pela qual técnicos e índios desenvolvem o trabalho conjuntamente. Através desta participação, os índios adquirem conhecimentos técnicos para multiplicar a experiência em outras áreas indígenas.

Saúde-Treinamentos envolvendo mais de 60 agentes de saúde indígenas, atendimento de saúde e diagnósticos de doenças e saneamento são as principais atividades do programa de saúde da UNI, que conta com a participação da IECLB (Igreja da Congregação Luterana) e é apoiado pela entidade inglesa Health Unlimited. O programa é executado por um equipe de profissionais de saúde nos municípios de Tarauacá, Cruzeiro, Feijó e Sul do Amazonas.

Através de convênio com a Fundação Nacional de Saúde, foram realizadas, em 96, ações de vacinação e treinamento de agentes indígenas

de saúde. Em um dos espaços de formação, os agentes de saúde das principais áreas de foco de malária receberam microscópios para realização de exames nas comunidades. Além da malária, a hepatite e a tuberculose são as principais doenças que preocupam as lideranças.

“Uma das principais lutas da entidade é que os agentes de saúde indígenas sejam assumidos e remunerados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), transformando o programa da UNI em política pública”, afirma Roberto Santana, enfermeiro da entidade. Atualmente, os agentes não são remunerados, o que prejudica a disponibilidade para os atendimentos, já que o agente, para sobreviver, tem que pescar, caçar e cuidar do seu roçado.

Outra preocupação levantada pela equipe técnica é a dificuldade no encaminhamento de índios doentes aos centros e hospitais dos municípios do interior. “Seja por discriminação ou por achar que a FUNAI é responsável pelos índios, o atendimento envolve uma série de complicações: demora, má vontade e até a se negar a atender”, comenta Roberto. Na área de educação, a UNI vem acompanhando a criação da Associação de Estudantes Indígenas do Acre, que reunirá os estudantes indígenas que vivem na cidade. Os estudantes indígenas cursam o 1º e o 2º graus.

O Decreto 1775 -Uma das maiores preocupações da UNI é o decreto presidencial 1775/96 que autoriza o princípio do contraditório, abrindo assim a possibilidade de antigos invasores de terras indígenas recorrerem à Justiça Brasileira para anulação de áreas indígenas demarcadas. “A política indigenista do atual governo vem demonstrando completa frieza e desca-so em relação às populações indígenas. Tivemos vários retrocessos; além do decreto, o esvaziamento de poder e atribuições da FUNAI” afirma Francisco Avelino Batista, o Chico Preto, líder Apurinã, coordenador da UNI.

Outro assunto que mobiliza a entidade é o asfaltamento das BRs 364 e

317. As estradas cruzam dez áreas indígenas. “Estamos prevendo uma nova invasão de fazendeiros e madeireiros com seus desmatamentos e queimadas, além do crescimento desordenado de vilas e cidades, que afetarão diretamente as nossas tradicionais fontes de subsistência: os rios e a floresta”, lembra Chico.

Tanto o decreto como as estradas serão temas da reunião do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB), a ser realizada em junho, em Brasília. No encontro, a UNI vai apresentar documentos sobre os assuntos. “É bom lembrar que não somos contra as estradas, mas queremos garantias de que nossas terras não serão invadidas e que a qualidade de vida das aldeias não será ainda mais prejudicada”, diz o coordenador da UNI.

A participação das mulheres nas instâncias de decisão também passa a ser tema de discussões da entidade. “Queremos introduzir a questão de gênero nas comunidades e estimular a criação de espaços para organização das mulheres. Muitas delas estão exigindo isso e precisamos dessa força”, afirma. Um dos desafios da entidade é conquistar o apoio a projetos de alternativas produtivas nas aldeias. “Com a crise da borracha, as comunidades ficaram mais pobres e passaram a vender por preços baixíssimos peixes, carne de caça, madeira e artesanato. Precisamos mudar isso”, fala Chico.

Na última Assembléia Geral da UNI, a entidade decidiu apoiar o ex-coordenador da UNI, Antonio Apurinã, a candidato a deputado estadual. Antonio se candidatará pelo PC do B. “O nosso principal desafio atual é fortalecer a organização indígena local, regional e nacional para defender nossas conquistas e interesses. Queremos também nos articular melhor com as entidades de assessoria à questão indígena e desenvolver as alianças com outros movimentos sociais. Vivemos um momento em que precisamos nos organizar para defender o que temos e avançar”, diz Chico.



ENTREVISTA: MARINA SILVA

A Senadora da Floresta

Com a sua sinceridade e clareza, Marina encanta platéias e interlocutores de diferentes lugares do país e do mundo, de diferentes cores ideológicas, sejam eles ou elas autoridades governamentais, empresários, pesquisadores, lideranças da sociedade civil. Tal sinceridade não mascara diferenças e conflitos de interesses, mas busca com coerência e lucidez enxergar convergências que favoreçam as condições de vida e a cidadania daqueles que são a preocupação central do seu mandato, as comunidades tradicionais da Amazônia. Articulada umbilicalmente com as entidades do movimento social da região, a senadora do PT do Acre vem se afirmando no Congresso como uma referência central quando o assunto é o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

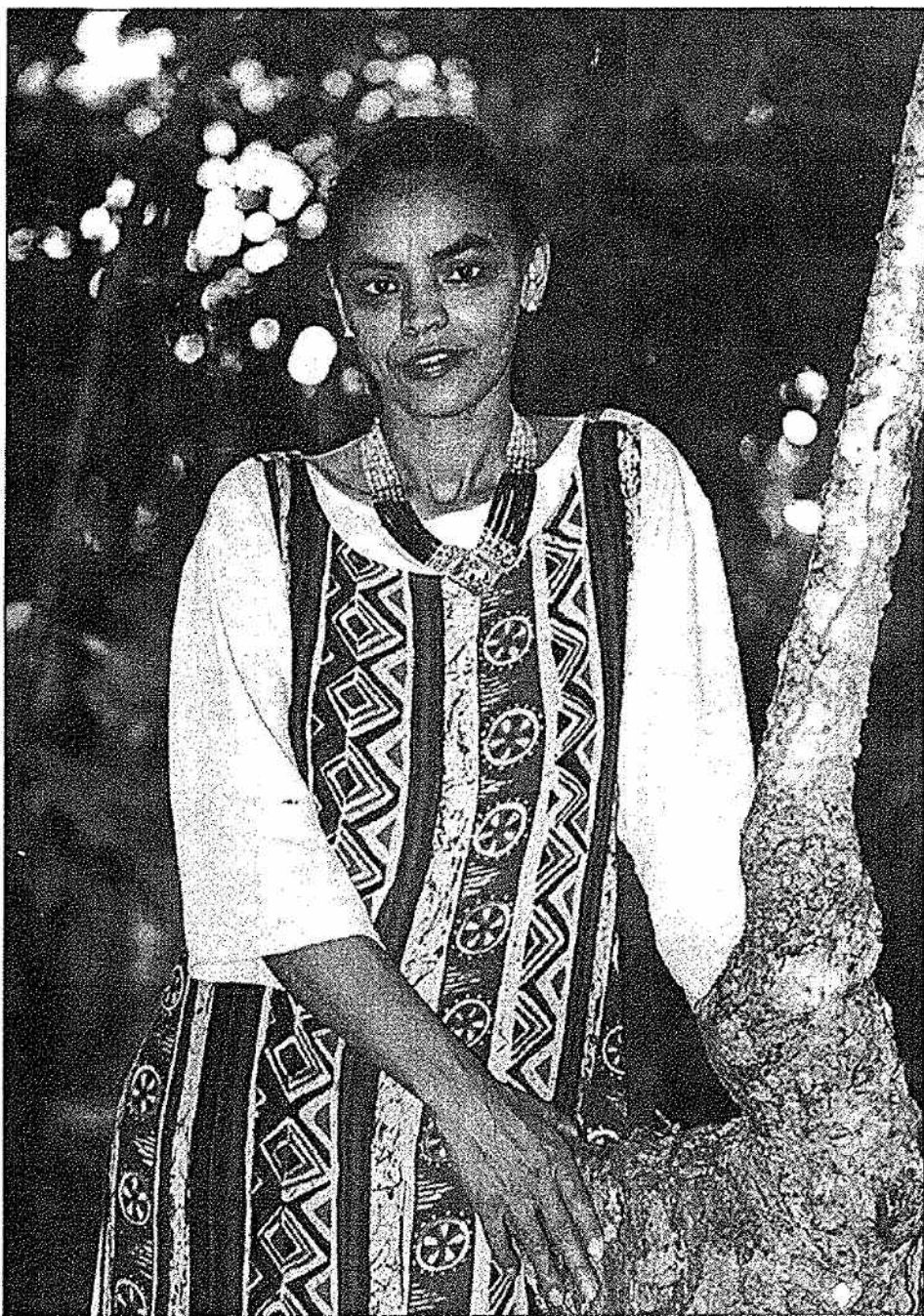
O reconhecimento do seu papel transborda as fronteiras da região e chega ao espaço político internacional. "De Olho no Meio Ambiente: 25 lideranças femininas em ação" é uma homenagem que será realizada no próximo dia 6 de março, em Nova York, pelo Fundo das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) a 25 mulheres que se destacam na luta em defesa do meio ambiente do planeta.

A homenagem ocorre na ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de Março). Marina é a única brasileira do grupo e será homenageada junto com a atriz americana Bette Midler, a física feminista indiana Vandana Shiva e a ex-primeira ministra da Noruega, Burtland, responsável pelo principal relatório da ECO 92.

Marina também foi convidada a fazer parte da Fundação "Líderes Globais para o Amanhã", entidade europeia que reúne intelectuais e lideranças políticas do mundo inteiro comprometidas a analisar os rumos do desenvolvimento do planeta. "Acho que a gente vem buscando assumir um papel de legisladora coletiva, capaz de ouvir, pesquisar, pactuar propostas e estabelecer uma relação horizontal com as comunidades. É esta a postura que os nossos desafios exigem", afirma.

Aquiri: Quais são os desafios centrais para a construção do desenvolvimento sustentável para a Amazônia?

Marina: São vários os desafios. O desenvolvimento sustentável conta com a grande força e o empenho das comunidades, com o trabalho das ONGs. Mas se



Senadora Marina Silva (PT-AC)

tudo isso não for assumido por uma ação de governo, gerando políticas públicas, aí a coisa fica muito difícil. Se você continuar tendo prefeitos e governadores enviando e defendendo projetos em Brasília totalmente contraditórios à proposta do desenvolvimento sustentável, ao trabalho das entidades, a situação acaba não avançando muito. Temos que ter políticas coerentes com este novo paradigma. Outro desafio é a conquista da eficiência técnica e de gestão por parte das instituições públicas e pelas entidades do movimento

social. Precisamos ter mais pessoas qualificadas. E tem o aspecto do mercado, precisamos ter produção, colocar no mercado global nossos produtos gerados dentro de uma proposta nova de desenvolvimento. Estes produtos devem estar dentro dos padrões de qualidade exigidos e devem capitalizar a força que temos quanto à variável ambiental, que passa a ser exigida para todos os produtos a partir da implantação do ISO 14.000. No desafio do mercado, há a conquista e dinamização do mercado local para os nossos produ-

ENTREVISTA: MARINA SILVA



tos. Temos que pensar e estabelecer estratégias que articulem estas duas dimensões de mercado: o local e o globalizado.

Aquiri: Quais os principais obstáculos regionais e nacionais para isso? E o que temos a favor da gente?

Marina: Nós temos superado vários entraves de diversos níveis de negociação junto às instituições públicas. Mas sentimos que existe por parte de alguns órgãos governamentais, como o Ibama, um certo preconceito com a proposta de desenvolvimento sustentável. Eles preferem o que eles chamam de "gestão ambiental". A idéia de gestão ambiental é mais ligada a ações de regulação, coação e não tem o compromisso de dialogar e se relacionar mais profundamente com as comunidades, com suas realidades e demandas. Na verdade, para muitos técnicos e autoridades, excluindo o empenho de alguns, há um completo dissociamento das ações e programas planejados com o mundo real, o mundo das comunidades nos estados. Outro obstáculo é que o desenvolvimento sustentável é uma questão muito aceita no plano da retórica, mas pouco presente nos programas do governo federal e praticamente ausente nas ações da maioria dos governos estaduais da região. No plano federal, se você pega as propostas dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, você verifica a total desconexão entre estas propostas e o que estamos buscando em termos de políticas sociais e ambientais para a Amazônia. E ainda por cima, a gente enfrenta governadores e bancadas de parlamentares hostis e um grupo de empresários que ainda não percebeu que o desenvolvimento sustentável pode ser vantajoso.

A situação acaba não avançando muito se prefeitos e governadores continuarem enviando projetos para Brasília totalmente contraditórios à proposta do desenvolvimento sustentável

Aquiri: Como você avalia a política do governo FHC para a Amazônia? Sabemos que o governo federal assumiu o discurso do desenvolvimento sustentável, mas as políticas públicas para a região ainda sofrem do mal da incoerência e contradição...

Marina: As ações são altamente pulverizadas, sem coerência interna. Mesmo depois das expectativas todas geradas pela visita do presidente a Manaus e do anúncio da criação do Banco do Povo, pouquíssimas coisas foram concretizadas. Entre elas, algumas ações isoladas com o governo do Amapá e a Prefeitura de Rio Branco e a criação do Prodex. Nem a reatualização da SUDAM dentro de novas concepções foi feita. Na verdade, o governo federal não teve ainda a ousadia de transformar as políticas públicas para a região e possibilitar a exploração desse potencial fantástico que a região possui.

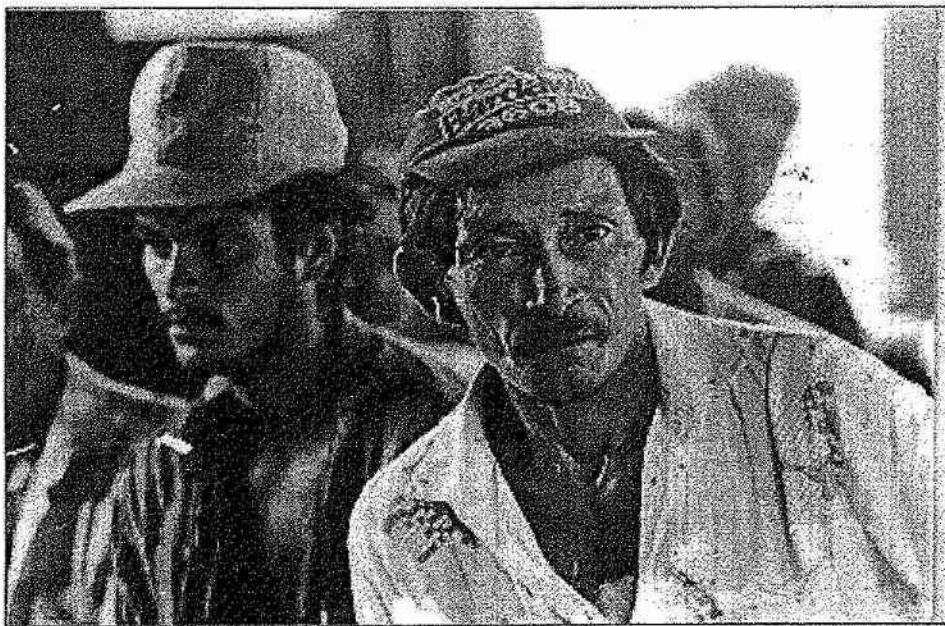
Aquiri: E os conflitos de terra no Pará e em Rondônia?

Marina: Na verdade, os conflitos de terra passam pela resistência do governo em encarar de frente a reforma agrária como uma ação do poder executivo. E a reforma agrária não entendida como simples distribuição de lotes, mas como um programa que considere as necessidades de crédito, assessoria técnica, transporte

assim. Sem dúvida alguma, o reconhecimento mundial da importância ambiental da região está colocado: os 30% de água, o seqüestro de carbono e o esquentamento do planeta, os desmatamentos, os riscos de catástrofes globais, os recursos biológicos fantásticos, a nossa biodiversidade. Cabe ao governo federal gerar condições para que possamos explorar os nossos recursos, como por exemplo o da biodiversidade, sem necessariamente reproduzir o velho padrão de relação de subordinação e colonização a que sempre fomos submetidos. Acredito que o meu projeto de lei sobre biodiversidade vem contribuir para isso.

Aquiri: Que Amazônia está hoje no Congresso Nacional? Como é estar no meio disso?

Marina: É um problema. Todo o início de ano ocorrem tentativas de articulação e reuniões da bancada amazônica. Mas no decorrer das reuniões vai-se percebendo que os interesses são tão diversos, que o processo de articulação acaba em fragmentação. Por exemplo, a banca-



Colonos do assentamento do Inbra em Plácido de Castro

e de bem estar social. Com a falta de uma ação mais determinada por parte do executivo, estes conflitos se multiplicam e viram cotidiano em muitos lugares do país.

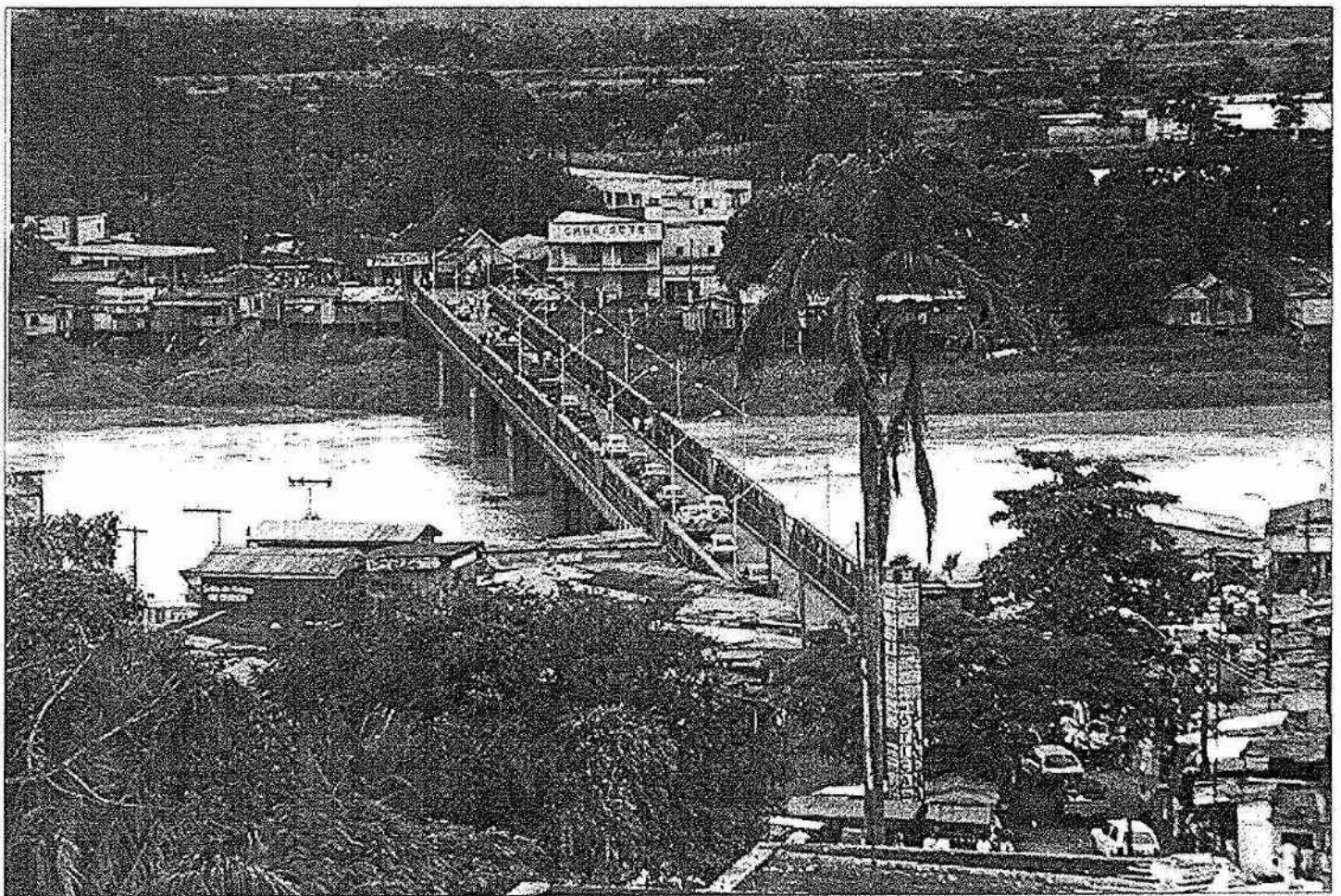
Aquiri: Atualmente, qual o olhar internacional para a Amazônia? Quais os interesses em jogo e a conjuntura de forças? O poder de nossos aliados...

Marina: A Amazônia divide hoje a atenção com questões como a África e as guerras civis de vários países. Há alguns anos, a Amazônia ocupou o centro da pauta internacional; hoje já não é mais

da de Roraima é totalmente contra os índios, não é fácil lidar com isso. Então a gente tenta se articular em cima de temas. Desenvolvimento sustentável, meio ambiente e comunidades tradicionais são questões assumidas por um pequeno grupo, no máximo um ou dois por estado. Agora, para as grandes obras, os grandes projetos de infra-estrutura a qualquer preço, o grupo que se articula é bem maior.

Aquiri: Como por exemplo para o asfaltamento da BR 364 até Cruzeiro do Sul?

Marina: Eu considero a estrada im



Ponte metálica de Rio Branco

portante, tem função estratégica fundamental. Mas não dá para eximir as autoridades de fazerem isso de forma correta, legal, e de reconhecerem a necessidade de programas que fortaleçam e desenvolvam as comunidades e minimizem os impactos negativos, tanto sociais como ambientais.

Cabe ao governo federal gerar condições para que possamos explorar os nossos recursos, como a biodiversidade, sem necessariamente reproduzir o velho padrão de subordinação a que sempre fomos submetidos.

Aquiri: Você consegue identificar qual a atual alternativa conservadora para o desenvolvimento da Amazônia? A exploração madeireira predatória, o "salvacionismo" através da estrada ou das zonas francas enquanto ações isoladas e não inseridas em um programa

de desenvolvimento fazem parte disso? **Marina:** A visão bem atrasada sempre enxergou o desenvolvimento na Amazônia (atrair madeireiras, plantadores de soja, zonas francas) e não o desenvolvimento da Amazônia. Não possui um olhar endógeno de nossas potencialidade e limitações. É a visão da velha rapina colonial, de explorar uma região e o dinheiro ir para outro lugar. Fora o governo do Amapá, a Secretaria de Planejamento de Rondônia e algumas prefeituras progressistas, agora ancoradas na prefeitura de Belém, a visão continua aquela: a rendição são os grandes projetos, nos moldes das décadas de 70 e 80.

Aquiri: Quais as principais conquistas do seu mandato até agora?

Marina: Acho que tivemos várias. Em primeiro lugar, procuramos desde o início investir em articulações seja com técnicos, ministros e até com o Presidente da República, no sentido de viabilizar algumas ações importantes. A idéia era tentar dar respostas concretas, não poupando esforços. No caso da borracha, junto com o Conselho Nacional dos Seringueiros e o Grupo de Trabalho da Amazônia conseguimos com o ex-presidente do Ibama, Raul Jungmann, obter 10 usinas de beneficiamento da borracha, que vão possibilitar a melhoria técnica da produção e a agregação de valor. Duas usinas já estão em Xapuri e Sena Madureira,

outras duas vão para Feijó e Cruzeiro do Sul. As demais serão destinadas a outros estados da região.

O mandato vai trabalhar com as prefeituras da Amazônia que queiram assumir uma proposta de desenvolvimento sustentável, independente de qual partido seja o prefeito.

Aquiri: O Prodex abriu novas possibilidades para o extrativismo...

Marina: A maioria das comunidades tradicionais não tem condições mínimas de desenvolvimento produtivo, nenhum apoio creditício. Apresentamos ao Basa a proposta de uma primeira linha de crédito para o extrativismo, destinada a comunidades tradicionais. A proposta nasceu do trabalho articulado entre os governos do Amapá e Rondônia, a prefeitura de Rio Branco e o nosso mandato. Na verdade, o Basa não assimilou ainda a importância do Prodex para a região e para o próprio Banco. O processo de entendimento é lento com os diretores da



instituição sobre a importância de se clarear as normas operacionais e de se facilitar o acesso às comunidades. Outro Projeto em que estamos trabalhando é o da criação de um Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, voltado para o apoio a atividades sustentáveis. A idéia é a de que 1% do que é produzido na região seja destinado a esse Fundo. Esse recurso voltaria na forma de investimentos na Amazônia, tanto para a área rural como urbana, em atividades sustentáveis como a implantação de sistemas agroflorestais, agroindústrias, ecoturismo e até o manejo florestal. O Fundo estaria sob controle público. Outra grande conquista fundamental do nosso mandato foi o projeto de biodiversidade, um avanço a nível mundial (ver quadro sobre o assunto).

conquista de um preço mínimo para a borracha. Por maiores considerações que se possa fazer contra isso, o preço mínimo se faz necessário neste momento para garantir a sobrevivência de milhares de famílias na região que ainda não possuem outras fontes e alternativas de renda.

Aquiri: Como você vê as perspectivas das forças progressistas atualmente no Acre?

Marina: Perdemos na capital, mas temos uma inserção social bastante grande, sem contar que a Frente Popular cresce em densidade eleitoral a cada eleição. A liderança de Jorge Viana é muito grande e a nossa administração representou um

marco na gestão pública acreana, tanto na relação com a coisa pública quanto com a sociedade. Atualmente estamos apostando na possibilidade de realizar um bom trabalho nas administrações do interior em que ganhamos. Mas existe um processo muito perverso de queimação e de calúnias que a gente tem que enfrentar. Nós temos muitas idéias e propostas e continuaremos construindo caminhos para elas, estando nos governos ou na sociedade civil. O importante é que cada vez mais mostramos à população que sabemos operacionalizar as nossas idéias e que isso representa avanços em cidadania e qualidade de vida para as populações locais. ★

Eu considero a estrada importante, tem função estratégica fundamental. Mas não dá para eximir as autoridades de fazerem isso de forma correta e legal.

Aquiri: Quais as prioridades do mandato para 97?

Marina: As prioridades para 97 são a implementação do Prodex junto às comunidades, a articulação com órgãos competentes e a elaboração de legislações voltadas a promover o desenvolvimento sustentável, como por exemplo, o Imposto Verde. O estado que tiver mais áreas verdes e projetos ambientais terá mais recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), o que estimulará programas de defesa do meio ambiente em todo o país. Este projeto está em fase de estudos e elaboração. Uma outra questão é o apoio ao conjunto de prefeituras da Amazônia que queiram trabalhar com uma proposta de desenvolvimento sustentável. Já fizemos uma primeira reunião em Brasília com 27 prefeitos, originários de vários partidos. Queremos também popularizar o projeto da biodiversidade e fortalecer a nossa aproximação com os centros de excelência da Amazônia. Nesse caminho está o apoio ao Instituto da Biodiversidade que a Universidade Federal do Acre vai criar. Tem o desafio das usinas de borracha estarem todas funcionando, a questão do couro vegetal e a possibilidade da gente contribuir para a abertura de alguns espaços nos mercados estrangeiros. Uma outra batalha que estamos estabelecendo conjuntamente com o GTA e o CNS é a

O Projeto da Biodiversidade

O primeiro projeto de lei sobre biodiversidade do mundo foi apresentado pela Senadora Marina Silva ao Congresso Nacional, depois de uma ampla consulta a pesquisadores, técnicos de ONGs e lideranças de movimentos sociais da Amazônia e Mata Atlântica. Para a sua elaboração foram realizados encontros no Acre, São Paulo, Manaus, Brasília e Rio de Janeiro. Atualmente, diversos países vêm solicitando ao gabinete da Senadora cópias do projeto para subsidiar leis sobre o assunto em outras partes do mundo.

O projeto de lei regula o acesso a organismos vivos, sejam eles plantas, animais, fungos ou recursos genéticos como células e tecidos de vegetais. Segundo Marina, um dos aspectos mais importantes da lei a ser aprovada é reconhecer que os povos indígenas e comunidades locais têm direitos sobre seu conhecimento e devem ser remunerados por ele.

A lei vai regulamentar no Brasil a Convenção da Biodiversidade, assinada por 144 países durante a ECO-92 e ainda não ratificada pelos Estados Unidos. A Convenção estabelece que, se uma empresa faz descoberta a partir de plantas, animais ou material genético de um país, tem de pagar royalties pelo uso da matéria prima. Os royalties aumentam se o remédio tiver uso já conhecido no país. O pagamento representaria de 3% a 5% sobre as vendas dos produtos. Sem leis que regulamentem a convenção, não tem como um país como o Brasil cobrar os royalties.

Estima-se que cerca de 200 empresas americanas atuam na coleta de material em países em desenvolvimento, realizando o que é chamado de "bioprospecção". Bebidas como o Daime e plantas como a muirapuama, a pedra-ume, entre muitas outras, já foram patenteadas por laboratórios farmacêuticos americanos e japoneses. Os países onde a "bioprospecção" é feita perdem anualmente em royalties uma quantia de 5,4 bilhões de dólares.

"Esses laboratórios isolam o princípio ativo e aí conseguem reproduzir a substância. Só que eles jamais saberiam desta informação - ou talvez levassem muitos anos para descobrir - se não fosse a indicação dos índios e seringueiros", lembra Marina. O projeto de lei prevê que, além de remunerar o conhecimento das comunidades, as empresas só podem retirar o recurso com autorização das mesmas e que as pesquisas realizadas devem ser acompanhadas por cientistas brasileiros. A idéia é que haja uma transferência de tecnologia, além do resultado econômico.

A lei estabelece também a criação de um Fundo de Apoio às Populações Tradicionais, através de parte dos recursos dos royalties. "A pesquisa dos recursos é fundamental, é para a humanidade. O que não pode é a gente ser a humanidade que sempre oferece a bandeja e ter a outra humanidade que sempre fatura nas nossas costas", diz a Senadora.



Reconhecendo a parte feminina da humanidade

Entidades do Aquiri assumem a questão de gênero como desafio estratégico

A desigualdade de condições e oportunidades entre homens e mulheres e suas conseqüências para o desenvolvimento social tem cada vez mais se tornado tema das agendas locais, nacionais e internacionais de entidades não governamentais, governos, sindicatos, agências de cooperação e até dos Bancos Interamericano e Mundial, ultrapassando em muito as fronteiras do movimento de mulheres.

Unida às variáveis de classe, raça e etnia, a questão de gênero passa aos poucos a ser reconhecida como de fundamental importância para o aumento do impacto de políticas públicas e projetos de desenvolvimento. As Conferências da ONU da década de 90 (Eco/92, Direitos Humanos/93, População/94, Desenvolvimento Social/95 e Mulher/96), colocam com destaque que um novo modelo de desenvolvimento mais justo e humano e ambientalmente sustentável passa pela definição de estratégias que superem o quadro de desigualdade de gênero e que promova novas relações entre mulheres e homens, baseadas no respeito às diferenças e na cidadania.

A incorporação da questão de gênero no conjunto das intervenções do Aquiri é um dos princípios norteadores do Projeto, definido em planejamento estratégico realizado em 95. A realização de workshop sobre "Gênero e Meio Ambiente" para entidades do Aquiri, em 96, coordenado por Moema Wiezzer, autora de vários livros sobre o assunto, contribuiu com elementos introdutórios a serem aprofundados em outros momentos de formação do Projeto.

Dentro do Aquiri, as entidades Pesacre, Rede Acreana de Mulheres e Homens e CDHEP trabalham com a questão desde o início dos anos 90. De forma diferenciada, mas com várias convergências, as três entidades realizaram alguns espaços de intercâmbio voltados para a discussão de concepções e o desenvolvimento de instrumentos e metodologias comprometidos com a construção da abordagem de gênero.

Gênero e a Conservação de Recursos Naturais - O Pesacre, entidade formada em sua maior parte por agrônomos, começou a trabalhar com gênero em 1990. A porta de entrada da questão na entidade foi o Programa Genesys, desenvolvi-



Mulher e meninas Kaxinawá, aldeia Paroá, Feijó

do pela agência americana USAID junto às entidades da América Latina que recebiam recursos da agência para projetos. O Programa Genesys envolvia pesquisas e treinamentos voltados para a formação de especialistas em gênero, com base em conteúdos e metodologias desenvolvidas por várias entidades e institui-

ções americanas. No Brasil, o programa de formação de especialistas ficou restrito às entidades da região amazônica apoiadas pela USAID.

Em 1994, o Programa Genesys dá lugar ao Programa Merge (Managing Ecosystems and Resources with Gender Emphasis), núcleo de estudos da Univer-



sidade da Flórida dedicado à questão de Manejo de Ecossistemas e Recursos Naturais com ênfase em Gênero. O Merge assume o programa de gênero dentro da USAID. "A USAID investiu no Programa de Gênero devido à constatação de que vários limites nos impactos de projetos de desenvolvimento apoiados pela agência ocorreram em função do não reconhecimento da importância da questão", afirma Connie Campbell, pós-doutoranda da Universidade da Flórida e assessora do Pesacre.

Com o Merge, o foco de atenção do programa deixa de ser a pesquisa e o monitoramento/avaliação e passa a ser a incorporação de gênero na formulação a implementação dos projetos junto às comunidades. O programa também começa a estimular a busca de parcerias locais para troca de experiências e realizações de ações conjuntas. As áreas de intervenção se ampliam além de sistemas agroflorestais e manejo florestal, para manejo de áreas protegidas, saúde e energia renovável.

"Um dos nossos grandes desafios é conseguir que o conjunto de técnicos do Pesacre consiga trabalhar a abordagem na sua prática com as comunidades e que essa preocupação não se restrinja ao pessoal da área de Humanas", lembra Denise Garrafiel, antropóloga, membro do Pesacre e coordenadora do projeto Merge no Brasil.

No final de 96, o Merge e a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais do Equador (FLACSO) realizaram em Quito um curso de especialização em gênero para 24 participantes de entidades

governamentais e não governamentais da América Latina. O Pesacre esteve presente. "Nossa abordagem não está centrada na discussão sobre a situação da mulher, mas sobre as diferenças de papéis entre homens e mulheres", lembra Denise. A partir do curso se formou uma rede entre os participantes para troca de reflexões e experiências desenvolvidas nos diversos países da América Latina.

O Programa Merge, através do Pesacre, firmou convênio no final de 96 com a Universidade Federal do Acre para a inclusão da disciplina de gênero no curso para o Mestrado em Ecologia, a ser realizado este ano. "A busca é esta: a de ampliar a discussão para os outros grupos e áreas do conhecimento, trabalhando gênero como uma variável que permeie reflexões e práticas de campo", lembra Denise.

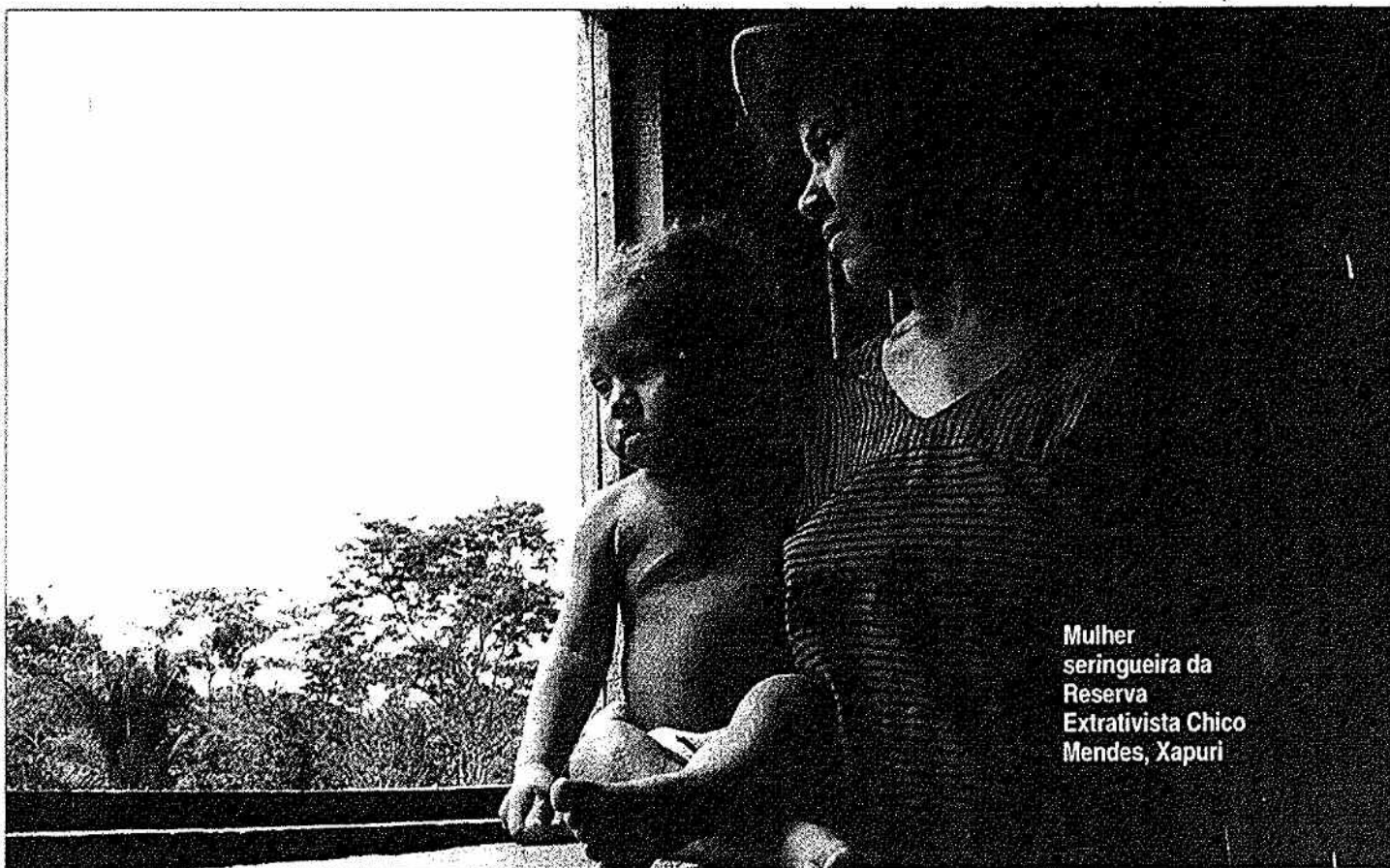
Gênero e o Movimento de Mulheres- A Rede Acreana de Mulheres e Homens e o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre (CDHEP) entram na discussão de gênero a partir do trabalho com grupos de mulheres e a atuação no movimento feminista nacional. "Nossa abordagem está centrada no reconhecimento não só da diferença de papéis mas da desigualdade entre homens e mulheres e de que a superação deste quadro envolve ações afirmativas que promovam a auto-estima e a cidadania das mulheres e uma nova compreensão por parte dos homens sobre a importância de tal mudança", afirma Denise Carreira, jornalista, membro do CDHEP e do Conselho Nacional dos Direitos da Mu-

lher.

Além dos trabalhos com grupos das mulheres e a atuação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, as duas entidades vêm buscando trabalhar a questão com grupos mistos - de homens e mulheres - através das temáticas de trabalho: participação política, geração de renda, saúde, violência contra a mulher. "Queremos avançar na construção de um novo conceito, de uma metodologia e linguagem que nos permitam envolver os homens na discussão, superar resistências e mostrar que esta mudança de valores é vantajosa para homens e mulheres, para uma sociedade melhor", lembra Graça Lopes, pedagoga, coordenadora da Rede Acreana de Mulheres e Homens.

Para Graça, tal desafio se coloca internamente ao movimento social do Estado. "A estrutura tradicional das organizações do movimento, sem falar no restante da sociedade, sempre foi predominantemente masculina. As mudanças não são fáceis, inclusive para as próprias mulheres".

Segundo Denise, trabalhar com gênero necessariamente passa por desenvolver metodologias que possibilitem trabalhar o conflito e a tensão inerente ao tema. "É uma mudança de mentalidade e de distribuição de poder. Não se faz isso sem enfrentar tensões e resistências. Ainda mais porque a questão de gênero quebra as fronteiras entre público e privado, entre o discurso e a prática cotidiana, as posturas. Cabe às mulheres e aos homens descobrirem o melhor caminho para enfrentar este desafio. O ganho é da humanidade".



Mulher
seringueira da
Reserva
Extrativista Chico
Mendes, Xapuri



O Estatuto saindo do papel

O Fórum da Criança e Adolescente de Rio Branco foi criado oficialmente em 92 para escolha dos membros do então Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Depois de instalado o Conselho, o Fórum se desarticulou e voltou a ser refundado em 95. Atualmente, reúne 23 entidades da sociedade civil acreana que possuem algum tipo de atuação junto ao público infanto-juvenil da cidade.

A exemplo de outros fóruns municipais e estaduais da Criança e do Adolescente espalhados pelo país, o Fórum D.C.A de Rio Branco tem por objetivo ser uma articulação que apresente demandas e propostas de políticas públicas que favoreçam meninos e meninas. As decisões do Fórum subsidiam a atuação dos representantes da sociedade civil que fazem parte do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, órgão da Prefeitura Municipal de Rio Branco formado por membros de instituições públicas e da comunidade. O Conselho é responsável por fiscalizar e propor políticas públicas municipais.

Segundo Russelino Barbosa, militante do Centro de Direitos Humanos da Diocese de Rio Branco e presidente do Fórum D.C.A., a principal conquista da articulação foi a implantação do Conselho Tutelar na cidade, o primeiro do Acre. "O Conselho Tutelar representa um super avanço na luta pela concretização do Estatuto da Criança e do Adolescente no cotidiano das crianças de Rio Branco", afirma.

Dificuldades e Desafios - A desarticulação, a fragilidade das entidades da sociedade civil e a falta de formação específica são apontadas por Russelino como as principais dificuldades enfrentadas pelo Fórum. "Estamos buscando formas de superar estas dificuldades para que o Fórum possa assumir um papel mais propositivo". Para ele, o próximo grande passo é a luta pela criação de mais quatro Conselhos Tutelares em Rio Branco. "Com isso, avançaríamos muito mais".

Atualmente, cerca de cem meninos passam o dia nas ruas de Rio Branco, a maior parte trabalhando como engraxates e guardadores de carro. Com a crise social do Estado e do país, esse número cresce diariamente. Para o Fórum, os principais problemas que afligem as crianças e adolescentes da cidade são as péssimas condições de subsistência, a desagregação familiar, a violência doméstica, a evasão escolar e a exploração sexual.

A mudança de mentalidade diante do problema é o principal desafio do trabalho não governamental. Isso está presente no preconceito da imprensa que desqualifica o Estatuto e o intitula como "estimulador da impunidade" à visão predominante em

grande parte das instituições públicas (Judiciário, Executivo, Legislativo) que vê a questão da criança e adolescente como um problema policial, de repressão, de isolamento e reclusão de meninos e meninas em Casas e Pousadas. "Esta era a antiga visão do Código do Menor e que ainda predomina no Acre. Com a criação do Estatuto, o paradigma mudou. A criança passa a ser um ser de direito e o atendimento ganha uma dimensão integral e multistitucional".

Nessa linha, o Projeto Aquiri/UNICEF apoiou em 96 a participação de Russelino e da educadora Verônica Padrão, da Prefeitura Municipal de Rio Branco, no curso

"Ação Educativa", realizado em três módulos, em Minas Gerais. Coordenada pelo educador e assessor do UNICEF, Antonio Carlos, o curso abordou a questão do atendimento a crianças e adolescentes em conflito com a lei. A partir do curso que reuniu educadores de todo o país, foi criada em Brasília a Rede Segurança-Cidadã que pretende articular e promover experiências inovadoras de atendimento de crianças e adolescentes comprometidas com o Estatuto. "A idéia é avançarmos numa nova perspectiva de atendimento, fortalecendo experiências que estão dando certo", comenta Verônica.



Crianças participantes das oficinas do Grupo De Olho na Coisa

Entendendo o Conselho Tutelar

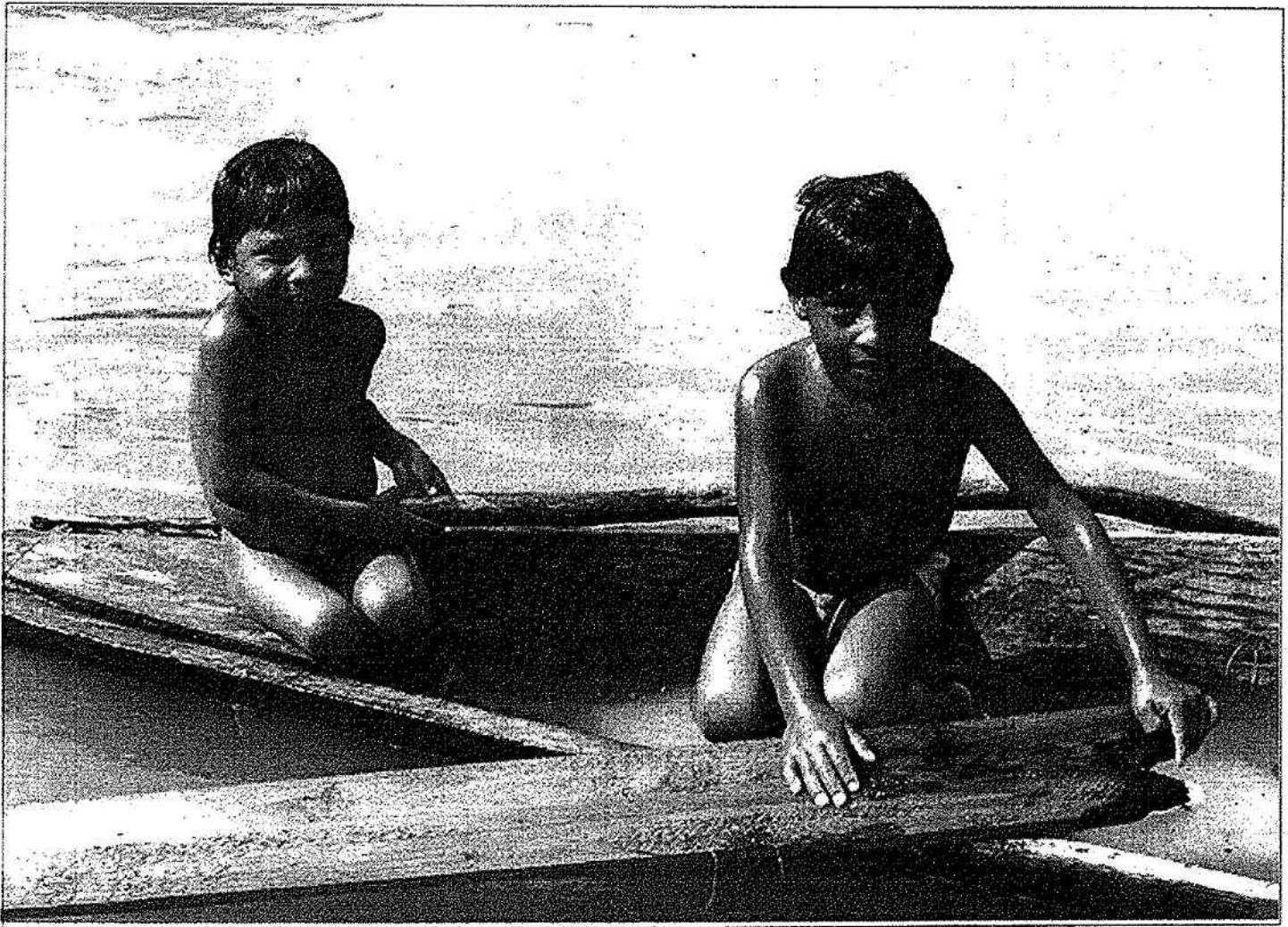
Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar é formado por cinco pessoas, eleitas pela comunidade e pagas para se dedicarem integralmente ao acompanhamento e encaminhamento de casos de violação de direitos e à fiscalização de políticas de atendimento público e não governamental a crianças e adolescentes. No plano executivo municipal, os Conselheiros Tutelares participam da elaboração da proposta orçamentária de políticas voltadas para a promoção da condição da infância e adolescência na cidade.

O Brasil possui atualmente cerca de 2400 Conselhos Tutelares municipais, muitos dos quais ainda não estão em pleno funcionamento. A maior parte dos Conselhos Tutelares estão concentrados na região Sul e, em segundo lugar, no Sudeste. A região Norte possui 55 Conselhos Tutelares e é a região do país com o menor número.

Segundo a Pesquisa Nacional "Implementando o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes - A Sociedade Civil acelerando o passo", promovida

pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescentes, o Estados do Norte possuem o seguinte número de Conselhos: Acre (1), Amazonas (0), Roraima (0), Pará (39), Amapá (3) e Rondônia (12). Somente Porto Alegre, na região Sul do país, possui 8 Conselhos Tutelares, cada um responsável por uma área da cidade.

A Pesquisa Nacional visa diagnosticar a situação dos Conselhos Tutelares no país, formar multiplicadores que capacitem conselheiros e estimulem junto ao poder público e sociedades civis locais a criação de Conselhos, assim como monitorar desempenhos na implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. No Acre, a Pesquisa está sendo desenvolvida por uma equipe de quatro pessoas, membros dos dois Centros de Direitos Humanos da capital (CDDHD e CDHEP) e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas, de Rio Branco. A Pesquisa é realizada com recursos do UNICEF e Ministério da Justiça.



As ONG's do Acre e o UNICEF

JORGE ZIMMERMAN
UNICEF

A busca do desenvolvimento humano sustentável envolve aspectos ambientais, sociais e a garantia dos direitos humanos. O UNICEF prioriza, neste contexto, mulheres e crianças. O desafio que se coloca só será vencido com a construção de novos caminhos em conjunto com os diversos setores governamentais e a sociedade civil organizada.



O objetivo geral na área de meio ambiente do UNICEF é "contribuir para melhorar as condições de vida de mulheres e crianças vivendo nas periferias urbanas e em comunidades rurais, prioritariamente no Norte e Nordeste, através de ações voltadas para o acesso e o uso sustentável dos recursos naturais,

os cuidados de saúde e saneamento básico e o respeito aos direitos humanos". Este objetivo implica numa abordagem integrada e global, colocando um grande desafio metodológico, quando se busca concretizá-lo.

O projeto Aquiri é uma experiência pioneira neste sentido. Estamos juntos, UNICEF e 11 ONG's acreanas, enfrentando questões complexas. Estas vão desde educação bilingüe indígena e da mobilização através da arte-educação, até a problemática da violência contra a mulher e a valorização das parcerias tradicionais, passando pelo apoio à implantação de sistemas agroflorestais e de uso múltiplo da floresta. Está sendo desenvolvido um grande esforço para que os projetos e organizações separadas cheguem a um trabalho integrado e intersetorial.

A discussão desenvolvida nos Pontos de Encontro, no planejamento conjunto e na monitoria e avaliação do Aquiri está permitindo a reorientação do projeto e uma definição de estratégias mais claras.

As atividades tendem a se concentrar em bairros determinados de Rio Branco e em Xapuri. Neste processo todos saem ganhando: as ONG's fortalecendo-se organizacionalmente, a população com novas alternativas e o UNICEF aprendendo como trabalhar de forma participativa e cooperativa com ONG's e entidades governamentais.

As iniciativas contidas no Projeto Aquiri demonstram que a participação da sociedade civil nas suas diversas formas possibilita implementar políticas públicas mais abrangentes e eficazes a custos menores.

A partir do Aquiri será possível tentar replicar a experiência em outras áreas da Amazônia e demonstrar que trabalhando de forma integrada se otimizam recursos humanos e se consegue maior influência na definição de políticas públicas.

JORGE ZIMMERMAN, Coordenador da área do Meio Ambiente e Amazônia do UNICEF



O futuro do Aquiri Institucionalização

“O Projeto Aquiri simboliza o esforço que a sociedade civil tem feito para se fazer presente no enfrentamento das questões sociais, encarando o desafio de gerar experiências positivas que possam, em parceria com o Estado, promover condições de vida melhores para a população do Acre”.

Said Filho,
deputado estadual do PMDB
e assessor de imprensa da
Prefeitura Municipal de Rio
Branco.

“Temos que investir mais no processo de integração das ações. As pessoas e entidades têm que perceber que a fragmentação não leva a nada”.

Nazaré Macedo,
coordenadora do Pesacre

“Conseguimos deixar de ser um pensamento, um sonho, para ser uma realidade. Agora a gente precisa amadurecer tudo isso e fazer o Aquiri crescer e melhorar ainda mais”.

José Matias, Grupo De Olho
na Coisa.

A FAVOR

Um voto de confiança na ousadia

*ÉCIO RODRIGUES, CTA

Em meados de 93 a UNICEF enviou um consultor para meio ambiente em todos os estados da Amazônia. O objetivo era o de verificar em cada um dos estados da região a possibilidade de se desenvolver um trabalho articulado junto às Organizações Não Governamentais-ONG's - locais, enfocando criança, mulher e meio ambiente.

O CTA serviu, na ocasião, como articulador da visita ao Acre. Foram realizados contatos com as ONG's e reconhecimento do trabalho realizado por cada uma. Ao final da visita, o UNICEF deixou claro que a realização de um trabalho conjunto e articulado de todas as entidades era um pré-requisito à efetivação do apoio.

Muitas reuniões foram necessárias para quebrar as primeiras naturais resistências. Mas enfim conseguimos, com humildade e desprendimento de todas as entidades envolvidas, realizar um seminário de planejamento, estruturar uma forma simplificada de gestão, criamos o PROJETO AQUIRI e assim concretizarmos, com o UNICEF, um amplo leque de ações em 1995 e 1996.

O PROJETO AQUIRI é uma experiência única, pioneira, sem precedentes na Amazônia. É a união de esforços para mudar ou pelo menos apontar os rumos de mudança de uma realidade agressiva para crianças, mulheres e o meio ambiente. É a possibilidade de demonstrar porque o trabalho pulverizado, sem objetivo comum, sem diretriz, dos diversos setores de Governo é ineficiente para resolver os problemas da população. É também um mecanismo de fortalecimento do trabalho das ONG's, possibilitando sua maior inserção na sociedade e melhores condições de intervenção na definição de políticas públicas. É, concretamente, um Fundo de Apoio ao trabalho não governamental.

É um Fundo de Apoio porque não se limita ao financiamento ou doação de dinheiro para realização de projetos. Vai além, ao possibilitar a articulação das ações e fortalecer as entidades na medida em que permite o estabelecimento de dois elementos de fundamental importância e de difícil viabilização isolada, quais sejam: a comunicação de massa, que traz o necessário lastro social; e a captação de recursos para sua auto-sustentação.

Chegamos ao momento de discutir a continuidade do AQUIRI. Todos sabemos que o apoio do Unicef é tímido considerando-se a demanda existente. A ampliação desta demanda e a efetiva SOLIDIFICAÇÃO do AQUIRI estão diretamente vinculados à sua INSTITUCIONALIZAÇÃO.

Quem é contra ao processo de INSTITUCIONALIZAÇÃO costuma se utilizar de dois argumentos principais: burocratização e custos.

A burocracia interna do AQUIRI hoje, prevê basicamente a existência de um Conselho Deliberativo, formado por todas as entidades e uma Coordenação Executiva, formada por três entidades. Além dos fóruns de discussão de projetos, como os pontos de encontros e os planejamentos estratégicos.

O processo de INSTITUCIONALIZAÇÃO não irá de forma alguma ampliar esta burocracia existente e sim efetivá-la, ou seja, tornar estes procedimentos estatutários e regimentais, dando-lhes o amparo formal necessário a sua credibilidade perante aos doadores e à sociedade.

Já com relação aos custos, também não há nada que a princípio vislumbre aumento dos recursos operacionais hoje praticados. Tanto as três pessoas que atuam na Coordenação Executiva, como também a operacionalização do trabalho de Coordenação, já são custeados. O que se poderia adicionar seriam os custos mínimos de registro no CGC. Uma sede própria independente, fora do espaço físico das entidades, é uma necessidade que independe da INSTITUCIONALIZAÇÃO.

Mas, talvez, o receio maior esteja subjacente a estes argumentos. É o medo da INSTITUCIONALIZAÇÃO trazer o prejudicial jogo do poder e de interesses. Isto poderá ocorrer sempre que, como se diz em economia, não houver regras estabelecidas e/ou se estas regras não forem dominadas por todos os envolvidos. Independente de se ter CGC próprio ou não, poderá e é até salutar que haja alguma competição.

O PROJETO AQUIRI precisa da sua certidão de nascimento e carteira de identidade. As entidades membros precisam demonstrar que acreditam na sua longevidade. A sua formalização legal, enquanto instituição, é o mesmo que dizermos que reconhecemos sua necessidade e por isso estamos todos com ele envolvidos.

Para podermos levar a marca PROJETO AQUIRI ao conhecimento de outras fontes de recursos e, o mais importante, de toda a sociedade em geral, precisamos deixar clara nossa disposição de construí-lo.

Será muito difícil sensibilizarmos os outros a respeito do que esperamos do AQUIRI se nós mesmos não fornecermos a credibilidade necessária.

*Écio Rodrigues, Engenheiro Florestal, Coordenador Geral do Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA.



O futuro do Aquiri

Institucionalização

CONTRA

A necessidade do amadurecimento

*MIGUEL SCARCELLO, S.O.S. Amazônia

O Projeto Aquiri é entendido pela S.O.S. como uma tentativa das ONG's de Rio Branco-AC em realizar trabalhos conjuntos, "enfocando criança, mulher e meio ambiente". Incentivadas pelo UNICEF, para concentração de esforços e gerência única dos recursos, as ONG's se agruparam e estabeleceram uma gestão coletiva, através da criação de um Conselho e de uma Coordenação.

Isso é muito positivo, visto que, além dos trabalhos das entidades, seus representantes estão mais próximos, principalmente em torno de discussões de assuntos importantes, como políticas públicas, funcionamento das ONG's, aperfeiçoamento dos sub-projetos, capacitação dos seus executores, gerência dos recursos....

Entretanto fazendo uma avaliação, a partir dos documentos produzidos nos encontros promovidos e análise dos trabalhos realizados constata-se que o Aquiri não representa o nosso entendimento, ou seja não aglutinou as ONG's para um trabalho conjunto ou integrado.

Diante deste quadro, a S.O.S. Amazônia compreende que é inadequado conduzir tal estrutura para uma institucionalização, transformando este coletivo em uma entidade, seja para ser uma Rede ou então um Fundo. Para fundamentar esta posição foram observados os seguintes aspectos:

1 - Não existe integração das ONGs nas atividades que executam no Aquiri.

2 - A coordenação, mesmo eficiente, em certos momentos "perdeu" o rumo das suas funções e utilizou grande parte do tempo nas articulações, dedicando-se muito a promover discussões de assuntos diversos e no fazer o marketing da marca Aquiri.

3 - Até o momento está muito indefinido o que é o Projeto Aquiri. Ora atua como uma Rede, entretanto com ação bem limitada, ora funciona como gestor de fundos do UNICEF.

4 - Numa avaliação financeira o surgimento de uma entidade com fins coletivos seria um custo a mais para a sobrevivência das ONGs.

Na opinião da S.O.S. este é um Projeto que deveria funcionar em torno de uma estratégia, com área geográfica e público comuns, com início, meio e fim, para superar um problema sério, soli-

dificar e irradiar efeitos de peso, que promovam mudanças para melhor, na vida das crianças e adultos em comunidade, e seja forte para influenciar as políticas públicas do nosso Estado.

Entendemos que o Aquiri não deve ser institucionalizado, e deve tomar o rumo de uma Rede, que visa articular, subsidiar, informar e ajudar na implementação de práticas coletivas e interesses em comum. O Projeto deve ser aperfeiçoado, mantendo o rodízio na coordenação e na sede, bem como da pessoa jurídica que recebe os recursos, mas definindo melhor os seus fins e o seu papel para as ONG's.

Deve-se aproveitar este momento raro, de se ter profissionais (a disposição das ONG's) na coordenação, e orientá-los para ações informativas e integradoras, que podem viabilizar também, o fortalecimento e crescimento das ONG's, através da manutenção de uma instância de decisão coletiva e de ajuda mútua, e da captação de recursos para capacitá-las e deixá-las aptas para a publicidade do seu compromisso e execução das suas atividades.

Por outro lado nada impede que seja criado um Fundo, como o FMCA, o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. O que não se deve fazer é transformar um princípio de esforço coletivo, que pode viver com ou sem este Fundo, em uma entidade. Ou então criá-lo para se administrar os recursos do UNICEF. É interessante que seja criado, sem no entanto exigir das ONG's que se dividam mais ainda nos seus afazeres e, com isso, diminuam seus esforços nas atividades fins que cada uma tem.

Com ou sem o Fundo, as ONG's deverão captar recursos para atuar. Antes que seja criado, é preciso levar as ONG's a serem boas captadoras e gerenciadoras de recursos. Para tanto basta, entre outros aspectos, informação e capacidade para planejar e executar projetos e administrar a entidade. De certa maneira isso são atributos fundamentais para que doadores alimentem fundos deste tipo, pois quem vai colocar recursos para apoiar ONG's se estas não estão aptas para usá-los de forma eficiente?

*Miguel Scarcello, Geógrafo, Secretário - Executivo da SOS Amazônia

"Cada vez mais no mundo surgem grupos e redes comprometidos em encontrar respostas coletivas e novos horizontes para os desafios da humanidade, independente de vínculos ideológicos. O Aquiri está dentro desse movimento planetário".

senadora Marina Silva.

"A expectativa é que o Aquiri e o GTA local se articulem e possam, com isso, potencializar a intervenção das entidades do movimento social do estado junto ao poder público".

Sibá Machado Oliveira, presidente da Central Única dos Trabalhadores do Acre (CUT-AC).

"O Aquiri é um ponto de apoio para as propostas populares alternativas. Chegou, cativou e deu resultados. Tem que continuar".

Sérgio Lopes, coordenador do Projeto Reça.

PUBLICAÇÕES E VÍDEOS



Abaixo, você encontrará a lista de publicações e vídeos produzidos pelas entidades do Aquiri entre 1990 e 1996. Qualquer informação sobre algum desses materiais deve ser obtida com a entidade responsável pela produção. Endereços e telefones encontram-se na contra-capa da Revista.

LIVROS

■ **Levantamento Participativo** - Sobre o Meio Físico e Classificação das Terras no Sistema de Capa de Uso em Área Piloto na Unidade Avançada Pedro Peixoto. Rocha, Carla e Lima, Reginaldo - Grupo PESACRE, Rio Branco, 1996.

■ **A Situação da Criança do Acre** - Resumo. PESACRE/UFAC, Rio Branco, 1996.

■ **Duas Espigas de Milho** - Uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo. Bunch, Roland - ASP+A - PESACRE, Rio de Janeiro, 1995

■ **A Lição da Samaúma** - Martins, Maria e Ferreira, Djalcir - CTA -Ed. Poronga, Rio Branco, 1994.

■ **Kaxinawá do Rio Jordão** - História, Território, Economia e Desenvolvimento Sustentado. Aquino, Terri Valle de - CPI, Rio Branco, 1994.

PUBLICAÇÕES DIDÁTICAS

MEIO AMBIENTE

■ **O Estado do Acre e a Questão Ambiental** - S.O.S AMAZÔNIA/PMACI - Rio Branco, 1994. Produção para Subsistência e Geração de Renda

ALTERNATIVAS PRODUTIVAS

■ **Cultivando a Castanheira no Roçado, no Campo e na Mata**. PESACRE, 1996

■ **SAF's - Sistema Agroflorestais** - Implantação de forma participativa - PESACRE, Rio Branco, 1995

■ **Uso Adequado dos Agrotóxicos**. PESACRE/SINPASA/EMBRAPA - Rio Branco, 1995

■ **Sondeio no São Miguel**. PESACRE, Rio Branco, 1994

■ **A Poda do Cupuaçuzeiro**. PESACRE, 1994

■ **Associativismo**. CTA/FUNTAC - Ed. Poronga - Rio Branco, 1995.

■ **O Manejo e a Colheita de Sementes Florestais Nativas**. CTA, Ed. Poronga - Rio Branco, 1995

■ **Sistemas Agroflorestais**. CTA/

FETACRE - Ed. Poronga - Rio Branco, 1994.

■ **Manejo Florestal**. CTA - Ed. Poronga - Rio Branco, 1994.

■ **Piscicultura**. CTA - Ed. Poronga - Rio Branco, 1994.

■ **Gerenciamento**. CTA - Ed. Poronga, Rio Branco, 1995.

■ **Piscicultura para pequenos produtores**. CTA - Ed. Poronga - Rio Branco, 1996.

■ **Produção de Mudanças**. CTA/FETACRE - Ed. Poronga, Rio Branco, 1996.

■ **Sistemas Agroflorestais**. CTA/FETACRE - Ed. Poronga - 1996

■ **Manual de Produção de Mudanças e Plantio de Sistemas Agro-florestais do Seringueiro** - CAEX - Ed. Poronga, Rio Branco, 1995.

EDUCAÇÃO

■ **Poronga-Educação na Floresta**. CTA - Ed. Poronga, Rio Branco, 1996.

■ **Geografia do Seringueiro**. CTA - Ed. Poronga, Rio Branco, 1995.

■ **Poronga-Caderno do Monitor**. CTA - Ed. Poronga, Rio Branco, 1993.

■ **O Livro do Seringueiro**. CTA - Rio Branco, 1991

■ **Cartilha de Matemática** . Povo Jamamadi - CIMI/CPT - Boca do Acre, 1995

■ **Cartilha Vamos Aprender Matemática**. Povo Kulina - COMIN/CIMI, Rio Branco, 1995

■ **Cartilha Bilingue Português/Kulina** - nº 01 e 02 - IECLB/CIMI/COMIN - Rio Branco, 1995 e 1996

■ **Cartilha de Matemática para Crianças da Floresta** - CPI, Rio Branco, 1990

■ **Cartilha de Matemática nº1 e 2** - CPI, Rio Branco, 1990 e 1991

■ **Cartilha de Alfabetização Manchineri** - CPI, Rio Branco, 1991

■ **Cartilha de Alfabetização Yawanawa** - CPI, Rio Branco, 1991

■ **Livro de Geografia Indígena** - CPI, Rio Branco, 1992

■ **Cartilha de Alfabetização Apurinã** - CPI, Rio Branco, 1992

■ **Cartilha Katukina** - CPI, Rio Branco, 1992

■ **Kene Cartilha Kaxinawá** - CPI, Rio Branco, 1993

■ **Cerâmica Indígena** - CPI, Rio Branco, 1993

■ **Cartilha de Alfabetização Manchineri** - CPI, Rio Branco, 1993

■ **Asãgire Cartilha de Alfabetização Apurinã** - CPI, Rio Branco, 1993

■ **Cartilha de Alfabetização Yawanawa** - CPI, Rio Branco, 1993

■ **Cartilha de Alfabetização Katukina** - CPI, Rio Branco, 1993

PUBLICAÇÕES E VÍDEOS

- **Aprendendo Português nas Escolas da Floresta** - CPI, Rio Branco, 1993
- **Cartilha de Alfabetização Primeiras Letras** - CPI, Rio Branco, 1994
- **Geografia Kaxinawá** - CPI, Rio Branco, 1994
- **Geografia Jaminawa** - CPI, Rio Branco, 1994
- **Geografia Yawanawá** - CPI, Rio Branco, 1994
- **Geografia Apurinã** - CPI, Rio Branco, 1994
- **Geografia Katukina** - CPI, Rio Branco, 1994
- **Geografia Manchineri** - CPI, Rio Branco, 1994
- **Cartilha de Alfabetização Jaminawa** - CPI, Rio Branco, 1994
- **Cartilha da Língua Poyanawa** - CPI, Rio Branco, 1995
- **Caderno de Alfabetização** - CPI, Rio Branco, 1995
- **Calendário Indígena** - CPI, Rio Branco, 1995
- **Cartilha Nü Áda Xãwadawa Língua Arara** - CPI, Rio Branco, 1996

SAÚDE E SEXUALIDADE

- **Saúde na Floresta 01 e 02**. CTA - Ed. Poronga - Rio Branco, 1994 e 1996.
- **Programa de Saúde**. CTA - Ed. Poronga, Rio Branco, 1993.
- **Saúde. Povo Kulina** - CIMI/COMIN, Rio Branco, 1996
- **Produtos Florestais Alimentícios**. CTA/Rede Acreana de Mulheres e Homens - Ed. Poronga, Rio Branco, 1994.
- **Prevenção do Cólera** - CDHEP, Rio Branco, 1992
- **O que você precisa saber sobre a Aids** - Casa Rosa Mulher, Rio Branco, 1996
- **Bate-papo com as Meninas** - sobre namoro, gravidez e conhecimento do corpo - Casa Rosa Mulher, Rio Branco, 1996

CULTURA E ARTE

- **O Clamor da Floresta**. Grupo De Olho na Coisa - mimeo., Rio Branco, 1990.
- **História do Jabuti**. Grupo De Olho na Coisa - mimeo. Rio Branco, 1996.
- **Shenipabu Miyui** - CPI, Rio Branco, 1995
- **Nukü Minawa** - cantos Kaxinawá - CPI, Rio Branco, 1995
- **Historinhas Indígenas da Floresta** - CPI, Rio Branco, 1995
- **Mapinguari Comedor de Carne e outras histórias do Seringal** - CTA, Rio Branco 1996

- **Antologia da Floresta: literatura selecionada e ilustrada pelos professores indígenas do Acre** - CPI/ Multiletra, Rio Branco 1997

DIREITOS

- **Abrindo as Janelas - violência contra a mulher** - CDHEP, Rio Branco, 1993
- **Cadê meus direitos?** - CDHEP, Rio Branco, 1995

ARTIGOS

- **Produção Madeira em Reservas Extrativistas**. CTA - Ed. Poronga, Rio Branco, 1993.
- **Manejo Florestal de Uso Múltiplo: Única Alternativa de Sustentabilidade das Reservas**
- **Extrativistas**. CTA - Ed. Poronga, Rio Branco, 1994.
- **Semana Chico Mendes**. CTA - Ed. Poronga, Rio Branco, 1994.
- **Manejo de Fauna em Reservas Extrativistas**. CTA - Ed. Poronga, Rio Branco, 1995.
- **Plataforma de Ação de Beijing e Resoluções do II Encontro de Mulheres do Acre** - Conselho Mun. Dos Direitos da Mulher/CDHEP, Rio Branco, 1996.

VIDEOS

- **Reaproveitamento do Lixo Doméstico**. S.O.S. AMAZONIA/UNICEF - Rio Branco, 1993.
- **Implantação de Sistemas Agroflorestais na Reserva Extrativista Porto Dias**. CTA/DENACOOOP - Rio Branco, 1995
- **As Meninas do Acre - a prostituição infanto-juvenil no Estado**. CDHEP - Rio Branco, 1993
- **Quando o Amor fugiu de Casa - a violência doméstica em Rio Branco**. CDHEP - Rio Branco, 1994
- **Corumbiara** - TVT/Comitê Chico Mendes/CDHEP - Rio Branco, 1995
- **Vida, Corpo e Prazer! - Prevenção de DST's e Aids em áreas de prostituição** - Casa Rosa Mulher/CDHEP - Rio Branco, 1996.

RÁDIO

- **Vinhetas Radiofônicas "Aquiri com Você"** - Doze spots de 1 a 2 min. sobre gravidez na adolescência, violência doméstica contra mulheres e crianças, diarreia, prevenção da Aids e o Estatuto da Criança e do Adolescente. - Aquiri, Rio Branco, 1995.



Apresentamos os valores repassados aos sub-projetos do Aquilares complementares de outras agências de financiamento para realização do Aquilares ou na

PROJETO
Difusão de Tec. Apropriadas para Beneficiamento de Produtos
Pesquisa de Mercado sobre Produtos Agroflorestais no Acre
Educação Indígena
Educação Escolar Indígena
Capacitação de Professores da Floresta
Saúde da Mulher e da Criança
Saúde, Alimentação e San. Comunidade de Vila Califórnia
Cobertura Vacinal e San. p/ Com. Florestais do Rio Iaco e Purus
Oficinas de Teatro com Meninos e Meninas de Rua
Participação de Mulheres em Espaços Formais de Organização
Combate à Violência Contra as Mulheres
Cursos Profissionalizantes da Casa Rosa Mulher
Resgate das Parteiras Tradicionais
Intervenção Junto às Mulheres Urbanas de Xapuri
Comunidade e Cidadania
Projeto Integrado de Xapuri
Capacitação de Recursos Humanos e Educação Ambiental
Informação para a Cidadania
-Coordenação/Administração/Formação de RH
TOTAL

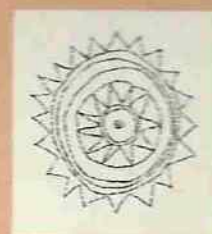
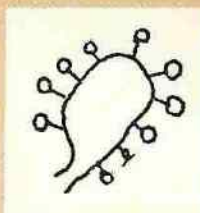
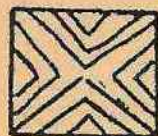
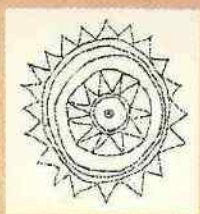
ri no ano de 96. Alguns dos sub-projetos contaram com fontes com-
de suas atividades. Maiores informações podem ser obtidas na sede
; próprias entidades.

ENTIDADE EXECUTORA	RECURSOS
PESACRE	8.372,70
PESACRE	16.218,00
CPI	23.685,47
CIMI	14.927,00
CTA	43.434,00
CPI	21.060,00
PROJETO RECA	13.274,00
Coop. Agroextrativista Chico Mendes	9.252,00
Grupo de Teatro de Olho na Coisa	13.536,10
Rede Acreana de Mulheres e Homens	6.723,00
CDHEP	18.144,47
Rede Acreana de Mulheres e Homens	* 13.342,00
Rede Acreana de Mulheres e Homens	8.809,20
Rede Acreana de Mulheres e Homens	4.578,69
CDHEP/Rede/Pesacre/SOS Amazônia Grupo de Teatro de Olho na Coisa/Casa Rosa Mulher	51.257,68
PESACRE/Coop. Agroextrativista de Xapuri Grupo de Teatro de Olho na Coisa/SOS Amazônia/Rede	39.450,62
SOS Amazônia	18.000,62
Coordenação	3.523,00
Coordenação	54.200,00
	381.788,55

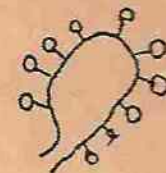
Sou filho da floresta.
Conheço toda a paixão dela.

Maria K...

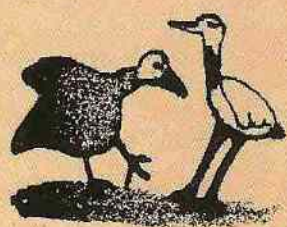
Frase extraída do poema "Floresta e Amor", de Julio Raimundo Isudawa.
O poema faz parte do livro Antologia da Floresta (CPI, 1997)



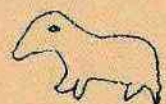
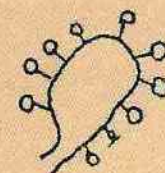
EU PENSO QUE O MUNDO É MUITA COISA



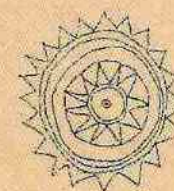
O mundo é terra, lua, sol.
Todas as estrelas são o mundo.
Dentro do mundo, da terra tem:
rios, florestas, animais,
homem, mulher, criança,
chuva, vento, frio, nuvem,
quentura, fumaça, roçado,
relâmpago, trovão, raio,
dinheiro, carro, miséria,
rua, espingarda, cidade,
minério, fábrica, pedra.



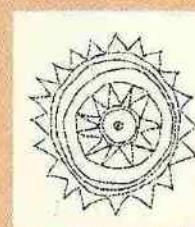
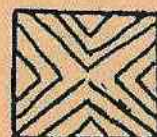
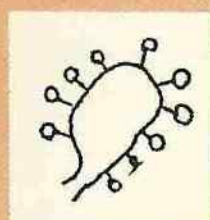
O mundo é redondo,
Parece uma bola, chamado de globo terrestre.
A Terra foi dividida em pedaços.
Cada pedaço é um país, um estado, uma nação.
Nele tem vários povos diferentes,
pois o mundo é também população.
É negro, índio, branco,
É brasileiro, japonês, americano,
boliviano, peruano, canadense,
espanhol e muitas outras nações.



O mundo é muita coisa que eu não sei contar.
O mundo é uma coisa sem fim.
Eu acho que o mundo é nossa vida.
O mundo é uma plantação.
É a terra onde estamos plantando todos nós.
O mundo é muito grande.
O mundo é gente pensando.
Cada pessoa é um mundo.



Texto de produção coletiva Indígena, extraído do livro de **Geografia**
da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI), 1992





Jan 4 54